

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	5
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	10
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	11
1.5 Principais clientes	12
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	13
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	14
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	15
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	16
1.10 Informações de sociedade de economia mista	19
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	25
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	26
1.13 Acordos de acionistas	27
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	28
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	29
1.16 Outras informações relevantes	30
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	31
2.2 Resultados operacional e financeiro	58
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	64
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	67
2.5 Medições não contábeis	68
2.6 Eventos subsequentes as DFs	69
2.7 Destinação de resultados	70
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	75
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	79
2.10 Planos de negócios	82
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	88
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	89
3.2 Acompanhamento das projeções	90

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	91
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	117
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	118
4.4 Processos não sigilosos relevantes	121
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	136
4.6 Processos sigilosos relevantes	137
4.7 Outras contingências relevantes	138
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	139
5.2 Descrição dos controles internos	140
5.3 Programa de integridade	142
5.4 Alterações significativas	147
5.5 Outras informações relevantes	148
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	149
6.3 Distribuição de capital	154
6.4 Participação em sociedades	
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	155
6.6 Outras informações relevantes	156
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	157
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	160
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	161
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	162
7.4 Composição dos comitês	170
7.5 Relações familiares	173
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	174
7.7 Acordos/seguros de administradores	175
7.8 Outras informações relevantes	176
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	180

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	181
8.3 Remuneração variável	185
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	186
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	187
8.6 Outorga de opções de compra de ações	188
8.7 Opções em aberto	189
8.8 Opções exercidas e ações entregues	190
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	191
8.10 Outorga de ações	192
8.11 Ações entregues	193
8.12 Precificação das ações/opções	194
8.13 Participações detidas por órgão	195
8.14 Planos de previdência	196
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	197
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	198
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	199
8.18 Remuneração - Outras funções	201
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	202
8.20 Outras informações relevantes	203
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	204
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	206
9.4 Outras informações relevantes	207
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	208
10.1 Descrição dos recursos humanos	209
10.2 Alterações relevantes	210
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	211
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	212
10.5 Outras informações relevantes	213
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	214

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	215
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	217
11.3 Outras informações relevantes	218
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	219
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	220
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	221
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	224
12.5 Mercados de negociação no Brasil	225
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	226
12.7 Títulos emitidos no exterior	227
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	228
12.9 Outras informações relevantes	229
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	230
13.1 Declaração do diretor presidente	231
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	232
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	233

1.1 Histórico do emissor

A Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG, constituída em 15 de julho de 1986, é uma sociedade anônima sob controle indireto do Estado de Minas Gerais.

Em 1992, a Companhia iniciou o atendimento a consumidores do segmento industrial por meio da distribuição do gás disponibilizado pela Refinaria Gabriel Passos (REGAP), em Betim. Na ocasião, foram contempladas 10 empresas dos centros industriais de Betim, Contagem e Belo Horizonte, fornecendo cerca de 100 mil m³/dia de gás natural.

Em 1993, a Companhia passou a operar de forma independente, por meio da celebração, com o Governo de Minas Gerais, do Contrato de Concessão da distribuição de gás natural.

Em 1995, a Companhia concluiu a construção da primeira rede de distribuição de gás natural para atender à cidade de Juiz de Fora, na Zona da Mata, por meio da ligação com o Gasbel, gasoduto de transporte da Petrobras, vindo da Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, até Belo Horizonte.

Em 1998, a Companhia passou a atuar no setor de Gás Natural Veicular (GNV), atendendo os postos de combustíveis para automóveis. E, no exercício social de 2001, passou a fornecer o combustível para a produção de energia elétrica à Usina Termelétrica de Juiz de Fora e para Ibitité.

Em 2004, a GASMIG, a Cemig, a Gaspetro e a Petrobras celebraram um Acordo de Associação, o qual foi aditado em 5 de novembro de 2004 e em 14 de dezembro de 2004, visando à implementação de um plano de desenvolvimento do mercado de gás natural no Estado de Minas Gerais. Esse plano previa a ampliação da malha de gasodutos de transporte, de responsabilidade da Petrobras, e da rede de distribuição de gás natural, de responsabilidade da GASMIG, bem como a participação da Gaspetro no capital social da GASMIG.

O Acordo de Associação previa que, caso qualquer das partes desejasse ceder seus direitos e obrigações decorrentes do acordo, total ou parcialmente, para suas afiliadas, deveria, além de atender aos termos da legislação em vigor e ao disposto no acordo, comunicar a cessão às demais partes em até 30 dias, contados da data em que a referida cessão se efetivou.

Em 14 de dezembro de 2004, a Gaspetro cedeu parcialmente seus direitos e obrigações para a TSS Participações S.A. ("TSS"), tendo a cessão sido comunicada às demais partes também em 14 de dezembro de 2004.

Nos termos do Acordo de Associação, em consequência do compromisso assumido pela Petrobras para a construção, por qualquer de suas afiliadas, de novos gasodutos de transporte que viabilizariam o desenvolvimento do mercado de gás natural em Minas Gerais, a Cemig concordou, sujeito à obtenção de autorização legislativa

1.1 Histórico do emissor

específica, em celebrar com a Gaspetro um Acordo de Acionistas prevendo o compartilhamento da gestão da GASMIG entre Cemig e Gaspetro.

Em decorrência do Acordo de Associação, o Estado de Minas Gerais, por meio da Lei Estadual Nº 15.404, de 3 de dezembro de 2004, autorizou: (a) a aquisição por empresa do sistema Petrobras de até 49 por cento (quarenta e nove por cento) do capital social da GASMIG; (b) o compartilhamento de gestão da GASMIG; e (c) a outorga de direito de preferência à empresa do sistema Petrobras na aquisição de ações ou quaisquer outros títulos emitidos pela GASMIG, que fossem de titularidade da Cemig. De acordo com o que determina a referida Lei, a Petrobras adquiriu da Cemig 40% de participação no capital social da GASMIG por intermédio das empresas TSS Participações S.A e da Gaspetro.

Com o objetivo de dar continuidade ao projeto de expansão em Minas Gerais e ampliar a rede de distribuição de gás natural, nos anos que se seguiram, a Companhia se preparou para atender o segmento industrial, e em 2009, iniciou o atendimento no Sul de Minas.

Juntas, a Companhia, a Cemig e a Gaspetro, iniciaram um plano de expansão para incrementar o consumo de gás natural em Minas Gerais, e, conseqüentemente, o faturamento da Companhia. Assim, os acionistas assumiram o aporte para a construção de gasodutos de distribuição de gás natural, ampliando a abrangência geográfica das redes da Companhia com os gasodutos para o Vale do Aço e para o Sul de Minas.

Em 2010, a Companhia deu início à distribuição do gás natural no parque industrial da região do Vale do Aço, atendendo grandes indústrias como a Vale, Usiminas, Arcelor, Vallourec, entre outras.

Em 2013, a GASMIG passou a atender o segmento varejista, ligando a rede da Companhia à restaurantes, hospitais, hotéis, academias, entre outros estabelecimentos, além de residências.

Em 10 de outubro de 2014, foi assinado "Contrato de Compra e Venda de Ações" para aquisição, pela Cemig, dos 40% (quarenta por cento) de participação da Gaspetro na GASMIG, previamente aprovado pelos Conselhos de Administração da Cemig e da Petrobras, conforme Fato Relevante informado ao mercado, à CVM e a BM&FBOVESPA S.A em 24 de julho de 2014. Com isso, a Cemig passou a ser proprietária de 99,6% do capital social da GASMIG, e o Município de Belo Horizonte – PBH (0,4%). A aquisição foi concluída após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a anuência do Poder Concedente do Estado de Minas Gerais.

No final do ano de 2014, a Companhia e o Governo de Minas Gerais celebraram Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da distribuição de gás natural, visando à

1.1 Histórico do emissor

prorrogação da autorização para distribuir o energético em território mineiro por mais 30 anos, ou seja, até 2053

Em 2016, a Companhia comemorou um marco na história do gás natural canalizado em Minas Gerais, alcançando a marca de 10.000 clientes residenciais, o que representou um crescimento de 506% para a Companhia, em um intervalo de três anos.

O ano de 2018 foi marcado pela aquisição do imóvel onde funciona o Centro de Distribuição da Região Metropolitana de Belo Horizonte ("RMBH"), situado na Rua José Américo Cançado Bahia, 1009, na Cidade Industrial, em Contagem e pelo início das operações do 1º chiller de queima direta a gás natural de Minas Gerais nas instalações da Companhia, em Contagem, em seu Centro de Distribuição da RMBH. Nesse mesmo período, a GASMIG iniciou as operações do chiller, com capacidade de 50 TR (toneladas de refrigeração), que está climatizando todas as salas, escritórios, auditório e o próprio Centro de Operações do Sistema da Companhia, servindo como referência desta tecnologia em Minas Gerais.

Em 2019, o Poder Concedente finalizou o processo do 1º Ciclo de Revisão Tarifária quinquenal para concessão de distribuição de gás canalizado em Minas Gerais. A revisão tarifária adequou as tarifas homologadas de gás natural garantindo o desenvolvimento sustentável da concessão, preservando a qualidade do serviço e o equilíbrio econômico-financeiro da Gasmig.

Em outubro de 2020, a GASMIG obteve o registro na categoria B da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, um importante passo no sentido de garantir a transparência em sua atuação e ampliar o acesso a recursos para financiar projetos de expansão, fortalecendo o compromisso da Companhia com as boas práticas de gestão e com o estabelecimento de pilares de governança que permitam a sustentabilidade institucional.

Em 2021, a GASMIG vivenciou o início da retomada da economia em sua área de concessão, com a superação, ainda que parcial, dos desafios impostos pela pandemia da Covid-19, o que, em conjunto com uma série de iniciativas de gestão da Companhia, impulsionou os resultados do período. Mesmo sendo considerado um ano com diversos desafios para o setor, destacando-se o processo de abertura do mercado de gás no país para a criação de um mercado livre e competitivo, além da pressão de custos dos contratos de aquisição de gás decorrente da elevação das commodities e da inflação mais alta, as equipes da Companhia trabalharam para gerenciar, mitigar e responder a esses riscos, reduzindo os impactos na distribuição de gás e no mercado consumidor.

No ano de 2022, a Companhia vivenciou a expansão de 14,38% na carteira de clientes atendidos, alcançando 82.582 consumidores, distribuídos em 46 municípios.

1.1 Histórico do emissor

Em 11 de agosto de 2022, a Fitch Ratings elevou o Rating Nacional de Longo Prazo da Gasmig e de suas emissões de debêntures quirografárias, que passou de 'AA(bra)' para 'AA+(bra)'. De acordo com o Relatório emitido pela Agência, a elevação dos ratings reflete a expectativa de que a Gasmig manterá forte geração operacional de caixa e um perfil financeiro conservador, mesmo considerando a redução, em 10%, da sua margem de contribuição após a revisão tarifária de 2022 e o aumento previsto nos investimentos. Os ratings da Gasmig refletem o baixo a moderado risco do setor de distribuição de gás natural.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Visão Geral dos Negócios

A Companhia, constituída em 15 de julho de 1986, é uma sociedade anônima, sob controle indireto do Estado de Minas Gerais, que tem por objeto social a aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, distribuição e comercialização de gás combustível ou de subprodutos e derivados, diretamente ou através de terceiros, observada a legislação federal pertinente e de acordo com a evolução tecnológica, o desenvolvimento econômico e as necessidades sociais, integrando-se com as demais fontes de energia, de forma a assegurar o cumprimento pelo Estado de Minas Gerais da atribuição que lhe foi destinada com exclusividade pela Constituição Federal de 1988, artigo 25, §2º, que atribuiu aos Estados a competência para a prestação dos serviços locais de gás canalizado.

Mercados de Atuação da Companhia

Por outorga de concessão pelo Estado de Minas Gerais, a Gasmig é a distribuidora exclusiva de gás canalizado em todo o território mineiro, e possui seis classes de consumidores divulgados em suas demonstrações financeiras, quais sejam: (i) residencial; (ii) comercial; (iii) industrial; (iv) termo geração; (v) cogeração; e (vi) automotivo.

No Estado de Minas Gerais, a rede de distribuição de gás natural da Gasmig soma pouco mais de 1,5 mil quilômetros, provendo atendimento a 46 (quarenta e seis) municípios que, juntos, representam aproximadamente metade do Produto Interno Bruto (PIB) mineiro. Em 2022, a Gasmig ultrapassou a marca de 80 mil clientes e, comparativamente com as demais distribuidoras, tornou-se a 7ª maior concessionária de gás natural em termos de volume vendido, respondendo por 5% de todo o gás natural distribuído no Brasil (dados da Abegás de dezembro/2022).

A carteira de clientes atendidos pela Gasmig ao final de 2022 era de 82.582 consumidores, representando uma expansão de 14,38% em relação ao ano anterior. Esses clientes estão distribuídos em 46 municípios, sendo:

- 102 indústrias de grande e médio porte;
- 1.201 pequenas indústrias e estabelecimentos comerciais e de serviços;
- 62 postos de revenda de Gás Natural Veicular (GNV);
- 5 empresas de distribuição de Gás Natural Comprimido Industrial (GNCI);
- 2 empresas distribuidoras de Gás Natural Comprimido Veicular (GNCV);
- 7 empresas do segmento de cogeração, geração e climatização;
- 81.201 unidades residenciais ligadas; e
- 2 usinas termelétricas.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Metas da Companhia

Missão

Desenvolver soluções energéticas limpas e seguras por meio do gás natural, criando valor para clientes, colaboradores e acionistas, contribuindo para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Visão

Duplicar a extensão de rede, expandindo a atuação para mais 4 (quatro) mesorregiões do Estado de Minas Gerais ainda não atendidas e triplicando o número de clientes atendidos até 2027.

Valores

- i) Foco em Resultado.
- ii) Profissionalismo.
- iii) Respeito às pessoas.
- iv) Integridade e Ética.

Distribuição de Gás Natural

Nos termos da Lei Municipal de Belo Horizonte nº 4.689 de 8 de abril de 1987, foi autorizado ao Município de Belo Horizonte a participar da constituição da Companhia. A referida lei também estabeleceu:

- (i) o percentual máximo de 20% (vinte por cento) de participação do Município de Belo Horizonte no capital social da Companhia, concretizado em ações ordinárias;
- (ii) a autorização ao Município de Belo Horizonte para: (a) conceder à Companhia a distribuição de gás natural no âmbito municipal, (b) conferir à Companhia, sob comodato, área para implantação de usina de biogás e (c) ceder à Companhia o biogás, emanado da área conferida à GASMIG; e
- (iv) abertura de crédito adicional para atendimento das despesas com a integralização da participação societária do Município de Belo Horizonte.

Ainda, a Lei Municipal mencionada também referendou os atos preparatórios e de organização anteriormente praticados pelo Poder Executivo Municipal, conforme necessários à constituição da Companhia.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Por intermédio da Lei Estadual de Minas Gerais nº 11.021, de 11 de janeiro de 1993, conforme alterada, o Governo estadual, tendo em vista a competência que lhe foi atribuída pela Constituição Federal de 1988, artigo 25, §2º, constituiu a Gasmig concessionária do Estado para a prestação dos serviços locais de gás canalizado.

A referida Lei Estadual dispõe que:

- a) A Gasmig integra a administração indireta do Estado, ficando mantido o seu controle acionário pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.
- b) A Companhia poderá construir e operar sistemas de transporte e de distribuição de gás, adquirir, fabricar e montar equipamentos e componentes, com o objetivo de atender às demandas dos usuários, bem como executar serviços de instalação e assistência técnica.
- c) A fixação e a revisão das tarifas praticadas pela Gasmig dependem de prévia aprovação do Estado de Minas Gerais.
- d) Para o estrito cumprimento das atividades do seu objeto social, fica a Gasmig autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a constituir subsidiárias e a participar, majoritariamente ou minoritariamente, de outras empresas, observadas as normas gerais federais pertinentes à concessão e permissão de serviços públicos.

Atuação em atendimento às políticas públicas

Os serviços prestados pela Gasmig proporcionam: (i) o atendimento à demanda por gás natural no território estadual; (ii) a redução do impacto ambiental pelo consumo de combustíveis fósseis limpos, em substituição a lenha e outros fósseis mais poluentes; (iii) a melhoria da competitividade das indústrias mineiras e a criação de novos empregos no Estado de Minas Gerais, contribuindo assim para o atendimento às políticas públicas pautadas nos princípios de defesa do meio ambiente, busca do pleno emprego e de desenvolvimento sustentável, dentre outros.

Dentre as ações para o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais presentes do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2020-2023, a Gasmig está inserida no programa “#Vem pra Minas – Atração de Investimentos”, que tem como objetivo posicionar o Estado de Minas Gerais como um dos mercados de gás natural mais competitivos do Brasil, repensar a atuação do poder executivo estadual nesse setor e aumentar a competitividade da economia mineira, em especial da indústria, por meio da expansão da infraestrutura de distribuição de gás natural.

Destaques do ano de 2022:

- a) a Gasmig enfrentou o desafio da retomada da atividade econômica a níveis pré-pandemia da Covid-19. Como resultado, o mercado de gás natural não-térmico da Gasmig teve um aumento no volume comercializado de 10,8% em relação ao ano anterior.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- b) a Companhia comercializou um total de 1.060,4 milhões de metros cúbicos de gás natural, equivalentes a 2.905,08 mil metros cúbicos por dia, no mercado não térmico. Incluindo-se o consumo das termelétricas, o volume é de 1.105,5 milhões de metros cúbicos de gás natural, equivalentes a 3.028,67 mil metros cúbicos por dia. Tal volume comercializado representou um faturamento anual da ordem de R\$ 3,6 bilhões.
- c) O despacho das 2 usinas termelétricas atendidas pela Gasmig caiu drasticamente em 2022, com redução de 89,5% do volume de gás fornecido em relação ao ano anterior, apresentando um consumo de 45.110 mil metros cúbicos de gás natural, equivalentes a uma média de 123,59 mil metros cúbicos por dia.
- d) a Companhia superou a marca de 81 mil clientes residenciais em operação, encerrando o ano com 81.201 unidades consumidoras, um crescimento de 16,1% em relação a 2021. A esses clientes, foram distribuídos 11.392 mil metros cúbicos de gás natural, equivalentes a uma média diária de 31,21 mil metros cúbicos, um aumento de 4,8% em relação ao ano anterior.
- e) Durante o ano, a Gasmig distribuiu 40.932 mil metros cúbicos de Gás Natural Veicular (GNV) e 364 mil metros cúbicos de Gás Natural Comprimido Veicular (GNCV), totalizando 41.296 mil metros cúbicos de gás natural, equivalentes a uma média diária de 113,14 mil metros cúbicos. Em comparação ao ano anterior (2021), destaca-se o crescimento de 18,3% do volume distribuído, fruto das campanhas de incentivo realizadas pela Companhia, da captação de frotistas, da parceria fechada com uma empresa de transporte por aplicativos, bem como do início da operação dos veículos pesados movidos 100% a GNV, no corredor Belo Horizonte – Rio de Janeiro. Estima-se uma redução de 20% na emissão de CO2 em veículos convertidos para o consumo de GNV.
- f) No ano, foram distribuídos aos clientes do segmento comercial e industrial de menor consumo um volume de 23.114 mil metros cúbicos de gás natural, equivalente a um consumo diário de 63,33 mil metros cúbicos, representando um aumento de 12,2% em relação ao ano anterior (2021). A Companhia encerrou o ano de 2022 com 1.201 clientes em operação no segmento comercial e industrial de menor consumo, um incremento de 3,4% em relação ao fechamento do ano de 2021.
- g) A Companhia investiu o montante total superior a R\$ 55 milhões, dos quais R\$40 milhões foram investidos na expansão e saturação do Sistema de Distribuição de Gás Natural (SDGN) no Estado de Minas Gerais. Foram construídos 74,41 km de extensão de gasodutos nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte (RMBH), Mantiqueira e Sul de Minas.
- h) A Gasmig manteve seu posicionamento quanto à Política de Incentivos e Patrocínios destinando parte de seu Imposto de Renda a projetos culturais, esportivos e de saúde aprovados por legislações federais de incentivo fiscal e a instituições sociais registradas nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA). A Companhia também destinou parte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido, de acordo com a Lei Estadual de Incentivo à Cultura e ao Esporte, para investir nas manifestações culturais e projetos esportivos do nosso Estado, voltados à democratização do acesso à cultura e ao esporte e à proteção ou promoção do patrimônio histórico-cultural de Minas Gerais.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Investimentos, custos e impactos financeiros relacionados às políticas públicas

A Companhia realiza investimentos em expansão e saturação de redes de distribuição de gás natural, buscando alcançar várias regiões do Estado de Minas Gerais e atender a clientes dos diversos segmentos. Em 2022, foram investidos R\$40 milhões, um decréscimo de 8,0% em relação ao total investido no ano anterior. Em 2021, foram investidos R\$43,5 milhões, um crescimento de 2,1% em relação ao total investido no ano de 2020 (R\$42,6 milhões).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o custo da Companhia relativo à compra de gás foi de R\$2,7 bilhões, o que representa um aumento equivalente a 36,0% em relação ao custo incorrido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o custo da Companhia relativo à compra de gás foi de R\$2,0 bilhões, o que representou um aumento equivalente a 81,8% em relação ao custo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, que foi de R\$1,1 bilhão. Essa evolução é resultado da recuperação do mercado, com incremento significativo de volume consumido pelos grandes clientes industriais.

Formação e regras aplicáveis à fixação de tarifas

A Companhia realiza suas atividades de distribuição de gás natural, sendo remunerada por meio de tarifas pagas pelos usuários dos serviços de distribuição. As tarifas de venda são compostas do repasse integral do custo de aquisição do gás, adicionado ao custo de distribuição (margem) e impostos.

O processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas é determinado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais ("SEDE") e considera: (i) os termos e condições do Contrato de Concessão do direito de exploração, no Estado de Minas Gerais, dos serviços de distribuição de gás canalizado a todo e qualquer consumidor dos segmentos industrial, automotivo, comercial, institucional e residencial, para toda e qualquer utilização ou finalidade, inclusive termoeletricidade, siderurgia, petroquímica, fertilizantes e outros; (ii) o disposto na cláusula 14 do Contrato de Concessão, firmado entre a GASMIG e o Estado de Minas Gerais, que estabelece as diretrizes para determinação das tarifas da GASMIG, tanto em relação ao processo de Revisão Tarifária quanto para aplicação de reajustes de modo a se obter tarifas justas a serem aplicadas ao mercado; (iii) a Resolução SEDE n.º 21, de 27 de abril de 2022, que aprovou as tarifas da GASMIG a serem aplicadas no quinquênio 2022-26; e (iv) a evolução dos preços do gás natural adquirido pela GASMIG.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

1.5 Principais clientes

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a) *necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações*

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

b) *principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor*

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

c) *dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades*

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

d) *contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:*

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

(ii) em favor de partidos políticos

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Conforme previsto na Política de Compliance da GASMIG, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 03/11/2021, são vedadas doações ou patrocínios à partidos políticos, candidatos a cargos eletivos, sindicatos de classe, pessoas politicamente expostas ou a qualquer outro órgão ou instituição política.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Não divulga, mas a Gasmig produziu relatório com as ações ASG em andamento em 2022.

b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não foi seguido nenhuma metodologia ou padrão.

c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O documento não é auditado.

d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

A empresa divulga as informações apenas internamente na intranet para os colaboradores.

e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O relatório ainda não considera uma matriz de materialidade. Foram criados indicadores-chave gerenciais e corporativos de implantação da estratégia ASG.

O relatório ainda não considera uma matriz de materialidade. Foram criados indicadores-chave gerenciais e corporativos de implantação da estratégia ASG.

O indicador corporativo de desempenho ASG é o "Ações Estratégicas ESG" que tem o objetivo de mensurar o esforço da Gasmig na implementação da Estratégia de ESG, a partir do acompanhamento das ações estratégicas de ESG, aprovadas pela Diretoria Executiva, previstas para o ano de 2023.

Os indicadores gerenciais de desempenho ASG são os seguintes:

- Implantação das Ações de Curto Prazo de ESG: (DPR-AE)
- Aprovação e Implementação do Programa de Compliance: (DPR-GR)
- Desenvolvimento da Cultura de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Bem-Estar (SSB): DAG-RH
- Implantação do PGRS: (DTC-PA)

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O relatório considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) materiais com maior aderência ao negócio são o 7, 8 e 9.

g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não considera.

h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Gasmig realiza anualmente o inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa. São levados em consideração os Escopos ,1, 2 e 3. Os dados são divulgados via Cemig no link abaixo:

<https://www.cemig.com.br/relatorios/sustentabilidade/gee/>

i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

A Estratégia ASG da Gasmig foi criada em 2022 e está em fase de implementação. As divulgações de informações ASG serão realizadas no ano de 2023.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

A matriz de materialidade está sendo desenvolvida em razão da alteração da matriz de riscos corporativos.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Os indicadores ASG, tanto gerenciais quanto corporativos, foram incluídos no Plano de Metas de 2023 e fazem parte da remuneração variável tanto dos empregados quanto da Diretoria Executiva.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não realiza por enquanto divulgações ASG, mas realiza divulgação de emissão de GEE junto com a CEMIG (a qual é auditada).

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

A Gasmig considerou os ODS para fins de relatório.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não publica relatório próprio, mas realiza o inventário de emissão de GEE junto com a controladora CEMIG.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

a) interesse público que justificou sua criação

A Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG, constituída em 15 de julho de 1986, é uma sociedade anônima, sob controle indireto do Estado de Minas Gerais, regida por seu Estatuto Social, pelas Leis 6.404/1976 e 13.303/2016, seus respectivos decretos regulamentadores e legislação aplicável, ficando mantido o seu controle acionário pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, nos termos da Lei Estadual 11.021, de 11 de janeiro de 1993.

A GASMIG tem por objeto social a aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, distribuição e comercialização de gás combustível ou de subprodutos e derivados, diretamente ou através de terceiros, observada a legislação federal pertinente e de acordo com a evolução tecnológica, o desenvolvimento econômico e as necessidades sociais, integrando-se com as demais fontes de energia, de forma a assegurar o cumprimento pelo Estado de Minas Gerais da atribuição que lhe foi destinada com exclusividade pela Constituição Federal de 1988, Art. 25, §2º, que atribuiu aos Estados a competência para a prestação dos serviços locais de gás canalizado.

A GASMIG, sem prejuízo das atividades previstas no seu objeto social, nos termos da Lei Estadual 11.021, de 11 de janeiro de 1993, poderá construir e operar sistemas de transporte e de distribuição de gás, adquirir, fabricar e montar equipamentos e componentes, com o objetivo de atender às demandas dos usuários, bem como executar serviços de instalação e assistência técnica.

b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

A GASMIG detém os direitos de exploração dos serviços de distribuição de gás, por meio de canalizações, a todo e qualquer consumidor ou segmentos industrial, automotivo, comercial e residencial, para toda e qualquer utilização ou finalidade, inclusive termoeletricidade, siderurgia, petroquímica, fertilizantes e outros, nos termos do Contrato de Concessão celebrado, em 27 de julho de 1995, entre a Companhia e o Estado de Minas Gerais, e vigente até 2053.

Os serviços prestados pela GASMIG proporcionam: (i) o atendimento à demanda por gás natural no território estadual; (ii) a redução do impacto ambiental pelo consumo de combustíveis fósseis limpos, em substituição a lenha e outros fósseis mais poluentes; (iii) a melhoria da competitividade das indústrias mineiras e a criação de novos empregos no Estado de Minas Gerais, contribuindo assim para o atendimento aos princípios de defesa do meio ambiente, busca do pleno emprego e de desenvolvimento sustentável, dentre outros.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

O compromisso da GASMIG, à luz do interesse público, é ressaltado na missão da Companhia: "Desenvolver soluções energéticas limpas e seguras por meio do gás natural, criando externalidades e valor para clientes, funcionários e acionistas, visando atrair investimentos para Minas Gerais."

Dentre as ações para o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais presentes do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2020-2023, a GASMIG está inserida no programa "#Vem pra Minas - Atração de Investimentos", que tem como objetivo posicionar o Estado de Minas Gerais como um dos mercados de gás natural mais competitivos do Brasil, repensar a atuação do poder executivo estadual nesse setor e aumentar a competitividade da economia mineira, em especial da indústria, por meio da expansão da infraestrutura de distribuição de gás natural. Dos resultados recentes da Companhia, destaca-se:

- Comercialização total, em 2022, de 1.060,4 milhões de metros cúbicos de gás natural, equivalentes a 2.905,08 mil metros cúbicos por dia, no mercado não térmico, que representam um faturamento anual da ordem de R\$ 3,6 bilhões;
- Atendimento a 2 usinas termelétricas;
- Marca de mais de 81 mil clientes residenciais em operação, sendo a carteira total de clientes atendidos pela GASMIG, ao final de 2022, de 82.582 consumidores;
- Distribuição para o segmento de Gás Natural Veicular (GNV) e Gás Natural Comprimido Veicular (GNCV), totalizando mais de 41 mil metros cúbicos de gás natural em 2022;
- Investimentos, em 2022, na ordem de R\$ 55 milhões, dos quais R\$ 40 milhões foram investidos na expansão e saturação do Sistema de Distribuição de Gás Natural (SDGN) no Estado de Minas Gerais;
- Total de 46 municípios atendidos, com a construção, em 2022, de 74,41 km de extensão de gasodutos nas Regiões Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Mantiqueira e Sul de Minas;
- Manutenção de sua Política de Incentivos e Patrocínios destinando parte de seu Imposto de Renda a projetos culturais, esportivos e de saúde aprovados por legislações federais de incentivo fiscal e a instituições sociais registradas nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA). A Companhia também destinou parte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido, de acordo com a Lei Estadual de Incentivo à Cultura e ao Esporte, para investir nas manifestações culturais e projetos esportivos do nosso Estado, voltados à democratização do acesso à cultura e ao esporte e à proteção ou promoção do patrimônio histórico-cultural de Minas Gerais.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

(i) os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

Dentre as ações para o desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais presentes do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2020-2023, a Gasmig está inserida no programa "#Vem pra Minas – Atração de Investimentos", que tem como objetivo apoiar o ambiente de negócios em Minas Gerais para que o estado se torne um dos principais focos de atração de investimento do país, por meio da construção de redes de distribuição de gás canalizado ou implantação de gasoduto virtual para a expansão de atendimento de gás natural no estado de Minas Gerais.

(ii) quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

Os recursos aplicados pela Companhia em sua área de atuação são oriundos de sua atividade operacional, não havendo nenhuma forma de custeio advindo da administração direta do Estado de Minas Gerais.

(iii) estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

O Contrato de Concessão, assinado em 27 de julho de 1995, estabelece que compete à concessionária realizar os investimentos necessários à prestação do serviço concedido de forma a atender à demanda, nos prazos e quantitativos cujos estudos e viabilidade econômica justifiquem a rentabilidade dos investimentos realizados, garantindo sempre a segurança e a justa retribuição do capital investido.

Em 19 de setembro de 2019, foi assinado o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão entre a Companhia e Poder Concedente onde a concessionária se compromete, no ciclo tarifário 2018-2022, a implantar redes de distribuição de gás natural em 2 novas mesorregiões do Estado de Minas Gerais e a atingir a marca de 100 mil usuários atendidos pela rede de gás canalizado.

De acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o valor total pago a título de outorga compensatória foi acrescido à base de remuneração de ativos da Companhia e considerado no processo de revisão tarifária finalizado, em novembro de 2019, pelo poder concedente, como um ativo intangível a ser amortizado até o final do Contrato de Concessão. A revisão resultou na orientação quanto às metas de investimento e qualidade, expansão de serviço e definição do novo desenho tarifário, oferecido pela Gasmig, no ciclo 2018 até 2022.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Em junho de 2021, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Sede/MG), órgão regulador, deu início à antecipação do segundo ciclo de Revisão Tarifária da Gasmig. A antecipação da Revisão e, portanto, a conclusão do ciclo tarifário antes do término de 2022, teve como motivações principais os impactos negativos do acidente ambiental do rompimento da barragem da Vale S.A. em Brumadinho - MG, e a pandemia da Covid-19 sobre o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária.

Como parte do processo da 2ª Revisão Tarifária da Gasmig, foi publicado, em outubro de 2021, o resultado final da Taxa de Custo de Capital real após impostos de 8,71% para este segundo ciclo, 2022 - 2026, por meio da Nota

Técnica SEDE/SPMEL nº 71/2021. Posteriormente à definição da Taxa de Custo de Capital da 2ª Revisão Tarifária e com base na Nota Técnica SEDE/DIEN nº 16/2022, publicada em 11 de março de 2022, foi definida a nova margem média da Companhia em R\$0,6626/m³, que é 4,34% superior à margem vigente em dezembro de 2021.

A partir das novas definições, em continuidade à expansão da distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, a Gasmig planeja, entre os anos de 2022 a 2026, realizar investimentos totais na ordem de 1,5 bilhão de reais, com a construção de aproximadamente 1.000 mil metros em redes de distribuição de gás natural.

c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

O processo de formação de preços e as regras aplicáveis à fixação de tarifas é determinado conforme indicado, em tópico específico, no item 1.2 deste formulário.

O preço de aquisição para o mercado não-térmico é estabelecido no contrato de Suprimento Adicional ("CSA"), celebrado com a Petrobras, o qual foi aditado no dia 16 de dezembro de 2019, com novas condições de fornecimento, com prazo de vigência repactuado para 31 de dezembro de 2023 passando a vigorar o Contrato de Compra e Venda de Gás Natural na Modalidade Firme Inflexível. Nesse contrato, a Petrobras tem o compromisso de atender a quantidade contratada diariamente, sob pena de incorrer em multas por falha de fornecimento além de estar prevista retirada mínima de 80% do volume contratado pela Companhia (Take or pay) e pagamento de encargo de capacidade.

A partir de janeiro de 2020, a precificação do gás passou a ser composta por uma parcela de molécula, reajustada pela variação do Brent e as variações cambiais da moeda norte americana, e uma parcela de transporte reajustada anualmente pela variação do IGP-M.

As tarifas do gás natural praticadas pela Companhia para os diversos segmentos do mercado mineiro são reguladas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Econômico de Minas Gerais – SEDE, que através da Nota Técnica SEDECTES nº 04/2017 - Metodologia de revisão tarifária da concessionária Gasmig, define a composição das tarifas da Gasmig. Essas tarifas são compostas, basicamente, pelo custo médio de aquisição do gás natural adicionado do custo de distribuição e impostos aplicáveis. O preço médio de custo é o componente mais representativo na formação das tarifas e suas alterações são repassadas trimestralmente ao mercado. O custo de distribuição é atualizado anualmente, no mês de fevereiro, pelo IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Em 2018, o reajuste do custo de distribuição foi de -0,41%. Em 2018, a SEDE, evoluiu o processo do 1º Ciclo de Revisão Tarifária quinquenal para concessão de distribuição de gás canalizado em Minas Gerais. A revisão tarifária busca avaliar qual o patamar das tarifas homologadas de gás natural é adequado para o desenvolvimento sustentável da concessão, preservando a qualidade do serviço e o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária. No último ano a SEDE abriu a consulta pública para avaliação da Receita Requerida para o próximo Ciclo Tarifário.

Em 2019, o reajuste do custo de distribuição foi de 6,74%. Em 2019, a SEDE finalizou o processo do 1º Ciclo de Revisão Tarifária quinquenal para concessão de distribuição de gás canalizado em Minas Gerais. A revisão tarifária adequou as tarifas homologadas de gás natural, aplicando a metodologia descrita na NT SEDECTES nº 04/2017, que estabelece que para calcular o preço de equilíbrio serão considerados os custos eficientes associados aos serviços regulados prestados pela concessionária e desta forma se obterá uma receita de equilíbrio. Esta será comparada com a receita esperada caso fossem aplicadas as tarifas atuais, determinando um aumento ou redução média das tarifas, denominado reposicionamento tarifário. As tarifas assim definidas prevalecerão durante o ciclo tarifário de cinco anos, garantindo o desenvolvimento sustentável da concessão, preservando a qualidade do serviço e o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária.

Para o segmento termelétrico, existem contratos de aquisição de gás natural com a Petrobras e contratos “espelhos” para fornecimento às térmicas - UTE Aureliano Chaves (Ibiritermo) e UTE Juiz de Fora. Os reajustes das parcelas de molécula e transporte ocorrem em março para a UTE Ibiritermo e em junho para UTE Juiz de Fora. A parcela do custo de distribuição que compõe a tarifa é reajustada pela variação do IGP-M em março para a UTE Ibiritermo e em novembro para a UTE Juiz de Fora.

Em novembro de 2019, a SEDE finalizou o processo do 1º Ciclo de Revisão Tarifária quinquenal para concessão de distribuição de gás canalizado em Minas Gerais. A revisão tarifária adequou as tarifas homologadas de gás natural, através das NOTAS TÉCNICAS SP MEL nº 01/2019 e SP MEL nº 02/2019, garantindo o desenvolvimento sustentável da concessão, preservando a qualidade do serviço e o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária. A revisão resultou na orientação quanto às metas de investimento e qualidade, expansão de serviço e definição do novo desenho tarifário, oferecido pela Gasmig, no ciclo 2018 até 2022. Dentre as mudanças

1.10 Informações de sociedade de economia mista

aprovadas, está a criação de novas classes tarifárias, novas faixas de consumo, absorção de clientes vindos de outras classes e mudanças nas cascatas de cobrança, com o intuito de atender às demandas do mercado e simplificar o enquadramento dos clientes nas respectivas categorias. O novo desenho tarifário proposto inclui as seguintes categorias: Industrial, Comercial e Industrial de menor consumo, Residencial Individual, Residencial Coletivo, Cogeração, Termoelétrico, Gás Natural Comprimido ou Gás Natural Liquefeito e Gás Natural Veicular.

Por meio da resolução nº 13 de 19 de março de 2020, a SEDE aprovou a aplicação de tarifas promocionais por parte da GASMIG para as classes de consumidores industrial, de gás natural comprimido industrial, cogeração e automotivo, as quais só poderão ser aplicadas até a data de 30 de abril de 2020, com redução média de 5% em relação às tarifas que estavam vigentes desde novembro de 2019, autorizando-se ainda que as diferenças entre os valores das tarifas promocionais e regulamentares, sejam computadas em conta compensatória, a ser futuramente revertida em componente da tarifa de gás canalizado. Nesta mesma resolução, foram estabelecidas também as novas tarifas de gás que vigerão subsequentemente, e que poderão ser alteradas em decorrência de variações, para mais ou para menos, do custo de gás adquirido pela Companhia.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Não houve aquisição ou alienação de ativo relevante que não se enquadre como operação normal dos negócios.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Não ocorreram eventos societários com efeitos relevantes no último exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

1.13 Acordos de acionistas

A Companhia não possui acordos de acionistas em vigor.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram quaisquer alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não foram celebrados contratos relevantes não diretamente relacionados com as atividades operacionais da Companhia.

1.16 Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Introdução

As informações financeiras contidas neste item 2 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditada para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e suas respectivas notas explicativas. As informações neste item 2, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional.

As demonstrações financeiras consolidadas auditadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Exercício social encerrado em		
	31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Receita Operacional Bruta(R\$ mil)	4.560.058	3.488.514	2.015.535
Extensão de Rede (km em operação)	1.537	1.479	1.341
Margem Operacional ⁽¹⁾	18,81%	21,01%	20,93%
Margem Líquida ⁽²⁾	12,96%	12,65%	13,71%
LAJIDA/Serviço da dívida ⁽³⁾	13,3	16,6	10,3

(1) Margem Operacional – representada pelo lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social do período/exercício dividido pela receita líquida do período/exercício.

(2) Margem Líquida – representada pelo lucro líquido do período/exercício dividido pela receita líquida do período/exercício.

(3) LAJIDA/Serviço da dívida - refere-se ao lucro líquido antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social e da depreciação e amortização ("LAJIDA") dividido pelo Serviço da Dívida que refere-se ao pagamento de juros e outras despesas financeiras incorridas sobre o endividamento financeiro.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Exercício social encerrado em		
	31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	1.324.974	1.221.602	1.079.410
Retorno sobre o Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	36,06	29,53	21,13
Liquidez Corrente ⁽²⁾	1,63	1,77	1,27
Liquidez Geral ⁽³⁾	0,69	0,60	0,32
Endividamento Geral ⁽⁴⁾	0,59	0,58	0,54
Grau de Endividamento ⁽⁵⁾	1,41	1,41	1,21

(1) Retorno sobre o Patrimônio Líquido - refere-se ao lucro líquido do período/exercício dividido pelo patrimônio líquido.

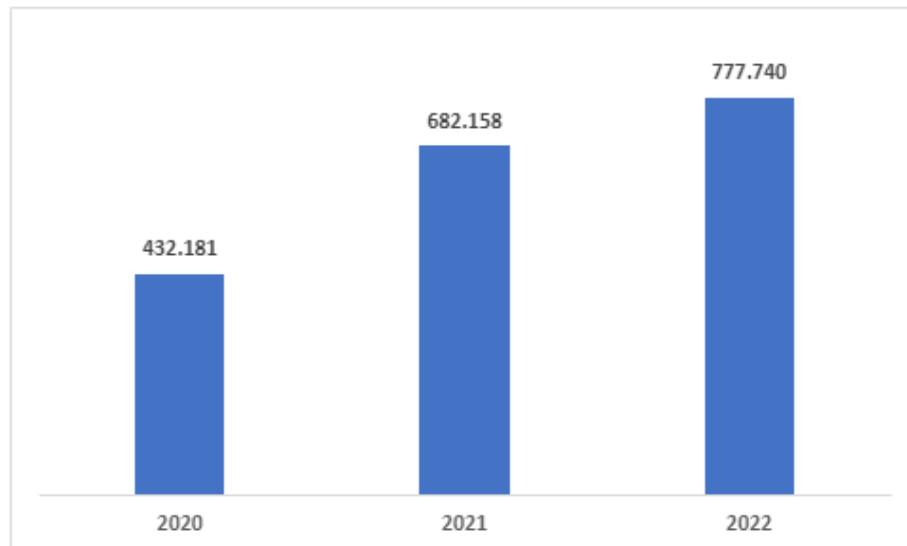
(2) Liquidez Corrente - refere-se ao ativo circulante dividido pelo passivo circulante.

(3) Liquidez Geral - refere-se ao total dos ativos, exceto ativo financeiro, ativo de contrato, ativos intangíveis e arrendamento - direito de uso, dividido pelo total dos passivos.

(4) Endividamento Geral - refere-se a total dos passivos dividido pelo total dos ativos.

(5) Grau de Endividamento - refere-se ao total dos passivos dividido pelo patrimônio líquido.

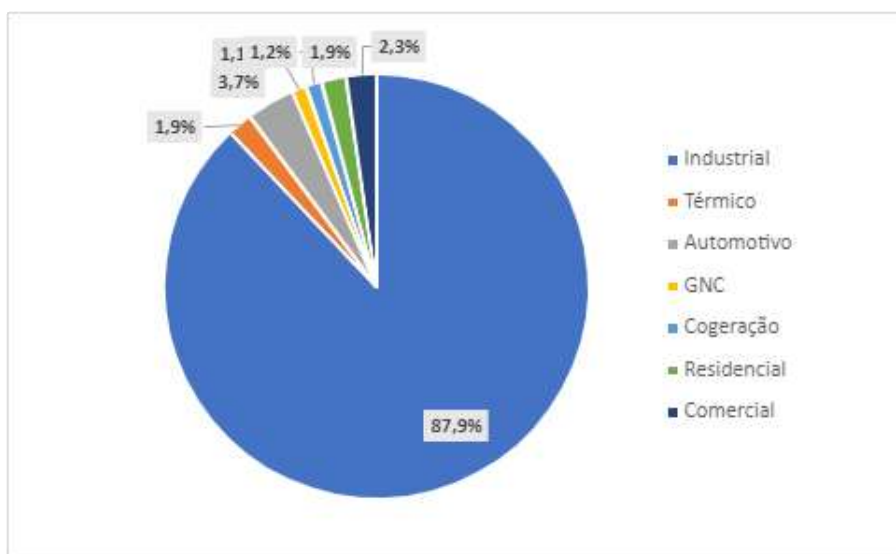
LAJIDA⁽¹⁾ - R\$ mil



(1) O LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, ou na sigla em inglês EBITDA - Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization, é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 527, de 4 de outubro de 2012, e consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. O LAJIDA não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de nossa liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O LAJIDA não possui significado padrão e a nossa definição pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita operacional bruta por categoria tarifária - 2022



A Companhia apresentou, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, um lucro líquido de R\$477,7 milhões, representando um aumento de 32,43% em comparação ao lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia apresentou, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, um lucro líquido de R\$360,7 milhões, representando um aumento de 58,1% em comparação ao lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 de R\$228,1 milhões.

b) Estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender as demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento ao mesmo tempo que mantém um perfil favorável de endividamento, conforme disposto abaixo:

(em milhares de R\$)	Exercício social encerrado em		
	2022	2021	2020
Ativo circulante	851.941	734.983	371.660
Ativo total	3.193.763	2.939.600	2.384.448
Passivo Circulante	522.509	415.127	293.013
Passivo total	1.868.789	1.717.998	1.305.038
Patrimônio líquido	1.324.974	1.221.602	1.079.410
Dívida bruta ⁽¹⁾	1.044.433	1.034.912	987.655
Dívida líquida ⁽²⁾	403.355	558.809	778.061

(1) A Dívida Bruta compreende o saldo de debêntures e passivo de arrendamento (circulante e não circulante).

(2) A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como o total das debêntures e notas promissórias e passivo de arrendamento menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante). A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em relatório publicado em 11 de agosto 2022, a agência classificadora de risco Fitch Ratings elevou o rating da Gasmig e de suas emissões de debêntures quirografárias de 'AA(BRA)' para 'AA+(BRA)'. Ao mesmo tempo, a agência revisou a Perspectiva do rating corporativo para Estável, de Positiva. A elevação dos ratings refletiu a expectativa de que a Companhia manterá forte geração operacional de caixa e um perfil financeiro conservador, mesmo considerando a redução, em 10%, da sua margem de contribuição após a revisão tarifária de 2022 e o aumento previsto nos investimentos.

O total de debêntures da Gasmig em 31 de dezembro de 2022 era de R\$1.044,4 comparado a R\$1.034,9 milhões em 31 de dezembro de 2021 e a R\$987,7 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Principal da dívida da Gasmig (dez/22)

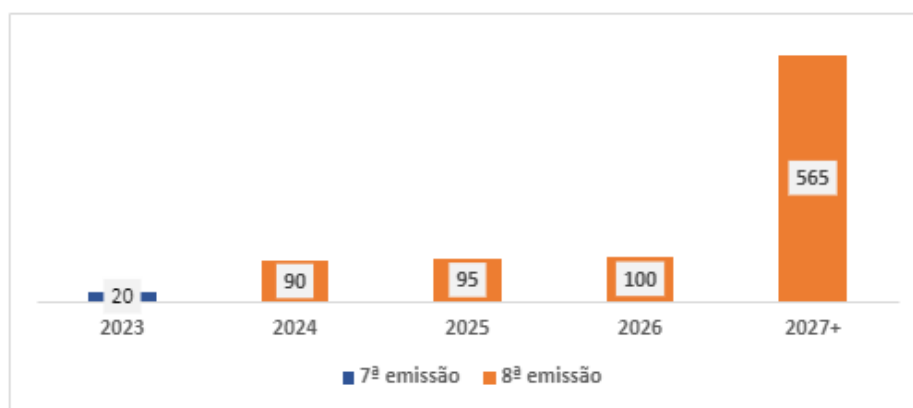
Em 31 de dezembro de 2022, a dívida bruta totalizava R\$1.044 mil (R\$1.035 mil em 31-dez-21). Essa variação reflete as seguintes movimentações da dívida durante o ano de 2022: (i) amortizações de parcelas da 4ª e 7ª Emissões de Debêntures, no montante aproximado de R\$50 milhões, e (ii) atualização monetária sobre o saldo de principal da 8ª Emissão de Debêntures, cerca de R\$56 milhões.

Destaca-se que, em 15 de dezembro de 2022, a Gasmig efetuou o pagamento da última parcela de amortização do Contrato relativo à 4ª Emissão de Debêntures da Companhia, celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, em 2013, para viabilizar os planos de investimento de 2013 a 2017, no valor de R\$259 milhões, findando assim todas as obrigações decorrentes do referido contrato.

No que diz respeito às amortizações, o perfil da dívida da Companhia está bastante equalizado com sua capacidade de caixa. Em 2020, com a celebração do Contrato relativo à 8ª Emissão de Debêntures, a Companhia alongou o fluxo de amortizações, conforme demonstrado a seguir:

Perfil da Dívida (R\$ milhões)

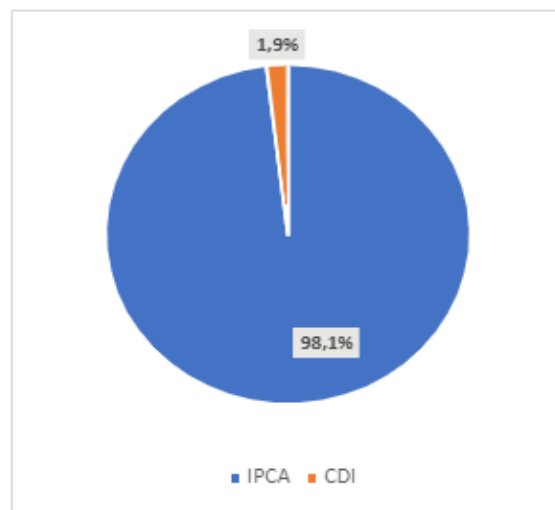
Posição 31-dez-22



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Principais Indexadores da Dívida

Posição 31-dez-22



A Companhia seguiu sua estratégia de manter sua qualidade de crédito em níveis que signifiquem baixo risco de crédito para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. Ressalta-se ainda que, com a forte geração operacional de caixa prevista para os próximos anos, a Gasmig manterá sua alavancagem financeira líquida em patamares reduzidos e sustentáveis.

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital da Companhia medida pela relação entre os passivos circulante e não circulante e o patrimônio líquido nas datas indicadas:

<i>(em milhares de Reais, exceto percentual)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) (A)	1.868.789	1.717.998	1.305.038
Capital próprio (patrimônio líquido) (B)	1.324.974	1.221.602	1.079.410
Capital total (A + B)	3.193.763	2.939.600	2.384.448
Percentual de capital de terceiros	58,51%	58,44%	54,73%
Percentual de capital próprio	41,49%	41,56%	45,27%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

c) **Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Os Diretores da Companhia informam que, considerando o perfil de endividamento, o fluxo de caixa, as respectivas posições de liquidez e o acesso às linhas de crédito do mercado financeiro, a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos e despesas do exercício corrente e, com a contratação de uma nova operação de crédito, cuja liquidação ocorreu em 10 de setembro de 2020, a dívida de curto prazo foi quitada, alongando a dívida e estabilizando os índices financeiros em relação aos demais valores a serem pagos nos próximos anos.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados tendo como base as obrigações contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

	Valor contábil	Fluxo de Caixa Contratual	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	5-11 anos
Debêntures (circulante e não circulante)	1.063.964	1.627.107	27.554	48.173	173.699	560.397	817.294
Arrendamento - obrigações (circulante e não circulante)	10.637	13.121	511	2.754	3.305	6.611	0
Fornecedores	288.649	288.649	288.649	0	0	0	0

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, os Diretores acreditam que a Companhia possui capacidade financeira para honrá-los, principalmente, com a geração de caixa de suas atividades operacionais.

Historicamente, a Companhia vem obtendo fluxos de caixa positivos resultante de suas atividades operacionais. O caixa líquido proveniente de suas atividades operacionais foi de R\$421,6 milhões e R\$537,5 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2021, respectivamente, e R\$483,3 em 31 de dezembro de 2022. O caixa líquido proveniente das atividades operacionais em 31 de dezembro de 2022 diminuiu 10,1% em relação ao caixa líquido proveniente das atividades operacionais em 31 de dezembro de 2021. O caixa líquido proveniente das atividades operacionais em 31 de dezembro de 2021 aumentou 27,5% em relação ao caixa líquido proveniente das atividades operacionais em 31 de dezembro de 2020.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
(em Milhares R\$)	2022	2021	2020
Lucro líquido do exercício	477.740	360.746	228.110
LAJIDA ⁽¹⁾	777.740	682.158	432.181

(1) O LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, ou na sigla em inglês EBITDA – Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization, é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 527, de 4 de outubro de 2012, e consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. O LAJIDA não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de nossa liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O LAJIDA não possui significado padrão e a nossa definição pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia financia seu capital de giro com recursos captados através da emissão de debêntures, os quais são empregados no financiamento das necessidades de capital de giro, em investimentos de curto e longo prazo e em investimentos relevantes em ativos não circulantes, bem como na manutenção de disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho das atividades da Companhia.

No ano de 2018, a Companhia promoveu a captação pública, com esforços restritos, de R\$100,0 milhões por meio da 7ª Emissão de Debêntures não conversíveis. A dívida foi contraída à taxa de CDI + 1,5% ao ano, sendo a amortização do principal realizada em cinco parcelas iguais, no valor de R\$20,0 milhões cada, com vencimento entre 2019 e 2023, sempre no mês de agosto.

Em setembro/2020 a Gasmig concluiu a distribuição pública da sua 8ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com esforços restritos, nos termos da ICVM 476, perfazendo o valor total de R\$850 milhões, com prazo de vencimento de 11 anos e juros remuneratórios de IPCA + 5,27%, sem quaisquer garantias ou aval. As debêntures são incentivadas e contaram com o benefício tributário nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, do Decreto nº 8.874 e da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 252, de 17 de junho de 2019. Os recursos provenientes desta emissão foram integralmente utilizados para a quitação total da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, no valor de R\$881.797 mil.

Os recursos captados por intermédio das emissões públicas de debêntures permitiram à Companhia financiar seu capital de giro, assegurando o cumprimento de obrigações contratuais assumidas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A seguir, apresentamos o cronograma anual de amortizações dos valores de principal e juros pro-rata não liquidados das debêntures (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2022:

	2023	2024	2025	2026	2027-2031	Total
Amortizações do principal	40.248	108.393	114.415	120.437	680.471	1.063.965
Amortização dos custos da transação	(2.253)	(2.254)	(2.254)	(2.254)	(10.516)	(19.532)
Amortização líquida	37.995	106.139	112.161	118.183	669.955	1.044.433

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2 meses ou menos	2 - 12 Meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	5-11 anos
Debêntures	1.063.964	1.627.107	27.554	48.173	173.699	560.397	817.294

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais podemos dispor.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas:

O grau de endividamento (representado pelo total dos passivos dividido pelo patrimônio líquido) da Companhia era de 1,21x em 31 de dezembro de 2020 e 1,41x nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022.

As captações são provenientes de emissões de debêntures públicas. As taxas de juros do mercado são monitoradas com o objetivo de assegurar a melhor rentabilidade das aplicações financeiras e para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas. No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros, a exposição da Companhia está atrelada às emissões públicas de debêntures efetuadas, as quais são indexadas à variação do CDI e IPCA.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Para manter a exposição da Companhia em níveis considerados pela administração como gerenciáveis, as aplicações financeiras são monitoradas, diariamente, assegurando maximização da rentabilidade em operações vinculadas aos juros do CDI.

Os valores a que Companhia esteve exposta são apresentados a seguir:

(valores expressos em milhares de R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Ativos - variação pelo CDI/SELIC			
Aplicações financeiras - circulante	512.086	423.328	208.189
Aplicações financeiras - não circulante	-	-	-
Títulos e valores mobiliários - circulante	-	51.241	-
Títulos e valores mobiliários - não circulante	127.051	-	10.237
	639.137	474.569	218.426
Passivos			
Debêntures (SELIC) - circulante *	-	-9.779	-10.012
Debêntures (TJLP) - circulante *	-	-20.423	-21.713
Debêntures (CDI) - circulante *	-20.023	-20.049	-20.024
Debêntures (IPCA) - circulante *	-20.225	-18.915	-14.043
Notas Promissórias (CDI) - circulante *	-	-	-
Debêntures (SELIC) - não circulante *	-	-	-9.311
Debêntures (TJLP) - não circulante *	-	-	-20.192
Debêntures (CDI) - não circulante *	-	-20.000	-40.000
Debêntures (IPCA) - não circulante *	-1.023.716	-967.530	-876.398
	-1.063.964	-1.056.696	-1.011.693
Passivo líquido exposto	-424.827	-582.127	-793.267

* Principal da dívida + juros provisionados, sem a dedução dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2022, as debêntures emitidas pela Companhia totalizavam R\$1.064,0 milhões, representando um passivo líquido (deduzido saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) de R\$424,8 milhões. Essa redução foi ocasionada pelo aumento do caixa gerado pelo maior resultado operacional, que foi destinado para aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários no período.

Em 31 de dezembro de 2021, o total das debêntures da Companhia era de R\$1.156,7 milhões, sendo o passivo líquido (deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) de R\$582,1 milhões. A redução do nível de endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2021, em comparação a 31 de dezembro de 2020 decorreu, principalmente, do aumento caixa líquido gerado nas atividades operacionais, que foi destinado para aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários no período.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020, o total das debêntures da Companhia era de R\$1.012,0 milhões, sendo o passivo líquido (representado pelo total das debêntures deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) de R\$793,3 milhões.

(i) Contrato de empréstimos e financiamentos relevantes

Os diretores informam que o total de debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 eram os abaixo demonstrados:

Agente financeiro	Encargos anuais	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2020	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures Privadas 2014 (BNDESPAR) - 4ª emissão	TJLP/SELIC ≅	-	-	30.202	-	31.725	29.503
Debêntures Públicas (ICVM 476/09) - 7ª emissão	1,50%+CDI=10,65%	20.023	-	20.049	20.000	20.024	40.000
Debêntures Públicas (ICVM 476/09) - 8ª emissão	5,27%+IPCA≅15,33%	20.225	1.023.716	18.915	967.530	14.043	876.398
		40.248	1.023.716	69.166	987.530	65.792	945.901
	(-) Custos Transação	-2.253	-17.278	-2.253	-19.531	-2.254	-21.784
		37.995	1.006.438	66.913	967.999	63.538	924.117

Cumpra ressaltar que, as quantias registradas no passivo circulante, indicadas na tabela acima, englobam o principal da dívida, cujo vencimento ocorrerá até o término do próximo exercício social, e juros provisionados.

Saldo da dívida em 31/12/2021	Captações	Custos de transação	Encargos financeiros provisionados	Encargos financeiros pagos	Amortização	Saldo da dívida em 31/12/2022
1.034.912	-	2.253	115.002	(58.231)	(49.503)	1.044.433

Saldo da dívida em 31/12/2020	Captações	Custos de transação	Encargos financeiros provisionados	Encargos financeiros pagos	Amortização	Saldo da dívida em 31/12/2021
987.655	-	2.254	145.758	(50.386)	(50.369)	1.034.912

Saldo da dívida em 31/12/2019	Captações	Custos de transação	Encargos financeiros provisionados	Encargos financeiros pagos	Amortização	Saldo da dívida em 31/12/2020
1.035.554	850.000	(24.038)	69.075	(41.123)	(901.813)	987.655

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não possuímos outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras além daquelas já descritas no item anterior. No entanto, mantemos relações comerciais com os principais agentes financeiros no mercado, visando o pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes no período de 31 de dezembro de 2022 possui condição contratual ou legal específica de subordinação, exceto no caso de um eventual concurso universal de credores, de forma que a ordem de pagamento das dívidas da Companhia, em um eventual concurso universal de credores, seria determinada de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia informa que está cumprindo com todas as suas obrigações e restrições impostas nos seus instrumentos de dívida, no entanto, qualquer inadimplemento decorrente de descumprimento de obrigações contratuais da Companhia, pode afetar substancial e adversamente sua condição financeira, sua capacidade de conduzir seus negócios e seus negócios.

Em decorrência de seus contratos financeiros, a Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas (*covenants*) existentes, que impõem restrições operacionais e outras restrições ao seu negócio, dentre as quais destacam-se a manutenção de índices financeiros específicos, que devem ser cumpridos continuamente todos os anos para não ocasionarem em descumprimento de suas obrigações de dívida. Neste sentido, a capacidade de contratar novas dívidas, de manter linhas de crédito, de realizar investimentos ou distribuir dividendos acaba por ser restringida em decorrência de tais obrigações.

As "Escrituras da 7ª Emissão de Debêntures Públicas da Gasmig" estabelecem a obrigatoriedade do cumprimento de três indicadores anuais, a saber:

- a) Endividamento Geral, calculado por meio da divisão do Exigível Total (passivo circulante mais passivo não circulante) pelo Ativo Total. É exigido um resultado menor ou igual a 0,60;
- b) EBITDA/Resultado Financeiro Líquido, onde Resultado Financeiro Líquido é o somatório de juros e despesas financeiras deduzido das receitas financeiras. É requerido um resultado igual ou maior que 2,5, ressalvado quando as

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

receitas financeiras forem superiores às despesas financeiras, hipótese em que este indicador não deve ser calculado; e

- c) Dívida Líquida/EBITDA, onde Dívida Líquida são os empréstimos, financiamentos, emissões de títulos e debêntures deduzidos do caixa e equivalentes. É exigido um resultado menor ou igual a 2,5.

Adicionalmente, as "Escrituras da 8ª Emissão de Debêntures Públicas da Gasmig" estabelecem a obrigatoriedade do cumprimento de dois indicadores anuais, a saber:

- a) EBITDA/Serviço da Dívida, onde EBITDA é o resultado operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização e o Serviço da Dívida são os juros e despesas financeiras deduzidos das receitas financeiras. É exigido um resultado igual ou maior que 1,3; e
- b) Dívida Líquida/EBITDA, onde Dívida Líquida são os empréstimos, financiamentos, emissões de títulos e debêntures, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas pela Emissora, deduzidos do caixa e equivalentes. É exigido um resultado menor ou igual a 3.

A Diretoria informa que todas as cláusulas restritivas impostas à Companhia sob os seus contratos financeiros estão sendo cumpridas e foram atendidas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía quaisquer financiamentos e empréstimos com limites de utilização disponíveis para utilização.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

COMPARAÇÃO ENTRE OS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ATIVO

(valores expressos em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2022	AV (%)	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	514.027	16,09%	424.862	14,45%	20,99%
Títulos e valores mobiliários	-	-	51.241	1,74%	-100,00%
Contas a receber de clientes	306.691	9,60%	228.089	7,76%	34,46%
Estoques	4.684	0,15%	4.620	0,16%	1,39%
Tributos a recuperar	14.785	0,46%	10.388	0,35%	42,33%
Direito de retirada de gás	6.730	0,21%	11.299	0,38%	-40,44%
Outros ativos	5.024	0,16%	4.484	0,15%	12,04%
Total dos ativos circulantes	851.941	26,68%	734.983	25,00%	15,91%
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	127.051	3,98%	-	-	-
Tributos a recuperar	1.430	0,04%	1.293	0,04%	10,60%
Créditos de PIS e COFINS sobre ICMS	245.421	7,68%	224.734	7,65%	9,21%
Depósito vinculado a litígios	70.529	2,21%	65.927	2,24%	6,98%
Ativo financeiro	36.945	1,16%	34.386	1,17%	7,44%
Ativo de contrato	117.188	3,67%	95.137	3,24%	23,18%
Intangíveis	1.732.670	54,25%	1.781.390	60,60%	-2,73%
Arrendamento - direito de uso	10.588	0,33%	1.750	0,06%	505,03%
Total dos ativos não circulantes	2.341.822	73,32%	2.204.617	75,00%	6,22%
Total dos ativos	3.193.763	100,00%	2.939.600	100,00%	8,65%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

PASSIVO

<i>(valores expressos em milhares de reais, exceto percentuais)</i>	31/12/2022	AV (%)	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Circulante					
Debêntures	37.995	1,19%	66.913	2,28%	-43,22%
Fornecedores	288.649	9,04%	249.304	8,48%	15,78%
Tributos a recolher	8.892	0,28%	5.032	0,17%	76,71%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	41.694	1,31%	32.397	1,10%	28,70%
Salários, encargos e contribuições sociais	25.071	0,78%	19.364	0,66%	29,47%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	106.785	3,34%	26.858	0,91%	297,59%
Arrendamento - obrigações	2.236	0,07%	1.878	0,06%	19,06%
Obrigação de entrega de gás	8.904	0,28%	11.333	0,39%	-21,43%
Outras obrigações	2.283	0,07%	2.048	0,07%	11,47%
Total dos passivos circulantes	522.509	16,36%	415.127	14,12%	25,87%
Não circulante					
Debêntures	1.006.438	31,51%	967.999	32,93%	3,97%
Provisões para riscos	10.217	0,32%	10.002	0,34%	2,15%
Valores a restituir aos consumidores	175.874	5,51%	186.621	6,35%	-5,76%
Benefícios pós-emprego	5.379	0,17%	5.953	0,20%	-9,64%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	60.456	1,89%	55.985	1,90%	7,99%
Arrendamento - obrigações	8.401	0,26%	0	0,00%	-
Obrigação de entrega de gás	79.515	2,49%	76.311	2,60%	4,20%
Total dos passivos não circulantes	1.346.280	42,15%	1.302.871	44,32%	3,33%
Total dos passivos	1.868.789	58,51%	1.717.998	58,44%	8,78%
Total do patrimônio líquido	1.324.974	41,49%	1.221.602	41,56%	8,46%
Total do patrimônio líquido e dos passivos	3.193.763	100,00%	2.939.600	100,00%	8,65%

ATIVO

Circulante

O aumento de 15,91% no ativo circulante, que passou de R\$734.983 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$851.941 mil em 31 de dezembro de 2022, deve-se, essencialmente, ao aumento do montante registrado nas rubricas (i) caixa e equivalentes de caixa (+R\$89.165 mil) e (ii) contas a receber de clientes (+R\$78.602), ambos refletindo o crescimento das operações com impacto positivo nas entradas de caixa e nos recebíveis. Além disso, houve uma redução de R\$51.241 mil em títulos e valores mobiliários por conta do resgate de Certificados de Depósito Bancários e títulos públicos (LFTs).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Não circulante

A variação positiva de 6,22% (+R\$137.205 mil) registrada no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2022 frente a 31 de dezembro de 2021 foi influenciada, basicamente, pela aplicação em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados por IPCA + 6,8%, com prazo de resgate superior a 1 ano. Além disso, houve atualização monetária (+R\$20.687 mil) dos créditos federais referente ao processo ICMS na base do PIS e da COFINS e aumento de (+R\$22.051 mil) novos ativos de contratos. Em contrapartida, a depreciação dos intangíveis resultou em um decréscimo de R\$48.720 mil.

PASSIVO

Circulante

O passivo circulante cresceu 25,87% (+R\$107.382 mil) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo impactado, dentre outros, (i) pelo aumento dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (+R\$79.927 mil) e (ii) pelo crescimento do saldo da rubrica fornecedores, provocado pelo aumento do suprimento para fazer frente ao abastecimento de grandes clientes e térmicas e pelas oscilações nos preços do gás e do petróleo no mercado internacional. No mesmo período, também foi registrada redução de R\$28.918 mil no saldo das debêntures face as amortizações programadas.

Não circulante

O crescimento do passivo não circulante de 3,33% (+R\$43.409 mil) registrado em 31 de dezembro de 2022, quando comparado a 31 de dezembro de 2021, deve-se, principalmente, (i) ao reajuste do saldo da dívida relativa a 8ª emissão de debêntures, indexada pelo IPCA + 5,27%, e (ii) constituição de novos contratos de arrendamento.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$1.324.974 mil em 31 de dezembro de 2022, um aumento de R\$103.372 mil (+8,46%) em relação ao registrado no ano anterior por conta do aumento na reserva de lucros. A Administração da Gasmig propôs a distribuição de dividendos correspondentes a 100% do lucro disponível apurado no ano de 2022.

Em observância às normas contábeis vigentes, a parcela dos dividendos excedente ao mínimo obrigatório estabelecido estatutariamente foi mantida em reserva de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

lucros, até a submissão da proposta de destinação dos resultados à Assembleia Geral dos acionistas.

A representatividade do patrimônio líquido em relação ao total do passivo e patrimônio líquido passou de 41,56% em 2021 para 41,49% em 2022

COMPARAÇÃO ENTRE OS BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVO

	31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Circulante					
<i>(valores expressos em milhares de reais, exceto percentuais)</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	424.862	14,45	209.594	8,79	102,71
Títulos e valores mobiliários	51.241	1,74	-	0,00	-
Contas a receber de clientes	228.089	7,76	132.908	5,57	71,61
Estoques	4.620	0,16	4.507	0,19	2,51
Tributos a recuperar	10.388	0,35	5.314	0,22	95,48
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	-	0	0,00	-
Direito de retirada de gás	11.299	0,38	15.921	0,67	29,03
Outros ativos	4.484	0,15	3.416	0,14	31,26
Total dos ativos circulantes	734.983	25,00	371.660	15,59	97,76
				0,00	
Não circulante					
				0,00	
Títulos e valores mobiliários	-	-	10.237	0,43	100,00
Tributos a recuperar	1.293	0,04	1.298	0,05	0,39
Créditos de PIS e Cofins sobre ICMS	224.734	7,65	0	0,00	-
Depósito vinculado a litígios	65.927	2,24	62.782	2,63	5,01
Direito de retirada de gás	-	-	0	0,00	-
Ativo financeiro	34.386	1,17	29.183	1,22	17,83
Ativo de contrato	95.137	3,24	94.115	3,95	1,09
Intangíveis	1.781.390	60,60	1.813.458	76,05	1,77
Arrendamento – direito de uso	1.750	0,06	1.715	0,07	2,04
Total dos ativos não circulantes	2.204.617	75,00	2.012.788	84,41	9,53
Total dos ativos	2.939.600	100,00	2.384.448	100,00	23,28

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

PASSIVO

	31/12/2021 AV (%)		31/12/2020 AV (%)		AH (%)
(valores expressos em milhares de reais, exceto percentuais)					
Circulante					
Debêntures e Notas Promissórias	66.913	2,28	63.538	2,66	5,31
Fornecedores	249.304	8,48	136.255	5,71	82,97
Tributos a recolher	5.032	0,17	4.761	0,20	5,69
Imposto de renda e contribuição social a recolher	32.397	1,10	8.066	0,34	301,65
Salários, provisões e contribuições sociais	19.364	0,66	19.623	0,82	-1,32
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	26.858	0,91	11.474	0,48	134,08
Arrendamento – obrigações	1.878	0,06	326	0,01	476,07
Obrigação de entrega de gás	11.333	0,39	43.738	1,83	-74,09
Outras obrigações	2.048	0,07	5.232	0,22	-60,86
Total dos passivos	415.127	14,12	293.013	12,29	41,68
Não circulante					
Debêntures e notas promissórias	967.999	32,93	924.117	38,76	4,75
Provisões para riscos	10.002	0,34	4.743	0,20	110,88
Valores a restituir para clientes	186.621	6,35	0	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	5.953	0,20	5.460	0,23	9,03
Imposto de renda e contribuição social	55.985	1,90	45.116	1,89	24,09
Arrendamento - obrigações	0	0,00	1.682	0,07	-100,00
Obrigação de entrega de gás	76.311	2,60	30.907	1,30	-100,00
Outras obrigações	0	0,00	0	0,00	0,00
Total dos passivos não circulantes	1.302.871	44,32	1.012.025	42,44	28,74
Total dos passivos	1.717.998	58,44	1.305.038	54,73	31,64
Total do patrimônio líquido	1.221.602	41,56	1.079.410	45,27	13,17
Total do patrimônio líquido e dos passivos	2.939.600	100,00	2.384.448	100,00	23,28

ATIVO

Circulante

O ativo circulante aumentou 97,76% em 31 de dezembro de 2021 quando comparado ao ativo circulante em 31 de dezembro de 2020, passando de R\$371.660 mil, em 31 de dezembro de 2020, para R\$734.983 mil, em 31 de dezembro de 2021, representando, nas referidas datas, 25,0% e 15,4%, respectivamente, do total do ativo.

Os diretores da Companhia entendem que as variações líquidas descritas abaixo representam, adequadamente, as movimentações ocorridas nos períodos.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 dezembro de 2021, o saldo do caixa e equivalentes de caixa totalizava R\$ 424.862 mil, representando um aumento de 102,71% em relação ao saldo de R\$ 209.594,00 mil, em 31 de dezembro de 2020. Os diretores da Companhia entendem

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

que o aumento ocorreu, principalmente, em razão da elevação da geração de caixa nas atividades operacionais da Companhia no exercício.

Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 dezembro de 2021, os títulos e valores mobiliários da Companhia representam uma redução de R\$51.241 mil em relação ao saldo apresentado em 31 de dezembro de 2020, em razão da retirada dos recursos do fundo FIC Pampulha.

Contas a receber de clientes

Em 31 dezembro de 2021, o saldo de contas a receber de clientes totalizava R\$ 228.089 mil, o que, se comparado ao saldo de R\$ 132.908 mil em 31 de dezembro de 2020, representou um aumento de 71,61%. Os diretores da Companhia entendem que esta variação decorreu, principalmente, em razão do aumento do volume de vendas para seus clientes industriais e térmicos.

Não circulante

O ativo não circulante aumentou R\$191.829 mil em 31 dezembro de 2021, quando comparado com o ativo não circulante em 31 de dezembro de 2020, passando de R\$ 2.012.788 mil, no final de 2020, para R\$ 2.204.617 mil, no encerramento de 2021, representando 84,41% e 75%, respectivamente, do total dos ativos detidos pela Companhia.

Os diretores da Companhia entendem que o aumento ocorreu, principalmente, pelas variações dos valores de créditos de Pis e COFINS sobre o ICMS, que foram registrados em 2021, no montante de R\$224.734 mil, de atualizações monetárias dos valores vinculados a litígios e dos valores de ativos financeiros, somados aos valores investidos na concessão e deduzidos dos valores de amortizações de seus ativos intangíveis.

PASSIVO

Circulante

O passivo circulante em 31 de dezembro de 2021 era de R\$415.127 mil, representando um aumento de 41,68%, ou R\$122.114 mil, comparado ao passivo circulante em 31 de dezembro de 2020, que era de R\$293.013 mil, representando 14,12% e 12,29% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente.

Os diretores da Companhia entendem que o referido aumento decorreu principalmente das variações líquidas abaixo descritas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Fornecedores

O saldo de fornecedores, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$249.304 mil, representando um aumento de 82,97%, ou R\$113.049 mil em relação ao saldo de R\$136,255 mil, em 31 de dezembro de 2020, decorrente, do maior volume adquirido para atendimento ao consumo dos grandes clientes e das térmicas e em razão das variações do preço do gás e do petróleo no mercado internacional.

Dividendos e Juros sobre capital próprio

O aumento no saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está relacionado ao maior lucro da Companhia em 2021. O complemento do dividendo mínimo obrigatório saltou de R\$9.637 mil, em 2020, para R\$24.668mil, em 2021. Um aumento de 134,08%, reflexo do desempenho das operações da Companhia.

Não circulante

O passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$1.302.871 mil, representando um aumento de 28,74% ou R\$290.846 mil, se comparado ao passivo não circulante de R\$1.012.025 mil, em 31 de dezembro de 2020, representando 44,32% e 42,44% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020, respectivamente.

Debêntures e notas promissórias

O saldo de debêntures e notas promissórias não circulante, em 31 de dezembro de 2021, totalizou R\$967.999 mil, representando um aumento de 4,75%, ou R\$43.882 mil, em relação ao saldo de R\$924.117 mil, em 31 de dezembro de 2020. Os diretores da Companhia entendem que esta redução ocorreu em função da alteração do perfil da dívida, que foi alongado por meio da 8ª emissão de debêntures de infraestrutura, não conversíveis em ações.

Provisões para riscos e Imposto de renda e contribuição social diferidos

As variações nos grupos de contas de provisões para riscos e imposto de renda e contribuição social diferidos foram impactadas pelo trânsito em julgado, em 09 de junho de 2020, da ação que discutia o direito da Companhia quanto ao aproveitamento de créditos de ICMS, sobre a aquisição de ativo imobilizado utilizado na rede de distribuição de gás natural canalizado, favoravelmente à Companhia. Os valores provisionados relativos à causa, no montante de R\$38.740, em 31 de dezembro de 2019, foram revertidos, tendo sido também baixados os créditos de ICMS, de igual valor, que se encontravam registrados no ativo. Adicionalmente, foi reconhecida a atualização financeira dos valores depositados judicialmente e solicitado levantamento do montante atualizado de R\$66.612, com pedido de urgência. Os impostos incidentes sobre a atualização financeira foram diferidos, motivando a variação significativa nessas contas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Valores a restituir aos consumidores

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou saldo de R\$186.621 mil na conta de valores a restituir aos consumidores em decorrência do julgamento da ação de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, pois há perspectiva de devolução dos valores que serão levantados na conclusão da ação individual da Companhia, por meio de mecanismo regulatório ou por meio de cobrança direta de algum cliente que não tenha utilizado os créditos tributários advindos do tema.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, totalizou R\$1.221.602 mil, o que, se comparado ao patrimônio líquido de R\$1.079.410, em 31 de dezembro de 2020, representou um aumento de 13,17%, representando 41,56% e 45,27% do total do passivo e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente.

Os diretores da Companhia entendem que a variação na representatividade do patrimônio líquido em relação ao total do passivo e patrimônio líquido deve-se, principalmente, pelo lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, decorrente do resultado positivo de suas atividades operacionais, conforme registros na conta de Reservas de Lucros.

Demais contas patrimoniais

As demais contas patrimoniais não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, ou não representavam uma participação substancial na composição total do ativo ou do total do passivo e patrimônio líquido da Companhia naquelas datas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS *(Valores expressos em milhares de reais, exceto percentuais)*

	31/12/2022	AV (%)	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Receita líquida	3.685.380	100,00%	2.851.063	100,00%	29,26%
Custo dos produtos vendidos	-2.849.932	-77,33%	-2.115.695	-74,21%	34,70%
Custos de construção de infraestrutura - ICPC 01 / IFRIC 12	-52.596	-1,43%	-49.901	-1,75%	5,40%
Lucro bruto	782.852	21,24%	685.467	24,04%	14,21%
Despesas de vendas, administrativas e gerais	-89.538	-2,43%	-86.284	-3,03%	3,77%
Perdas estimadas de créditos com liquidação duvidosa	-59	0,00%	-115	0,00%	-48,70%
			-	-	
Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social	693.255	18,81%	599.068	21,01%	15,72%
Receitas financeiras	110.438	3,00%	62.143	2,18%	77,72%
Despesas financeiras	-119.754	-3,25%	-150.975	-5,30%	-20,68%
Resultado financeiro	-9.316	-0,25%	-88.832	-3,12%	-89,51%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	683.939	18,56%	510.236	17,90%	34,04%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-202.250	-5,49%	-138.825	-4,87%	45,69%
Imposto de renda e contribuição social diferido	-3.950	-0,11%	-10.665	-0,37%	-62,96%
Lucro líquido do exercício	477.739	12,96%	360.746	12,65%	32,43%

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia atingiu R\$3.685.380 mil no ano de 2022, 29,26% (+R\$834.317 mil) superior ao montante registrado em igual período do ano anterior, sendo impactada positivamente pelo reajuste na margem do gás natural e pelo aumento do custo homologado do gás ocorrido.

Somado a isso, houve crescimento expressivo no volume comercializado para o mercado não térmico em 2022: aumento de 10,66% nas vendas para o segmento industrial, englobando as vendas para o segmento de gás natural comprimido industrial e as para o mercado livre; incremento de 18,36% no volume do mercado automotivo, englobando as vendas para o segmento de gás natural comprimido automotivo; crescimento de 4,82% no segmento residencial; aumento de 4,89% no segmento de cogeração, geração e climatização e elevação de 12,28% do volume

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

vendido para os clientes comerciais e industriais de menor consumo. Assim, o mercado de gás natural não térmico teve um aumento no volume comercializado de 10,83% em relação ao ano anterior, mitigando a retração de 89,53% do volume de gás comercializado para o mercado termelétrico. Foram 1.060,4 milhões de metros cúbicos de gás natural comercializados em 2022, equivalentes a 2.905,08 mil metros cúbicos por dia, no mercado não térmico. Incluindo-se o consumo das termelétricas, o volume é de 1.105,5 milhões de metros cúbicos de gás natural, equivalentes a 3.028,67 mil metros cúbicos por dia.

A carteira de clientes atendidos pela Gasmig ao final de 2022 foi de 82.582 consumidores, representando uma expansão de 14,38% em relação ao ano anterior. Esses clientes estão distribuídos em 46 municípios, sendo: a) 102 indústrias de grande e médio porte, incluído o cliente atendido no mercado livre; b) 1.201 pequenas indústrias e estabelecimentos comerciais e de serviços; c) 62 postos de revenda de Gás Natural Veicular (GNV); d) 1 empresa de frota de veículos consumidora de Gás Natural Veicular para Frotista (GNVF); e) 5 empresas de distribuição de Gás Natural Comprimido Industrial (GNCI); f) 2 empresas distribuidoras de Gás Natural Comprimido Veicular (GNCV); g) 7 empresas do segmento de cogeração, geração e climatização; h) 81.201 unidades residenciais ligadas; i) 2 usinas termelétricas atendidas no mercado livre.

Cabe destacar que, em abril de 2022, foi publicada a segunda revisão tarifária periódica da concessionária Gasmig. A revisão tarifária foi antecipada em 1 (um) ano, devido aos impactos da pandemia da Covid-19 no cenário de consumo de gás natural em Minas Gerais. O objetivo de uma revisão tarifária é definir um novo índice de reposicionamento tarifário que mantenha as premissas da atividade regulatória, mantendo o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, visando a garantia de tarifas mais competitivas para o mercado consumidor em Minas Gerais e remuneração justa dos ativos da Gasmig por seus serviços prestados à sociedade.

Em novembro de 2022, a Gasmig e o Estado de Minas Gerais assinaram o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão repactuando as metas físicas da Concessionária e alterando o índice de correção inflacionário do Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. A mudança de indicador tem como objetivo melhor previsibilidade dos reajustes das tarifas, bem como a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão e manutenção da modicidade tarifária.

Custo dos Produtos Vendidos

Os custos dos produtos vendidos também cresceram influenciados em parte pelo reajuste dos custos praticados. A variação contratual dos preços do gás natural foi, aproximadamente, 48% superior ao custo praticado no mesmo período do ano anterior.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro Bruto

O lucro bruto cresceu R\$97.385 mil (+14,21%) em 2022 em relação ao ano anterior, passando de R\$685.467 mil para R\$782.582 mil nesse intervalo, representando, em 31 de dezembro de 2021 e de 2022, 24,04% e 21,24%, respectivamente, da receita líquida. Tal crescimento ocorreu em razão do crescimento no consumo dos clientes, aumento do custo do gás e pela revisão tarifária, que reposicionou as margens da Companhia.

Lucro Líquido

O Lucro Líquido atingiu o valor de R\$477.739 mil, em 2022, impactado pelo melhor resultado operacional e pelo resultado financeiro obtido.

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS *(Valores expressos em milhares de reais, exceto percentuais)*

	31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	AH (%)
Receita líquida	2.851.063	100,00	1.663.357	100,00	71,40
Custo dos produtos vendidos	-2.115.695	-74,21	-1.189.737	-71,53	77,83
Custos de construção de infraestrutura – ICPC 01/IFRIC 12	-49.901	-1,75	-50.489	-3,04	-1,16
Lucro bruto	685.467	24,04	423.131	25,44	62,00
Despesas de vendas, administrativas e gerais	-75.577	-2,65	-65.187	-3,92	15,94
Participação nos resultados	-10.822	-0,38	-9.804	-0,59	10,38
Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social	599.068	21,01	348.140	20,93	72,08
Receitas financeiras	62.143	2,18	43.857	2,64	41,69
Despesas financeiras	-150.975	-5,30	-71.731	-4,31	110,47
Resultado financeiro	-88.832	-3,12	-27.874	-1,68	218,69
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	510.236	17,90	320.266	19,25	59,32
Imposto de renda e contribuição social corrente	-138.825	-4,87	-79.113	-4,76	75,48
Imposto de renda e contribuição social diferido	-10.665	-0,37	-13.043	-0,78	-18,23
Lucro líquido do exercício	360.746	12,65	228.110	13,71	58,15

Receita Líquida

A Companhia registrou um acréscimo de 71,40% na sua receita líquida de fornecimento de gás, em 31 de dezembro de 2021, comparado ao valor apurado em 31 de dezembro de 2020, passando de R\$1.663.357 mil para R\$2.851.063 mil. Esta variação decorre, basicamente, do aumento de 45,2% no volume de gás vendido, sendo 1.387.515 m³ em 2021, comparado a 945.727 m³ em 2020, sob influência,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

principalmente, do mercado termelétrico, que apresentou um aumento de 205,32% dado que os níveis dos reservatórios das usinas ficaram abaixo do esperado em 2021, o que ocasionou maiores despachos das térmicas e a margem do gás natural foi reajustada pelo IGP-M em 25,7% em 2021.

Custo dos Produtos Vendidos

Na comparação com o ano de 2020, o custo dos produtos vendidos cresceu 77,83% em 2021, passando de R\$1.189.737 mil, em 31 de dezembro de 2020, para R\$2.115.695 mil, em 31 de dezembro de 2021, representando, nas referidas datas, 71,53% e 74,21%, respectivamente, da receita líquida. Essa variação é reflexo do aumento do custo do gás ocorrido em 2021, na ordem de 42,7%, o que também refletiu na tarifa, adicionado ao aumento dos volumes vendidos para atender à recuperação da economia, em um cenário de retomada das atividades dos principais clientes, após o arrefecimento da pandemia da Covid-19.

Lucro Bruto

O lucro bruto cresceu 62% em 2021, quando comparado ao lucro bruto de 2020, passando de R\$423.131 mil para R\$685.467 mil nesse intervalo, representando, em 31 de dezembro de 2020 e de 2021, 25,44% e 24,04%, respectivamente, da receita líquida. Tal crescimento ocorreu em razão do aumento do volume vendido e do aumento do custo do gás, conforme citado anteriormente, reflexos da crise hídrica, que demandou maiores despachos das termelétricas e da retomada do mercado industrial de Minas Gerais.

Lucro Líquido

O lucro líquido cresceu 58,15% em 2021 na comparação com o lucro líquido de 31 de dezembro de 2020, passando de R\$228.110 mil para R\$360.746 mil, representando, 13,71% da receita líquida apurada em 2021 e 12,65% da receita líquida apurada em 2020.

Os diretores da Companhia entendem que o acréscimo no lucro líquido ocorreu, principalmente, em função da retomada do mercado com a redução do impacto da pandemia do coronavírus.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NOS FLUXOS DE CAIXA ENTRE OS EXERCÍCIOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO 2021

R\$ mil	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	483.347	537.477	-10,1
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-56.833	-75.848	-25,1
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-337.349	-246.361	36,9
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	89.165	215.268	-58,6

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Liquidez e Recursos de Capital

Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da construção de novas instalações de distribuição de gás, para expansão da rede, bem como para modernização das instalações de distribuição já existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos.

Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital com caixa gerado por operações e com fundos provenientes de financiamento.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$89.165 mil que, em comparação ao aumento de R\$215.268 mil em 31 de dezembro de 2020, representou uma redução de 58,58%.

As razões para esta variação são apresentadas a seguir: Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

A redução do caixa líquido proveniente das atividades operacionais de 31 de dezembro 2022, em comparação ao período de 31 de dezembro de 2021, deveu-se, principalmente, ao maior pagamento de tributos federais, reflexo do melhor lucro antes dos impostos em relação ao exercício anterior.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento, em 2022, totalizou R\$56.833 mil, comparado ao caixa líquido proveniente das atividades de investimento, de R\$75.848 mil, em 2021. Essa variação de R\$19.015 mil, ou 25,07%, decorre, principalmente, do resgate de títulos e valores mobiliários e aplicações, em menor proporção, em títulos com vencimentos mais alongado, com maior rentabilidade, bem como pelo crescimento dos valores investidos nos ativos da concessão.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$337.349 mil, comparado a R\$246.361 mil, de 2021. Esse aumento de 36,9%, deve-se, especialmente, ao aumento nos pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NOS FLUXOS DE CAIXA ENTRE OS EXERCÍCIOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO 2020

R\$ mil	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	537.477	421.617	27,48
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-75.848	22.957	-430,39
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-246.361	-252.936	-2,60
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	215.268	191.638	12,33

Liquidez e Recursos de Capital

Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da construção de novas instalações de distribuição de gás, para expansão da rede, bem como para modernização das instalações de distribuição já existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos.

Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital com caixa gerado por operações e com fundos provenientes de financiamento.

O aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$215.268 mil que, em comparação ao aumento de R\$191.638 mil em 31 de dezembro de 2020, representou um acréscimo de 12,33%.

As razões para esta variação são apresentadas a seguir: Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O aumento do caixa líquido proveniente das atividades operacionais de 31 de dezembro 2021, em comparação ao período de 31 de dezembro de 2020, deveu-se, principalmente, ao aumento do volume vendido, impulsionado pela retomada das atividades dos principais clientes, bem como pelo aumento do custo do gás repassado nas tarifas, motivando a melhora do resultado operacional e consequente otimização do fluxo de contas a receber em relação ao exercício anterior.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento, em 2021, totalizou R\$75.848 mil, comparado ao caixa líquido positivo proveniente das atividades de investimento, de R\$22.957 mil, em 2020. Essa variação de R\$98.805 mil, ou 430,9%, decorre, principalmente, do resgate de títulos e valores mobiliários de curto prazo e aplicações em títulos com vencimentos mais alongado, com maior rentabilidade, bem como pelo crescimento dos valores investidos nos ativos da concessão.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$246.361 mil, comparado a R\$252.936 mil, de 2020. Essa redução de 2,6%, deve-se aos juros incorridos, especialmente, na amortização integral das Notas Promissórias, que foram utilizadas como empréstimo ponte entre o pagamento de bônus de outorga para renovação da concessão e a 8ª emissão de debêntures de infraestrutura da Companhia, reduzido do aumento nos pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a) **resultados das operações do emissor:**

i. *descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

A receita líquida da Companhia decorre do fornecimento de gás natural e da receita de construção de infraestrutura de distribuição de gás canalizado, conforme abaixo:

<i>(em milhares de R\$)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Receita líquida de vendas	3.632.784	2.801.162	1.612.868
Receita de construção de infraestrutura	52.596	49.901	50.489
Receita Líquida	3.685.380	2.851.063	1.663.357

A receita líquida de vendas é composta por valores relativos ao fornecimento bruto de gás a clientes de diversos segmentos de mercado, conforme tabelas a seguir:

(vide próxima página)

2.2 Resultados operacional e financeiro

	Número de consumidores ⁽¹⁾			Volume em mil m ³ (1)			R\$ mil		
	31 de dezembro de			31 de dezembro de			31 de dezembro de		
	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020
Automotivo	62	59	57	40.932	34.688	28.768	169.091	115.147	67.86
Gás Natural Comprido									
Automotivo	2	1	2	364	203	450	1.260	579	987
Industrial	101	99	95	870.667	863.030	720.345	3.925.310	2.686.014	1.661.991
Gás Natural Comprimido									
Industrial	5	4	4	13.616	14.810	14.381	49.059	34.293	23.501
Uso geral⁽²⁾	-	-	-	-	-	4.636	-	-	19.334
Pequeno Cliente não Residencial⁽²⁾	-	-	-	-	-	924	-	-	4.049
Residencial	81.201	69.912	60.128	11.392	10.868	9.342	85.130	61.153	43.848
Cogeração	7	5	5	13.137	12.525	13.355	53.270	34.293	26.553
Comercial e Industrial⁽²⁾	1.201	1.154	1.121	23.114	20.586	12.424	105.333	78.928	33.372
Subtotal – gás convencional	82.579	71.234	61.412	973.222	956.710	804.625	4.388.452	3.010.407	1.881.495
Termelétricas (*)	(*)	2	2	37.991	430.805	141.102	42.500	478.107	134.040
	82.579	71.236	61.414	1.011.213	1.387.515	945.727	4.430.952	3.488.514	2.015.535

⁽¹⁾ Informações não auditadas pelos auditores independentes

(*) Os dois clientes Termelétricas migraram para o mercado livre a partir de 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Receita de construção de infraestrutura

A receita de construção foi apurada conforme determinação da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, da Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão e do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, considerando as adições proveniente das obrigações originadas no contrato de concessão, somadas aos juros de obras em andamento incidentes sobre os projetos em aberto nos períodos de referência.

(em milhares de R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Receita de construção	52.596	49.901	50.489
Custos de construção	(52.596)	(49.901)	(50.489)

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Determinados fatores macroeconômicos influenciam diretamente os resultados do setor da Companhia, tais como [o crescimento da economia, com redução do desemprego e geração de renda, redução das taxas de juros, disponibilidade de crédito e alternativas de captação].

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Em 2022, a Gasmig comercializou um total de 1.060,4 milhões de metros cúbicos de gás natural, equivalente a 2.905,08 mil metros cúbicos por dia, no mercado não térmico. Incluindo-se o consumo das termelétricas, o volume é de 1.105,5 milhões de metros cúbicos de gás natural, equivalentes a 3.028,67 mil metros cúbicos por dia.

A retomada da atividade econômica a níveis pré-pandemia da Covid-19 foi essencial para o crescimento de volume comercializado: aumento de 10,66% nas vendas para o segmento industrial, englobando as vendas para o segmento de gás natural comprimido industrial e as para o mercado livre; incremento de 18,36% no volume do mercado automotivo, englobando as vendas para o segmento de gás natural comprimido automotivo; crescimento de 4,82% no segmento residencial; aumento de 4,89% no segmento de cogeração, geração e climatização e elevação de 12,28% do volume vendido para os clientes comerciais e industriais de menor consumo. Assim, o mercado de gás natural não térmico teve um aumento no volume comercializado de 10,83% em relação ao ano anterior. O volume de gás comercializado para o mercado termelétrico, por outro lado, em virtude da situação favorável dos reservatórios das usinas hidrelétricas, apresentou retração de 89,53% no período.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A receita da Companhia varia também em função do custo de aquisição do gás natural. Os componentes do custo de aquisição de gás natural são o custo da molécula e a parcela do custo de transporte. A parcela da molécula é atrelada à cotação do petróleo Brent e à taxa de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano. A parcela de transporte é reajustada anualmente.

A margem de distribuição da Companhia é reajustada anualmente. Em novembro de 2019, com a publicação da 1ª RTP através da Resolução SEDE nº 21, de 13 de novembro de 2019 e nota técnica SEDE nº 01/2019, ficou mantida a data base de reajuste da margem de distribuição para 1º de fevereiro de cada ano pela variação do IGPM dos últimos 12 meses. Em fevereiro de 2022, a margem da concessionária foi reajustada em 16,00%. Em novembro de 2022, a Gasmig e o Estado de Minas Gerais assinaram o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão repactuando as metas físicas da Concessionária e alterando o índice de correção inflacionário do Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

As principais taxas indexadoras aplicáveis ao negócio da Companhia, nos últimos 3 (três) exercícios sociais são o IGP-M, IPCA, CDI, TJLP e SELIC:

IGP-M: Tal índice impacta na margem da Companhia por meio dos reajustes anuais determinados pelo órgão regulador, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE). Destaca-se que o histórico de reajustes tarifários adequados e a forte proteção das margens pelo repasse dos custos com a aquisição do gás, atua como importante proteção da geração de caixa da Gasmig.

IPCA: a 8ª emissão de debêntures da Companhia, cuja dívida foi contraída em 2020, no valor de R\$850 milhões, está indexada ao IPCA. A variação desta taxa, portanto, pode afetar significativamente o serviço da dívida da Companhia.

CDI: a 7ª emissão de debêntures da Companhia está atrelada a esse índice, todavia ela será integralmente quitada em 2023, quando será paga a 5ª e última parcela anual de amortização, no valor de R\$20 milhões.

TJLP e SELIC: O contrato relativo à 4ª Emissão de Debêntures da Gasmig, celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) em 2013 para viabilizar os planos de investimento de 2013 a 2017 tinha como indexadores a SELIC e a TJLP, mas foi integralmente quitado no mês de dezembro/2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia, aumentando suas despesas operacionais. Estas despesas operacionais incluem os custos de mão de obra, despesas com vendas, gerais e administrativas. No entanto, a inflação não tem impacto material sobre o negócio da Companhia para os períodos apresentados. Anualmente, a SEDE/MG corrige a margem bruta da Companhia pelo IGP-M registrado nos últimos 12 (doze) meses.

Os contratos de fornecimento de gás com as UTEs de Juiz de Fora e de Ibirité são denominados contratos "espelho", ou "back to back", nos quais os volumes contratados e as condições estabelecidas entre a supridora Petrobras e a distribuidora GASMIG são reproduzidas nos contratos entre a distribuidora e as UTEs. Esse mecanismo contratual, denominado "Infração Conexa", permite à Companhia mitigar os seus riscos de crédito em decorrência do eventual descumprimento de contrato por uma das outras partes.

Os resultados da Companhia podem ser impactados pela inflação, pela taxa de câmbio e pela cotação do petróleo no mercado internacional.

Taxas de Inflação

A margem de distribuição da Companhia é reajustada anualmente em fevereiro de cada ano com base na inflação acumulada.

O custo da parcela de transporte é reajustado anualmente conforme variação da inflação.

Variação dos principais insumos e produtos

Os contratos de fornecimento de gás natural da Companhia, seu principal insumo, atrelam seu preço de aquisição à cotação do petróleo Brent e à taxa de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano. Esta parcela é reajustada trimestralmente.

O custo da parcela de transporte é reajustado anualmente conforme variação da inflação.

Câmbio

Os contratos de fornecimento de gás natural da Companhia, seu principal insumo, atrelam seu preço de aquisição à cotação do petróleo Brent e à taxa de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano. Esta parcela é reajustada trimestralmente.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Taxa de Juros

Variações nos itens acima podem impactar no resultado da Companhia.

Há também o mecanismo da parcela compensatória, meio usado para repassar integralmente para as tarifas as variações positivas e negativas entre as previsões assumidas para o cálculo do custo médio do gás adquirido para o reajuste das tarifas e o efetivamente pago. O mecanismo da parcela compensatória resguarda o equilíbrio econômico-financeiro da concessão do serviço de distribuição de gás natural.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2

Pronunciamentos técnicos novos ou revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

CPC 25/IAS 37 – vigência 01/01/2022 - Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma "abordagem de custo relacionado diretamente", sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

CPC 27/IAS 16 - vigência 01/01/2022 - Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.

CPC 15/IFRS 3 – vigência 01/01/2022 - além das mudanças relacionadas à estrutura conceitual, que não alteraram significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do IFRS 3/CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridos separadamente.

Essas alterações não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Pronunciamentos técnicos novos ou revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021

A Companhia avaliou a aplicação, pela primeira vez, de determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data.

As principais alterações estão relacionadas a CPC 06 (R2) / IFRS 16, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático que concede a opção por não avaliar se uma

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

concessão de benefício decorrente da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

Pronunciamentos técnicos novos ou revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez de determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data. As principais alterações estão descritas a seguir:

CPC 15 (R1)/ IFRS 03: As alterações auxiliam as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Esclarece que para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos devem incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo que, em conjunto, contribui significativamente para criação de output. Adicionalmente, um negócio pode existir sem incluir todos os inputs e processos necessários para criar outputs. Também introduziu um teste de concentração de valor justo opcional. As alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação.

CPC 26 (R1)/ IAS 1 e IAS 8: Alinham a definição de "omissão material" e "distorção material" e esclarecem alguns aspectos desta definição.

CPC 38/IAS 39, CPC 40 (R1)/ IFRS 7 e CPC 48/IFRS 09 - "Reforma da Taxa de juros de Referência": As revisões ao CPC 38 e CPC 48 proporcionam uma série de mitigações, que se aplicam à relação de proteção que é diretamente impactada pela reforma de taxa de juros de referência. A relação de proteção é impactada se a reforma causa incertezas sobre o momento e/ou o montante do fluxo de caixa baseados na taxa de juros de referência do item protegido ou do instrumento de hedge.

CPC 06(R2)/ IFRS 16: concede a opção aos arrendatários de não aplicar o guia do CPC 06 (R2) para contabilização de modificações de contrato que decorrem de benefícios relacionados à pandemia Covid-19. Como expediente prático, o arrendatário poderá optar por não avaliar se uma concessão de benefício decorrente da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato. O arrendatário que fizer essa opção, deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido de acordo com as regras previstas no CPC 06 (R2) para mudanças que não são consideradas modificação do contrato de arrendamento.

Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - Conceptual Framework for Financial Reporting: A Estrutura Conceitual não é um pronunciamento propriamente dito e os seus conceitos não se sobrepõem àqueles previstos nos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB. O objetivo da Estrutura Conceitual é auxiliar no desenvolvimento

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

de pronunciamentos, orientar os preparadores de demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes quando não houver nenhum pronunciamento aplicável, além de assistir todas as partes no entendimento e interpretação dos pronunciamentos. Essas alterações impactarão as entidades que desenvolvem suas políticas contábeis com base na Estrutura conceitual, cuja revisão inclui alguns novos conceitos, definições e critérios de reconhecimento para ativos e passivos, além de esclarecer algumas questões importantes.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

b) *opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor*

Não houve opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a) *introdução ou alienação de segmento operacional*

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022.

b) *constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

Não houve, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022, nenhuma constituição, aquisição ou alienação de participação societária em outras empresas por parte da Companhia.

c) *eventos ou operações não usuais*

Não aplicável, tendo em vista que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022, não foram registrados quaisquer eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

2.7 Destinação de resultados

Período	2022	2021	2020
(a) Regras sobre retenção de lucros	<p>Nos termos do Estatuto Social e da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, vigentes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, são deduzidos do resultado do exercício, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a previsão para o imposto sobre a renda.</p> <p>Ainda, antes da distribuição dos dividendos do exercício, é efetuada a dedução da "reserva legal", em parcela de 5% do lucro, até o máximo de 20% do capital social, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("<u>Lei das Sociedades por Ações</u>"). No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido para a reserva legal.</p> <p>Adicionalmente, com a celebração do segundo aditivo ao Contrato de Concessão em dezembro de 2014, a Companhia passou a realizar a amortização dos valores registrados na "reserva de lucros a realizar", na mesma medida do reconhecimento da amortização dos ativos intangíveis constituídos para refletir o novo custo da concessão. Essa reserva teve origem no valor de atualização monetária do ativo financeiro acumulado, em função da aplicação do ICPC 01 - Contratos de Concessão, o qual foi convertido em ativo intangível no momento da renovação do contrato de concessão. A reversão da reserva de</p>	<p>Nos termos do Estatuto Social e da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, vigentes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, são deduzidos do resultado do exercício, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a previsão para o imposto sobre a renda.</p> <p>Ainda, antes da distribuição dos dividendos do exercício, é efetuada a dedução da "reserva legal", em parcela de 5% do lucro, até o máximo de 20% do capital social, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("<u>Lei das Sociedades por Ações</u>"). No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido para a reserva legal.</p> <p>Adicionalmente, com a celebração do segundo aditivo ao Contrato de Concessão em dezembro de 2014, a Companhia passou a realizar a amortização dos valores registrados na "reserva de lucros a realizar", na mesma medida do reconhecimento da amortização dos ativos intangíveis constituídos para refletir o novo custo da concessão. Essa reserva teve origem no valor de atualização monetária do ativo financeiro acumulado, em função da aplicação do ICPC 01 - Contratos de Concessão, o qual foi convertido em ativo intangível no momento da renovação do contrato de concessão. A reversão da reserva de lucros a realizar é realizada,</p>	<p>Nos termos do Estatuto Social e da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, vigentes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, são deduzidos do resultado do exercício, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a previsão para o imposto sobre a renda.</p> <p>Ainda, antes da distribuição dos dividendos do exercício, é efetuada a dedução da "reserva legal", em parcela de 5% do lucro, até o máximo de 20% do capital social, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("<u>Lei das Sociedades por Ações</u>"). No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido para a reserva legal.</p> <p>Adicionalmente, com a celebração do segundo aditivo ao Contrato de Concessão em dezembro de 2014, a Companhia passou a realizar a amortização dos valores registrados na "reserva de lucros a realizar", na mesma medida do reconhecimento da amortização dos ativos intangíveis constituídos para refletir o novo custo da concessão. Essa reserva teve origem no valor de atualização monetária do ativo financeiro acumulado, em função da aplicação do ICPC 01 - Contratos de Concessão, o qual foi convertido em ativo intangível no momento da renovação do contrato de concessão. A reversão da reserva de lucros a realizar é realizada,</p>

2.7 Destinação de resultados

Período	2022	2021	2020
	<p>lucros a realizar é realizada, anualmente e, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$4.886 mil, representando 1,0% do lucro disponível para distribuição (compreendendo o lucro líquido do exercício deduzido da reserva legal constituída).</p> <p>A Companhia também constitui "reserva de retenção de lucros", que tem por objetivo reforçar o capital circulante e atender às necessidades de recursos para investimentos da Companhia em obras de distribuição de gás e modernização. Nos exercícios em que esta reserva é constituída, as retenções de lucros são aprovadas pela Assembleia Geral com base em orçamentos de capital compreendendo todas as fontes e aplicações de recursos, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia propôs a distribuição de dividendos aos acionistas no montante equivalente a 100% (cem por cento) do Lucro Disponível apurado no respectivo exercício. Portanto, em 2022, não houve retenção de parcela dos lucros em "reserva de retenção de lucros".</p> <p>Na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 25 de abril de 2023, tendo em vista o resultado da Companhia verificado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício.</p>	<p>anualmente e, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$4.886 mil, representando 1,4% do lucro disponível para distribuição (compreendendo o lucro líquido do exercício deduzido da reserva legal constituída).</p> <p>A Companhia também constitui "reserva de retenção de lucros", que tem por objetivo reforçar o capital circulante e atender às necessidades de recursos para investimentos da Companhia em obras de distribuição de gás e modernização.</p> <p>No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia propôs a retenção de lucros no valor de R\$260.695 mil, com base em orçamentos de capital compreendendo todas as fontes e aplicações de recursos, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 29 de abril de 2022, tendo em vista o resultado da Companhia verificado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, foi modificada e aprovada a destinação do lucro líquido do exercício.</p>	<p>anualmente e, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, foi de R\$4.886 mil, representando 2,2% do lucro disponível para distribuição (compreendendo o lucro líquido do exercício deduzido da reserva legal constituída).</p> <p>A Companhia também constitui "reserva de retenção de lucros", que tem por objetivo reforçar o capital circulante e atender às necessidades de recursos para investimentos da Companhia em obras de distribuição de gás e modernização.</p> <p>No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia propôs a retenção de lucros no valor de R\$59.574 mil, com base em orçamentos de capital compreendendo todas as fontes e aplicações de recursos, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, apresentado aos administradores na forma do Plano de Negócios de 2020- 2027.</p> <p>Na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 29 de abril de 2021, tendo em vista o resultado da Companhia verificado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício.</p>
(a i) Valores das retenções	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a

2.7 Destinação de resultados

Período	2022	2021	2020
de lucros	<p>Companhia obteve lucro líquido de R\$477.739 mil, cuja destinação está descrita abaixo:</p> <p>Reserva legal: R\$23.888 mil.</p> <p>Dividendo mínimo obrigatório: R\$114.685 mil, sendo:</p> <p>Juros sobre o capital próprio: R\$65.187 mil.</p> <p>Dividendos: R\$49.498 mil.</p> <p>Dividendos adicionais propostos: R\$344.052 mil.</p>	<p>Companhia obteve lucro líquido de R\$360.746 mil, cuja destinação está descrita abaixo:</p> <p>Reserva legal: R\$18.037 mil.</p> <p>Dividendo mínimo obrigatório: R\$86.897 mil, sendo:</p> <p>Juros sobre o capital próprio: R\$62.229 mil.</p> <p>Dividendos: R\$24.668 mil.</p> <p>Dividendos adicionais propostos: R\$156.418mil.</p>	<p>Companhia obteve lucro líquido de R\$228.110 mil, cuja destinação está descrita abaixo:</p> <p>Reserva legal: R\$11.406 mil.</p> <p>Dividendo mínimo obrigatório: R\$55.397 mil, sendo:</p> <p>Juros sobre o capital próprio: R\$45.760 mil.</p> <p>Dividendos: R\$9.637 mil.</p> <p>Dividendos adicionais propostos: R\$106.619 mil.</p> <p>Reserva de retenção de lucros: R\$59.574 mil.</p>
(a ii) Percentuais em relação aos Lucros Totais Declarados	<p>Reserva legal: 5% do lucro líquido do exercício.</p> <p>Dividendos: 100% do lucro líquido ajustado e disponível do exercício (representado pelo lucro líquido do exercício deduzido da constituição da reserva legal e acrescido da reversão da reserva de lucros a realizar).</p>	<p>Reserva legal: 5,0% do lucro líquido do exercício.</p> <p>Dividendos: 100,0% do lucro líquido ajustado e disponível do exercício (representado pelo lucro líquido do exercício deduzido da constituição da reserva legal e acrescido da reversão da reserva de lucros a realizar).</p>	<p>Reserva legal: 5,0% do lucro líquido do exercício.</p> <p>Dividendos: 73,12% do lucro líquido ajustado e disponível do exercício (representado pelo lucro líquido do exercício deduzido da constituição da reserva legal e acrescido da reversão da reserva de lucros a realizar).</p> <p>Reserva de retenção de lucros: 26,88% do lucro líquido ajustado e disponível do exercício (representado pelo lucro líquido do exercício deduzido da constituição da reserva legal e acrescido da reversão da reserva de lucros a realizar).</p>
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>O Estatuto Social e a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia preveem que a distribuição de dividendos aos acionistas não será inferior a 25% do lucro líquido ajustado (dividendo obrigatório). Ainda, o Conselho de Administração da Companhia poderá declarar dividendos intermediários ou intercalares, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros e, também, o pagamento de juros sobre capital próprio. Cumpre salientar que, os juros pagos ou creditados a</p>	<p>O Estatuto Social e a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia preveem que a distribuição de dividendos aos acionistas não será inferior a 25% do lucro líquido ajustado (dividendo obrigatório). Ainda, o Conselho de Administração da Companhia poderá declarar dividendos intermediários ou intercalares, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros e, também, o pagamento de juros sobre capital próprio. Cumpre salientar que, os juros pagos ou creditados a</p>	<p>O Estatuto Social e a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia preveem que a distribuição de dividendos aos acionistas não será inferior a 25% do lucro líquido ajustado (dividendo obrigatório). Ainda, o Conselho de Administração da Companhia poderá declarar dividendos intermediários ou intercalares, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros e, também, o pagamento de juros sobre capital próprio. Cumpre salientar que, os juros pagos ou creditados a</p>

2.7 Destinação de resultados

Período	2022	2021	2020
	título de capital próprio serão imputados aos valores dos dividendos obrigatórios, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.	serão imputados aos valores dos dividendos obrigatórios, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.	serão imputados aos valores dos dividendos obrigatórios, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.
(c) Periodicidade de das distribuições de dividendos	Os dividendos são distribuídos de forma anual, podendo o Conselho de Administração declarar Dividendos intermediários ou intercalares, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros e, também, o pagamento de juros sobre o capital próprio.	Os dividendos são distribuídos de forma anual, podendo o Conselho de Administração declarar Dividendos intermediários ou intercalares, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros e, também, o pagamento de juros sobre o capital próprio.	Os dividendos são distribuídos de forma anual, podendo o Conselho de Administração declarar Dividendos intermediários ou intercalares, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros e, também, o pagamento de juros sobre o capital próprio.
(d) Restrições à distribuição de dividendos	<p>A Companhia não está sujeita a restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, nem por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p> <p>Na data deste Formulário de Referência, a Companhia informa que está cumprindo com todas as suas obrigações e restrições impostas nos seus instrumentos de dívida, no entanto, qualquer inadimplemento decorrente de descumprimento de obrigações contratuais da Companhia, pode afetar substancial e adversamente sua condição financeira, sua capacidade de conduzir seus negócios e seus negócios.</p> <p>Em decorrência de seus contratos financeiros, a Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas (<i>covenants</i>) existentes, que impõem restrições operacionais e outras restrições ao seu negócio, dentre as quais destacam-se a manutenção de índices financeiros específicos, que devem ser cumpridos continuamente todos os anos para não ocasionarem em descumprimento de suas</p>	<p>A Companhia não está sujeita a restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, nem por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p> <p>Na data deste Formulário de Referência, a Companhia informa que está cumprindo com todas as suas obrigações e restrições impostas nos seus instrumentos de dívida, no entanto, qualquer inadimplemento decorrente de descumprimento de obrigações contratuais da Companhia, pode afetar substancial e adversamente sua condição financeira, sua capacidade de conduzir seus negócios e seus negócios.</p> <p>Em decorrência de seus contratos financeiros, a Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas (<i>covenants</i>) existentes, que impõem restrições operacionais e outras restrições ao seu negócio, dentre as quais destacam-se a manutenção de índices financeiros específicos, que devem ser cumpridos continuamente todos os anos para não ocasionarem em descumprimento de suas</p>	<p>A Companhia não está sujeita a restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, nem por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p> <p>Na data deste Formulário de Referência, a Companhia informa que está cumprindo com todas as suas obrigações e restrições impostas nos seus instrumentos de dívida, no entanto, qualquer inadimplemento decorrente de descumprimento de obrigações contratuais da Companhia, pode afetar substancial e adversamente sua condição financeira, sua capacidade de conduzir seus negócios e seus negócios.</p> <p>Em decorrência de seus contratos financeiros, a Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas (<i>covenants</i>) existentes, que impõem restrições operacionais e outras restrições ao seu negócio, dentre as quais destacam-se a manutenção de índices financeiros específicos, que devem ser cumpridos continuamente todos os anos para não ocasionarem em descumprimento de suas</p>

2.7 Destinação de resultados

Período	2022	2021	2020
	obrigações de dívida. Neste sentido, a capacidade de contratar novas dívidas, de manter linhas de crédito, de realizar investimentos ou distribuir dividendos acaba por ser restringida em decorrência de tais obrigações.	obrigações de dívida. Neste sentido, a capacidade de contratar novas dívidas, de manter linhas de crédito, de realizar investimentos ou distribuir dividendos acaba por ser restringida em decorrência de tais obrigações.	obrigações de dívida. Neste sentido, a capacidade de contratar novas dívidas, de manter linhas de crédito, de realizar investimentos ou distribuir dividendos acaba por ser restringida em decorrência de tais obrigações.
(e) Política de destinação de resultado formalmente aprovada	Em 31 de julho de 2019, o Conselho de Administração da GASMIG aprovou a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, a qual foi elaborada em estrita observância à Legislação e regulamentação aplicáveis e ao Estatuto Social. A Companhia divulga a Política de Distribuição de Dividendos em seu endereço na rede mundial de computadores. O documento é Acessível por meio do link https://ri.gasmig.com.br/es-tatuto-politicas-e-regimentos/	Em 31 de julho de 2019, o Conselho de Administração da GASMIG aprovou a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, a qual foi elaborada em estrita observância à Legislação e regulamentação aplicáveis e ao Estatuto Social. A Companhia divulga a Política de Distribuição de Dividendos em seu endereço na rede mundial de computadores. O documento é Acessível por meio do link https://ri.gasmig.com.br/es-tatuto-politicas-e-regimentos/	Em 31 de julho de 2019, o Conselho de Administração da GASMIG aprovou a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, a qual foi elaborada em estrita observância à Legislação e regulamentação aplicáveis e ao Estatuto Social. A Companhia divulga a Política de Distribuição de Dividendos em seu endereço na rede mundial de computadores. O documento é Acessível por meio do link https://ri.gasmig.com.br/es-tatuto-politicas-e-regimentos/

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como:

i. *Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando os respectivos passivos;*

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades, que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022.

ii. *Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços;*

Contratos de compra para fornecimento ao mercado

Para distribuição aos vários segmentos de mercado, a Companhia possuía com o fornecedor Petrobras o Contrato de Suprimento Adicional (CSA), celebrado em 15 de dezembro de 2004, com quantidade de gás contratada de 2.800.000 m³/dia até 15/12/2019. Em 16 de dezembro de 2019 foi assinado um aditivo, com vigência até 31/12/2019 e quantidade de gás contratada de 2.325.000 m³/dia até 31/12/2019. A partir de 01 de janeiro de 2020 passa a vigorar o Contrato de Compra e Venda de Gás Natural na Modalidade Firme Inflexível, celebrado com a Petrobras em 16/12/2019, com vigência até 31/12/2023 e quantidades de gás contratadas de 2.325.000 m³/dia até 31/12/2021 e 1.750.000 m³/dia de 01/01/2022 a 31/12/2023. Nesse contrato, a Petrobras tem o compromisso de atender a quantidade contratada diariamente, sob pena de incorrer em multas por falha de fornecimento além de estar prevista retirada mínima de 80% do volume contratado pela Companhia (Take or pay) e pagamento de encargo de capacidade.

Para distribuição aos clientes de vários segmentos de mercado ligados aos gasodutos de transporte, a Companhia possui com o fornecedor Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras dois Contratos de Compra e Venda de Gás Natural na Modalidade Firme Inflexível celebrados em 2019 e 2021 e cujos principais termos encontram-se descritos a seguir:

- Contrato celebrados em 16 de dezembro de 2019 e aditivado em 30 de junho de 2021:
 - Período residual de vigência: 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023.
 - Quantidade de gás contratada: 2.085.000m³/dia por todo o período residual de vigência.
 - Existência de cláusula de retirada mínima de 80% do volume contratado pela Companhia (Take or pay) e pagamento de encargo de capacidade.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- Contrato celebrado em 21 de dezembro de 2021:
 - Período residual de vigência: 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025.
 - Quantidade de gás contratada: 480.000m³/dia para 2022, 422.000m³/dia para 2023, 374.000m³/dia para 2024 e 312.000m³/dia para 2025.
 - Existência de cláusula de retirada mínima de 50% do volume contratado pela Companhia (Take or pay) no ano de 2022 e de 90% nos demais anos de vigência do contrato.

- Contrato celebrado com a GALP em 18 de março de 2022:
 - Período residual de vigência: 28 de março de 2022 a 31 de dezembro de 2023.
 - Quantidade de gás contratada firme: 0m³/dia e quantidade de gás contratada interruptível: 260.000 m³/dia.
 - Existência de cláusula de retirada mínima de 100% do volume programado para o dia.

Além dos contratos com a Petrobras, a Gasmig possui dois contratos de suprimento, para atendimento à municípios não conectados aos gasodutos de transporte (projetos estruturantes), com o fornecedor GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda. - GásLocal, celebrados em 2014 e 2020 e cujos principais termos encontram-se descritos a seguir:

- Acordo de Cooperação Comercial para atendimento à Pouso Alegre celebrado em 13 de janeiro de 2014:
 - Período residual de vigência: 01 de janeiro de 2022 a 28 de janeiro agosto de 2024.
 - Quantidade de gás contratada: 3.633 m³/dia para todo o período residual de vigência.
 - Existência de cláusula de retirada mínima de 60% do volume contratado pela Companhia (Take or pay).

- Contrato de Compra e Venda de Gás Natural Liquefeito para atendimento à Extrema celebrado em 06 de agosto de 2020:
 - Período residual de vigência: 01 de janeiro de 2022 a 09 de agosto de 2023.
 - Quantidade de gás contratada: 24.667 m³/dia entre janeiro e julho de cada ano e 29.667 m³/dia para os demais meses do ano de todo o período residual de vigência.
 - Existência de cláusula de retirada mínima de 80% do volume contratado pela Companhia (Take or pay).

Nos contratos firmados, tanto a Petrobras quanto a GásLocal têm o compromisso de atender à quantidade contratada diariamente, sob pena de incorrer em multas por falha de fornecimento.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Contratos exclusivos com Usinas Termelétricas

Para o mercado termelétrico, a Companhia manteve os contratos de fornecimento de gás celebrados com a Petrobras, como segue:

- Contrato para fornecimento de gás natural à Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. ("UTEJF"): firmado em 1º de fevereiro de 2002, com prazo de duração de 20 anos, com volume diário de 506.488 m³. A Gasmig se compromete a receber o gás faturado a preços definidos pelo Ministério de Minas e Energia.
- Contrato para fornecimento de gás natural à Usina Termelétrica Ibiritermo ("UTE Ibiritermo"), assinado com a Petrobras em 14 de março de 2002, com prazo de duração de 20 anos, com volume diário de 1.100.000 m³. A GASMIG se compromete a receber o gás faturado a preços definidos pelo Ministério de Minas e Energia.

Os contratos de fornecimento de gás com a UTEJF e UTE Ibiritermo são denominados contratos "espelho", ou "back to back", nos quais os volumes contratados e as condições estabelecidas entre a supridora (Petrobras) e a distribuidora (Gasmig) são reproduzidas nos contratos entre a distribuidora e as UTEs. Esse mecanismo contratual, denominado "Infração Conexa", permite à Companhia mitigar os seus riscos de crédito em decorrência do eventual descumprimento de contrato por uma das outras partes. Entretanto, cabe à distribuidora a obrigação de entregar o produto e manter pleno funcionamento dos gasodutos de distribuição, riscos do negócio imputados à concessionária.

Para o mercado termelétrico, a Companhia manteve os contratos de fornecimento de gás celebrados com a Petrobras, como segue:

- Contrato para fornecimento de gás natural à Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. ("UTE JF"): firmado em 1º de fevereiro de 2002, com prazo de duração de 20 anos, com volume diário de 506.488m³. A Gasmig se compromete a receber o gás faturado a preços definidos pelo Ministério de Minas e Energia.
- Contrato para fornecimento de gás natural à Usina Termelétrica Ibiritermo ("UTE Ibiritermo"), assinado com a Petrobras em 14 de março de 2002, com prazo de duração de 20 anos, com volume diário de 1.100.000m³. A Gasmig se compromete a receber o gás faturado a preços definidos pelo Ministério de Minas e Energia.

Os contratos de fornecimento de gás para as UTEJF e UTE Ibiritermo são denominados contratos "espelho", ou "back to back", nos quais os volumes contratados e as condições estabelecidas entre a supridora, Petrobras, e a distribuidora, Gasmig, são reproduzidas nos contratos entre a distribuidora e as UTEs. Esse mecanismo contratual, denominado "Infração Conexa", permite à Companhia mitigar os seus riscos de crédito em decorrência do eventual descumprimento de

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

contrato por uma das outras partes. Entretanto, cabe à distribuidora a obrigação de entregar o produto e manter pleno funcionamento dos gasodutos de distribuição, riscos do negócio imputados à concessionária.

Em 31 de janeiro de 2022, a Gasmig e a Petrobras celebraram contrato de serviço de distribuição de gás, cujos objeto é distribuir, por meio do gasoduto da Companhia, 545.000m³/dia de gás natural na classe tarifária de geração térmica, de 01 de fevereiro de 2022 a 31 de janeiro de 2027, à Usina Termelétrica de Juiz de Fora.

iii. *Contratos de construção não terminada; e*

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de construção não terminada, que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022.

iv. *Contratos de recebimento futuros de financiamentos.*

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos, que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Contratos de compra para fornecimento ao mercado

Os Contratos de compra para fornecimento ao mercado firmados com a Petrobras foram firmados na modalidade take or pay, de forma que, a Companhia possui uma obrigação de retirada mínima de gás, o que pode proporcionar uma potencial geração operacional de caixa para Companhia.

Em contrapartida, caso a Companhia consuma abaixo das obrigações contratuais, deverá efetuar o pagamento da diferença entre o consumo do gás e os valores mínimos obrigatórios contratados. Tais pagamentos poderão causar redução no seu caixa disponível. Para maiores informações sobre os riscos relacionados aos contratos de compra para fornecimento ao mercado, consultar o fator de risco intitulado "Os contratos de suprimento e transporte de gás estabelecem obrigações específicas que, uma vez não observadas pela Companhia, poderão afetá-la de maneira adversa e, novas condições contratuais de tais contratos, poderão também afetar seus resultados", no item 4.1 deste formulário.

Contratos exclusivos com Usinas Termelétricas

Os contratos de fornecimento de gás com a UTEJF e UTE Ibiritermo são denominados contratos "espelho", ou "back to back", nos quais os volumes contratados e as condições estabelecidas entre a supridora (Petrobras) e a distribuidora (Gasmig) são reproduzidas nos contratos entre a distribuidora e as UTEs. Esse mecanismo contratual, denominado "Infração Conexa", permite à Companhia mitigar os seus riscos de crédito em decorrência do eventual descumprimento de contrato por umadas outras partes. Entretanto, cabe à distribuidora a obrigação de entregar o produtoe manter pleno funcionamento dos gasodutos de distribuição, riscos do negócio imputados à concessionária.

b) natureza e propósito da operação

A Companhia possui contratos de natureza **(i)** take or pay com a Petrobras, para fornecimento de gás, evidenciado no item 2.8 (a) (ii) acima; e **(ii)** contratos com usinas termelétricas, também para o fornecimento de gás, de natureza "back to back" ou espelhos, evidenciado no item 2.8 (a) (ii) deste formulário.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Contratos de compra para fornecimento ao mercado

Para distribuição aos clientes de vários segmentos de mercado ligados aos gasodutos de transporte, a Companhia possui com o fornecedor Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras dois Contratos de Compra e Venda de Gás Natural na Modalidade Firme Inflexível celebrados em 2019 e 2021 e cujos principais termos encontram-se descritos a seguir:

- Contrato celebrados em 16 de dezembro de 2019 e aditivado em 30 de junho de 2021:
 - Período residual de vigência: 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023.
 - Quantidade de gás contratada: 2.085.000m³/dia por todo o período residual de vigência.
 - Existência de cláusula de retirada mínima de 80% do volume contratado pela Companhia (Take or pay) e pagamento de encargo de capacidade.
- Contrato celebrado em 21 de dezembro de 2021:
 - Período residual de vigência: 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025.
 - Quantidade de gás contratada: 480.000m³/dia para 2022, 422.000m³/dia para 2023, 374.000m³/dia para 2024 e 312.000m³/dia para 2025.
 - Existência de cláusula de retirada mínima de 50% do volume contratado pela Companhia (Take or pay) no ano de 2022 e de 90% nos demais anos de vigência do contrato.

Além dos contratos com a Petrobras, a Gasmig possui dois contratos de suprimento, para atendimento à municípios não conectados aos gasodutos de transporte (projetos estruturantes), com o fornecedor GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda. - GásLocal, celebrados em 2014 e 2020 e cujos principais termos encontram-se descritos a seguir:

- Acordo de Cooperação Comercial para atendimento à Pouso Alegre celebrado em 13 de janeiro de 2014:
 - Período residual de vigência: 01 de janeiro de 2022 a 28 de janeiro agosto de 2024.
 - Quantidade de gás contratada: 3.633 m³/dia para todo o período residual de vigência.
 - Existência de cláusula de retirada mínima de 60% do volume contratado pela Companhia (Take or pay).

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

- Contrato de Compra e Venda de Gás Natural Liquefeito para atendimento à Extrema celebrado em 06 de agosto de 2020:
 - Período residual de vigência: 01 de janeiro de 2022 a 09 de agosto de 2023.
 - Quantidade de gás contratada: 24.667 m³/dia entre janeiro e julho de cada ano e 29.667 m³/dia para os demais meses do ano de todo o período residual de vigência.
 - Existência de cláusula de retirada mínima de 80% do volume contratado pela Companhia (Take or pay).

Nos contratos firmados, tanto a Petrobras quanto a GásLocal têm o compromisso de atender à quantidade contratada diariamente, sob pena de incorrer em multas por falha de fornecimento.

Contratos exclusivos com Usinas Termelétricas

Para o mercado termelétrico, a Companhia manteve os contratos de fornecimento de gás celebrados com a Petrobras, como segue:

- Contrato para fornecimento de gás natural à UTEJF: firmado em 1º de fevereiro de 2002, com prazo de duração de 20 anos, com volume diário de 506.488 m³. A GASMIG se compromete a receber o gás faturado a preços definidos pelo Ministério de Minas e Energia.
- Contrato para fornecimento de gás natural à UTE Ibiritermo, assinado com a Petrobras em 14 de março de 2002, com prazo de duração de 20 anos, com volume diário de 1.100.000 m³. A GASMIG se compromete a receber o gás faturado a preços definidos pelo Ministério de Minas e Energia.

2.10 Planos de negócios

a) Investimentos, incluindo:

(i) descrição dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O Contrato de Concessão celebrado pela Companhia em 27 de julho de 1995, estabelece que compete à concessionária realizar os investimentos necessários à prestação do serviço concedido de forma a atender a demanda, nos prazos e padrões quantitativos cujos estudos e viabilidade econômica justifiquem a rentabilidade dos investimentos realizados, garantindo sempre a segurança e a justa retribuição do capital investido.

A Companhia passou pelo segundo processo de Revisão Tarifária Ordinária (RTO) compreendendo o ciclo 2022-2026 (Resolução SEDE nº 21, de 27/abril/2022).

Neste processo a Companhia teve reconhecido pelo regulador o montante de investimento que soma praticamente R\$ 1 bilhão do Plano de Negócios 2022-2026. Tais recursos serão empregados na ampliação e na otimização do uso do Sistema de Distribuição de Gás Natural (SDGN), com a implantação de mais de 490 km de novos gasodutos. Assim, a GASMIG proverá atendimento a mais duas mesorregiões de Minas Gerais, atingindo sete mesorregiões, e a um conjunto de municípios que representam, hoje, aproximadamente 60% do PIB do Estado.

Em 2022, a Gasmig investiu o montante total de R\$55 milhões, dos quais R\$ 40 milhões foram investidos na expansão e saturação do Sistema de Distribuição de Gás Natural (SDGN) no Estado de Minas Gerais. Foram construídos 74,41 km de extensão de gasodutos nas Regiões Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Mantiqueira e Sul de Minas.

Tais investimentos orientaram-se fortemente no sentido de saturar a malha de gasodutos para atendimento ao Mercado Urbano, totalizando a ligação de mais de 11 mil novos clientes no ano.

No Projeto SDGN Centro Oeste foram investidos R\$6,1 milhões na elaboração do Projeto da Linha Tronco, elaboração dos estudos para o licenciamento ambiental com o pagamento das respectivas taxas, elaboração dos laudos de avaliação dos terrenos impactados pela implantação da faixa de servidão e custos relacionados às negociações das indenizações. Ainda com relação ao Projeto SDGN Centro Oeste, em dezembro de 2022 foi celebrado contrato de fornecimento dos tubos em aço carbono necessários para construção da Linha Tronco, no valor de R\$152 milhões, com previsão de entrega a partir de maio de 2023. E os processos de contratação dos serviços de construção e montagem da Linha Tronco e de fiscalização de obras foram iniciados em 2022 com previsão de que as licitações ocorram ainda no primeiro semestre de 2023.

Já nos projetos de suporte aos processos, aqueles que têm o propósito de adequar os processos de gerenciamento e operacionais da GASMIG à sua necessidade de

2.10 Planos de negócios

expansão e continuidade do negócio, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos, para a ampliação da inteligência organizacional e do negócio e para a eficiência da estrutura e dos processos organizacionais, foram investidos cerca de R\$ 10 milhões. Os investimentos em infraestrutura, telecomunicações e informática e nos centros de operação e manutenção são essenciais para sustentar as atividades da empresa, especialmente com o crescimento da atuação nos segmentos de varejo, que exigem uma abordagem diferente da praticada no atacado.

Dentro deste agrupamento de recursos foram investidos R\$ 8,8 milhões em 38 projetos envolvendo todas as gerências da Companhia, coordenados pelo escritório de projetos da TI visando acelerar a transformação digital.

Em 2021, foram implantadas redes de adensamento em Polietileno de Alta Densidade (Pead) nos bairros Belvedere, Buritis, Camargos, Cidade Nova, Prado, Sion e Serra. Também foram feitas intervenções nos bairros Santo Antônio e Savassi e outros para conclusão de projetos e entrada de operação de rede, bem como para interligação de novos clientes em locais onde já haviam redes de distribuição de gás natural em operação. O total de rede construída para atendimento ao Mercado Urbano em Belo Horizonte, no ano de 2021, foi de 42,31 km.

Foram realizadas obras de saturação e expansão da rede, na RMBH, para atendimento a novos clientes, com destaque para construção de 2,2 km de rede para atendimento ao Cliente Fassa Bortolo, na cidade de Matozinhos. Na cidade de Santa Luzia, foram construídos 1,6 km de redes em Pead para atendimento ao Mercado Urbano. Na região do Sul de Minas, foi dada continuidade à construção da rede através de projetos de saturação para permitir a ligação de novos clientes residenciais e comerciais. Na região da Mantiqueira, foram realizadas obras de saturação de rede para atendimento do Mercado Urbano e ao Hospital São Vicente. No projeto Postos GNV, foram executadas as obras de atendimento ao Posto REM e Posto Águia, em Belo Horizonte.

Em destaque, na cidade de Poços de Caldas, foi realizado o Remanejamento do Ramal Alcoa, cliente de grande porte que necessitou de um remanejamento de seu ramal para viabilizar obras de melhorias de sua planta industrial. As obras foram realizadas em rede de aço com diâmetro de 12 polegadas e extensão de 620m.

Foi iniciada a elaboração dos estudos para o Projeto SDGN Centro Oeste, que tem como objetivo a interligação dos municípios de Betim, Sarzedo, Juatuba, Mateus Leme, Igarapé, São Joaquim de Bicas, Itaúna e Divinópolis, e, posteriormente, a distribuição de gás natural para outros municípios da região Central e Centro Oeste. O SDGN Centro Oeste tem uma extensão total de 307 km, contendo a Linha Tronco Betim - Divinópolis com extensão de 108 km e as demais Linhas Laterais. Neste Projeto, foi investido o valor de R\$ 6,8 milhões, congregando as atividades de Engenharia do Projeto do Gasoduto, Estudos Ambientais e Cadastro Fundiário.

2.10 Planos de negócios

Além disso, foram investidos R\$ 2,9 milhões na elaboração de projetos executivos que compõem a carteira de projetos da Companhia, assegurando a realização dos futuros investimentos.

Também foram investidos R\$ 200 mil em constituição de servidão e/ou pleno domínio em áreas com Rede de Distribuição de Gás Natural instalada com pendências de regularização documental e indenizatória.

Na cidade de Belo Horizonte, os principais projetos desenvolvidos foram os de atendimento ao Mercado Urbano. Foram implantadas redes de adensamento em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) nos bairros Funcionários, Santa Efigênia, Luxemburgo, Santa Lúcia e Cidade Nova, com destaque para a ligação de dois hospitais e dois supermercados. Foram feitas intervenções nos bairros Gutierrez, Lourdes, Cruzeiro, Buritis, Savassi e outros para conclusão de projetos e entrada de operação de rede, bem como para interligação de novos clientes em locais onde já havia redes de distribuição de gás natural em operação. O total de rede construída para atendimento ao Mercado Urbano em Belo Horizonte, no ano de 2019, foi de 31,64 km.

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foram realizadas obras de saturação de rede para atendimento a cinco novos clientes, contemplando a construção de aproximadamente 3,1 km de rede.

Na região do Sul de Minas, foi concluída a Linha Lateral Jardim Paraíso Centro. A construção da rede, além de permitir a ligação de novos clientes residenciais e comerciais na cidade, permitiu o duplo abastecimento de gás natural à RDGN em Poços de Caldas, trazendo mais segurança e confiabilidade para a rede.

Em Jacutinga, na região do Sul de Minas, foi implantado um gasoduto de, aproximadamente, 1,6 km de extensão em aço de 4 polegadas, a partir da Linha Lateral Jacutinga, construída em 2018, para atendimento a um cliente do segmento de tintas.

Outros três clientes localizados nas adjacências da rede do Sul de Minas também foram atendidos.

Na região da Mantiqueira, foram concluídas as obras do Projeto Residencial Juiz de Fora, nos bairros Centro e São Mateus, além de atendidos os clientes Sport Club, Servir e Brasil Gourmet.

No projeto Postos GNV, em destaque, tivemos a ligação de novos postos a RDGN, como o Posto Urbano Ferraz e Posto Hugo Werneck, em Belo Horizonte, e o Posto Elias Guimarães em Mariana.

2.10 Planos de negócios

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Atualmente, a Companhia financia seu Plano de Investimentos por meio de capital próprio e pela emissão de debêntures.

No ano de 2018, a Companhia promoveu a captação pública, com esforços restritos, de R\$100,0 milhões por meio da 7ª Emissão de Debêntures não conversíveis. A dívida foi contraída à taxa de CDI + 1,5% ao ano, sendo a amortização do principal realizada em cinco parcelas iguais, no valor de R\$20,0 milhões cada, com vencimento entre 2019 e 2023, sempre no mês de agosto.

Em setembro/2020 a Gasmig concluiu a distribuição pública da sua 8ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com esforços restritos, nos termos da ICVM 476, perfazendo o valor total de R\$850 milhões, com prazo de vencimento de 11 anos e juros remuneratórios de IPCA + 5,27%, sem quaisquer garantias ou aval. As debêntures são incentivadas e contaram com o benefício tributário nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, do Decreto nº 8.874 e da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 252, de 17 de junho de 2019. Os recursos provenientes desta emissão foram integralmente utilizados para a quitação total da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, no valor de R\$881.797 mil.

Em 11 de agosto de 2022, a Fitch Ratings elevou o Rating Nacional de Longo Prazo da Gasmig e de suas emissões de debêntures quirografárias, de 'AA(bra)' para 'AA+(bra)', e revisou a Perspectiva do Rating Corporativo, que passou de Positiva para Estável, refletindo o perfil de crédito apoiado nos sólidos fundamentos do negócio de distribuição de gás natural, com mecanismo contratual satisfatório para reajustes de preços.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou nenhum desinvestimento.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 2022, a GASMIG investiu o montante total de R\$55 milhões, dos quais R\$ 40 milhões foram investidos na expansão e saturação do Sistema de Distribuição de Gás Natural (SDGN) no Estado de Minas Gerais. Foram construídos 74,41 km de extensão de gasodutos nas Regiões Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Mantiqueira e Sul de Minas.

2.10 Planos de negócios

Em 2021, a GASMIG investiu o montante de R\$ 43,478 milhões na expansão e saturação do seu Sistema de Distribuição de Gás Natural (SDGN) no Estado de Minas Gerais. Foram construídos 50,9 km de extensão de gasodutos nas Regiões Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Mantiqueira e Sul de Minas.

Em 2020, a GASMIG investiu na expansão da Rede de Distribuição de Gás Natural (RDGN) no estado de Minas Gerais o montante de R\$42,6 milhões para a construção de 67,68 km de extensão de gasodutos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Vale do Aço, Mantiqueira e Sul de Minas.

Ainda, buscando aumentar a efetividade da distribuição e medição do gás, a Companhia realizou diversas ações, tais como:

- aquisição e instalação de trechos reto certificados em grandes clientes, ampliando a confiabilidade e credibilidade da medição de volume de gás.
- aquisição e instalação de medidores de gás tipo turbina, modelos de G1000 a G2500, com sensor de alta frequência, possibilitando a medição de vazão instantânea, aumentando a precisão na medição dos grandes volumes.
- substituição dos sistemas de odorização das estações de recebimento de gás de Bem, de São Brás e de Barbacena, de forma a melhorar a efetividade de odorização das redes;
- aquisição e upgrade de modems para tecnologia 3G/4G e início da utilização dessa tecnologia para comunicação remota com os equipamentos de campo;
- adequação às recomendações da Norma ABNT NBR – 5419/2015 acerca das instalações elétricas e de comunicação nas estações de recebimento de gás de Betim e de São Brás do Suaçuí;
- serialização e inclusão do código FQ (número de série GASMIG) na fabricação dos medidores.

Além das atividades rotineiras de operação e manutenção dos gasodutos, a GASMIG realizou diversas ações para aumentar a efetividade da distribuição do gás, tais como modernização de equipamento, instalação de sistemas mais ágeis e seguros, elaboração e revisão de normas técnicas, além de participar de comitês e seminários técnicos.

Visando garantir a segurança na distribuição e no consumo de gás, a Companhia realizou diversas ações, como o remanejamento do gasoduto próximo ao Viaduto São Francisco no Anel Rodoviário em Belo Horizonte, que tinha sobre ele ocupações irregulares de terceiros; e promoveu, através do Programa de Gerenciamento de Riscos, mais de 20 palestras para um público total de 435 pessoas, entre funcionários e contratados das concessionárias de água e energia elétrica, prefeituras e grandes clientes com o objetivo de apresentar as características do gás natural, os principais aspectos da operação e da manutenção da rede de distribuição e as ações e procedimentos de segurança adotados pela GASMIG em suas instalações e equipamentos.

2.10 Planos de negócios

c) novos produtos ou serviços, indicando:

(i) Pesquisas em andamento

Não aplicável, pois não há nenhuma pesquisa e projetos relevante de novos produtos e serviços em andamento que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não há nenhuma pesquisa e projetos relevante de novos produtos e serviços em andamento que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, pois não há nenhuma pesquisa e projetos relevante de novos produtos e serviços em andamento que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não há nenhuma pesquisa e projetos relevante de novos produtos e serviços em andamento que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

- Expansão de rede com o Projeto Centro-Oeste, com a criação dos corredores de GNV;
- Desenvolvimento e capacitação das comunidades locais para suprir a demanda de mercado criada decorrente da construção do gasoduto no local.
- Diversificação da matriz energética com biometano.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

a) objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

3.2 Acompanhamento das projeções

a) *informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

b) *quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

c) *quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco conhecidos por nós na data deste Formulário de Referência e descritos abaixo, bem como por riscos adicionais não conhecidos, mas que podem surgir no futuro ou que consideramos irrelevantes nesta data. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte ou a totalidade de seus investimentos nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia adversamente.

Para os fins deste item "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na participação da Companhia no mercado, na reputação, nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

Ademais, não obstante a subdivisão deste item "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a um ou mais itens desta seção ou de qualquer matéria tratada neste Formulário de Referência

a) A Companhia

O conflito militar em curso entre a Rússia e a Ucrânia pode ter um efeito adverso significativo na economia global, em determinados preços de materiais e de commodities e no nosso negócio.

Os mercados globais estão atualmente operando em um período de incerteza econômica, volatilidade e rupturas, à medida que o conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia se desenrola, após a invasão da Ucrânia pela Rússia, em 24 de fevereiro de 2022. Esse conflito militar e o efeito das sanções econômicas dele resultantes impostas à Rússia e a certos cidadãos e empresas russos poderiam ter um efeito negativo na economia global e são altamente incertos e difíceis de prever. Em

4.1 Descrição dos fatores de risco

consequência disso, muitas entidades fora da região podem ser afetadas negativamente pelo aumento dos preços de commodities como petróleo, gás e trigo, ou por desaceleração da economia global. A ocorrência de interrupções em empresas de grande porte pode originar questões de liquidez para certas entidades e pode também ter impactos subsequentes na qualidade de crédito de alguns fornecedores. Na data deste relatório anual, embora não estejamos diretamente envolvidos na região e, por conseguinte, tenhamos uma limitada exposição à Rússia e à Ucrânia, tendo em conta as incertezas que circundam os impactos do conflito sobre a economia global, não nos é possível estimar antecipadamente a extensão dos seus potenciais efeitos nos nossos negócios, situação financeira ou resultados operacionais.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou procedimentos arbitrais podem afetar adversamente os negócios da Companhia, sua condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia é e pode vir a ser, ré ou autora em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, tributária, trabalhista, regulatória, ambiental e/ou penal. A Companhia não pode garantir que os resultados desses processos serão favoráveis, ou, ainda, que terá provisionamento, parcial ou total, com relação a todos os custos decorrentes desses processos. Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a contingências por outros motivos que a obriguem a despendar valores significativos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos seus negócios poderão afetar adversamente, inclusive em aspectos de reputação, a Companhia.

Da mesma forma, um ou mais administradores da Companhia podem vir a ser partes em processos judiciais e administrativos, na qualidade de administradores ou de forma desvinculada à Companhia, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente se forem processos de natureza criminal, eventualmente, impossibilitando os ao exercício de suas funções na Companhia e/ou afetando a reputação da Companhia direta ou indiretamente.

Caso a Companhia não obtenha um resultado favorável nas ações que envolvem valores significativos para os quais não tem recursos provisionados, ou, caso as perdas estimadas sejam significativamente maiores do que as provisões feitas, o montante de tais decisões desfavoráveis terá impacto negativo em sua posição financeira e em seus resultados operacionais. Para mais informações sobre os processos individualmente relevantes da Companhia, vide item 4.3 deste formulário.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A perda da concessão da Companhia para a exploração de gás canalizado no Estado de Minas Gerais pode gerar prejuízos em seus resultados e afetar a sua capacidade de pagamento e cumprimento das suas obrigações financeiras

Em 1993, a Gasmig obteve a concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado a clientes dos segmentos industrial, automotivo, comercial, institucional e residencial no estado de Minas Gerais por um período de 30 anos ("Contrato de Concessão"). A concessão foi prorrogada até 10 de janeiro de 2053 pela assinatura da Segunda Alteração ao Contrato de Concessão, assinada em 26 de dezembro de 2014.

Em 10 de Novembro de 2022, foi assinado a Quarta Alteração ao Contrato de Concessão, que alterou a data limite para que a Gasmig atinja 100.000 clientes atendidos e construir redes para atender às sete mesorregiões do Estado de Minas Gerais, de final de 2022 para o final de 2026.

Nos termos do Artigo 35 da Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, ("Lei das concessões"), a concessão está sujeita à cessação antecipada em determinadas circunstâncias, incluindo as seguintes: (i) advento do termo contratual; (ii) encampação da operação pelo estado; (iii) cessação por outras razões, geralmente de tempo, decorrente da lei; (iv) rescisão do contrato (amigavelmente ou pelos tribunais); (v) anulação do contrato de concessão como consequência de uma falha ou irregularidade verificada em um processo de concurso ou de oferta pública ou na forma da sua concessão; ou (vi) a falência ou extinção do titular da concessão. Em qualquer uma dessas circunstâncias, os ativos da concessão reverterão para o Poder Concedente, o Estado de Minas Gerais. No caso de a Gasmig perder a concessão, por qualquer razão, não podemos garantir que o montante da qualquer indenização pagável à Gasmig será suficiente para compensar os seus investimentos, a taxa implícita de retorno, nem a perda de lucros futuros relacionados aos ativos ainda não totalmente amortizados ou depreciados.

Eventos que interfiram nas operações da Companhia podem vir a afetar adversamente as atividades da Companhia.

Eventos imprevisíveis, que vão além do controle da Companhia e são contrários à sua vontade, incluindo, mas não se limitando a acidentes e desastres naturais, como incêndios, enchentes e inundações, deslizamentos de terra, entre outros, podem prejudicar a condução das operações da Companhia e de seus fornecedores e prestadores de serviços, além de possuírem efeito negativo sobre o consumo do produto ofertado pela Companhia ou resultarem em instabilidade política ou econômica. Referidos eventos podem gerar atrasos ou afetar a capacidade da Companhia na prestação de seus serviços, podendo também ocorrer efeitos adversos relevantes sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Adicionalmente, canalizações e equipamentos da Companhia necessários à realização de suas atividades que estiverem localizados na superfície ou no subsolo e, que

4.1 Descrição dos fatores de risco

possam causar quaisquer obstáculos a obras públicas, deverão ser removidos e assentados para outros locais (a ser acordado com o Estado de Minas Gerais, com a Prefeitura local ou com o particular).

Nesse caso, as despesas necessárias para tal remoção serão indenizadas pelo órgão público ou entidade privada. No entanto, caso tais despesas não sejam indenizadas ou não sejam indenizadas suficientemente, a Companhia deverá arcar com os custos, o que poderá gerar efeitos adversos na situação financeira da Companhia.

A condução das atividades operacionais da Companhia depende dos seus sistemas de tecnologia da informação e qualquer falha desses sistemas ou ataques cibernéticos podem afetar adversamente os negócios da Companhia.

A Companhia depende de sistemas de tecnologia da informação para delimitar elementos significativos na condução das suas operações, incluindo o armazenamento de dados relacionados aos seus produtos e a recuperação de informações comerciais críticas. Durante o exercício das suas atividades, a Companhia ressalta que está sujeita a fraudes e furtos em potencial por criminosos virtuais, buscando obter acesso não autorizado ou explorar pontos fracos que possam existir nos sistemas da Companhia. Dessa forma, os sistemas de tecnologia da informação da Companhia são vulneráveis a danos de várias fontes, incluindo falhas de rede, desastres naturais e atos humanos maliciosos, como arrombamentos físicos ou eletrônicos, vírus de computador e problemas semelhantes de interrupção.

Cumprе salientar que falhas ou interrupções significativas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia ou aqueles usados por seus prestadores de serviços terceirizados podem impedi-la de conduzir suas operações comerciais em geral. Por conseguinte, qualquer violação de segurança envolvendo apropriação indébita, perda ou divulgação não autorizada ou uso de informações confidenciais dos fornecedores da Companhia, clientes ou outros, seja pela Companhia ou por terceiros, poderá (i) sujeitar a Companhia a penalidades civis e criminais, com um impacto negativo em sua reputação; ou (ii) expor a Companhia à responsabilidade perante seus fornecedores, clientes, terceiros ou autoridades governamentais.

Por fim, a Companhia ressalta que as medidas adotadas para se proteger de riscos cibernéticos e violações de segurança podem não ser eficazes para protegê-la contra ataques e outras violações relacionadas aos sistemas de tecnologia da informação. Qualquer interrupção ou perda de sistemas de tecnologia da informação, dos quais dependem os aspectos críticos das operações da Companhia, poderá ter um efeito adverso sobre os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Falhas na segurança dos bancos de dados da Companhia e no tratamento de dados pessoais de clientes, bem como a não conformidade com a legislação referente à privacidade e proteção de dados, podem ter um efeito adverso nos negócios, resultados das operações e reputação da Companhia.

A Companhia possui bancos de dados contendo dados pessoais coletados de seus clientes, parceiros e colaboradores, inclusive através da internet. Qualquer uso indevido desses dados ou falhas no uso correto de seus protocolos de segurança podem afetar negativamente a integridade desses bancos de dados.

Incidentes relativos ao banco de dados da Companhia, bem como a divulgação não autorizada de informações sigilosas, podem sujeitar a Companhia a ações judiciais e, como consequência, a Companhia pode incorrer em passivos financeiros, sanções, penalidades e danos à sua reputação.

Ademais, em 2018, o Governo Federal brasileiro aprovou a Lei nº 13.709, alterada pela Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"), que estabelece regras e obrigações relativas à coleta, processamento, armazenamento, uso ou qualquer outra atividade de tratamento de dados pessoais e afeta todos os setores econômicos, incluindo a Companhia.

Dessa forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas para a Companhia, divulgação do incidente para o mercado, bloqueio temporário e/ou eliminação dos dados pessoais da base, sem prejuízo de eventuais sanções civis e criminais, podendo afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia.

A implementação da LGPD exigiu mudanças em algumas das práticas da Companhia, e o descumprimento de seus termos poderá afetar adversamente os negócios da Companhia. Além disso, leis adicionais de proteção de dados podem ser promulgadas no Brasil.

Como a promulgação, publicação e vigência da LGPD são recentes, ainda não se encontra: (i) precedentes; (ii) entendimento consolidado; e/ou (iii) jurisprudência pacífica. Nesse sentido, verifica-se a insegurança jurídica e o risco aos investidores, uma vez que se desconhece como os órgãos reguladores (Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por exemplo) e o Poder Judiciário analisarão o tema e as discussões envolvidas, podendo: (i) editar normas que regem o assunto e/ou interpretá-las de forma a provocar um impacto negativo sobre a Companhia; e/ou (ii) proferir decisões que podem ser desfavoráveis aos interesses da Companhia.

Qualquer um desses desenvolvimentos pode ter um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A exposição a comportamentos incompatíveis com os padrões de ética e conformidade da Companhia, e a incapacidade de preveni-los, detectá-los ou remediá-los a tempo, pode causar efeitos adversos relevantes nos negócios, resultados operacionais, condição financeira e reputação da Companhia.

Devido à ampla distribuição e terceirização das cadeias de produção dos fornecedores da Companhia, o funcionamento e atuação destes é passível de irregularidades sobre os quais a Companhia não tem controle. Isso significa que os sistemas de controle interno da Companhia, bem como as avaliações financeiras, técnicas, comerciais e legais que são usadas pela Companhia em seus processos de seleção podem não ser suficientes para evitar que seus fornecedores tenham problemas relacionados à legislação trabalhista, à sustentabilidade ou à terceirização da cadeia produtiva com condições de segurança inadequadas. Nesse sentido, a Companhia está sujeita ao risco de que seus funcionários, contratados ou quaisquer pessoas que venham a fazer negócios com a Companhia possam se envolver em atividades fraudulentas, de corrupção e suborno, burlando os controles internos e procedimentos da Companhia, se apropriando indevidamente ou se utilizando dos ativos da Companhia para benefícios particulares em detrimento dos interesses da Companhia.

Dessa forma, qualquer falha na capacidade da Companhia de prevenir ou detectar o não cumprimento das regras de governança aplicáveis ou de obrigações regulatórias, pode causar danos em sua reputação, limitar sua capacidade de obter financiamento ou causar outros efeitos adversos relevantes nos resultados de suas operações e condição financeira.

Insuficiência da estrutura organizacional para suportar a execução do plano de negócio

Podemos ter perda da eficiência operacional nos processos da Gasmig em decorrência da escassez de mão de obra e/ou carência de conhecimento técnico especializado necessário para executar os processos da Companhia. Bem como, paralisação do processo e/ou negociações decorrentes da insuficiência do plano sucessório para cargos de alta relevância ou cargos estratégicos.

A cobertura de seguro da Companhia pode não ser suficiente para cobrir eventuais perdas relacionadas a riscos operacionais e qualquer excesso acima do seu valor de cobertura pode ter um efeito adverso na condição financeira e nos resultados das operações da Companhia. As apólices de seguro contratadas pela Companhia poderão não cobrir totalmente essas perdas e danos, e a cobertura de seguro pode não estar disponível no futuro.

O negócio da Companhia está sujeito a riscos e perigos, incluindo acidentes industriais, disputas trabalhistas, mudanças no ambiente regulatório, riscos ambientais e climáticos e outros fenômenos naturais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

No entanto, a Companhia não pode garantir que a cobertura das apólices estará sempre disponível ou se será suficiente para cobrir integralmente quaisquer responsabilidades incorridas no curso dos seus negócios. Qualquer dano sofrido em excesso de quantias de cobertura limitada, ou em relação a eventos não segurados podem gerar à Companhia custos adicionais inesperados e significativos, que podem resultar em efeito adverso nos negócios da Companhia, resultados operacionais e/ou condição financeira. A Companhia não pode, ainda, garantir que será capaz de manter a cobertura de seguros a preços comerciais favoráveis ou aceitáveis no futuro, bem como que conseguirá renovar as suas atuais apólices de seguro em termos suficientes e favoráveis.

Por seu turno, o seguro de responsabilidade civil geral contra terceiros da Companhia pode não ser suficiente para cobrir totalmente os danos resultantes de serviços inadequados de distribuição de gás natural, o que poderá afetar a Companhia negativamente.

A redução da participação de mercado da Companhia em função do advento de novas tecnologias poderá afetar adversamente os seus resultados.

A Companhia compete em um mercado que depende da inovação tecnológica e da habilidade de desenvolver sua atividade, de acordo com avanços de seu setor de negócios, que estão em constante evolução. A possibilidade do advento de novas tecnologias que alterem, substancialmente, o ambiente de negócios da Companhia (por meio de inovações que: (i) otimizem seus processos produtivos; ou (ii) criem novos processos ou produtos que favoreçam a utilização mais eficiente do gás natural ou de outros energéticos) pode implicar um prejuízo à condução das suas atividades, razão pela qual a Companhia terá sua participação no mercado reduzida.

Nesse sentido, possíveis desenvolvimentos substanciais em tecnologia de baterias podem representar um diferencial competitivo, em favor da escolha de veículos elétricos e em detrimento de veículos movidos a Gás Natural Veicular (“GNV”), gerando a redução da participação da Companhia no mercado. Por fim, a ineficácia em reagir a tendências similares no futuro pode permitir que concorrentes cresçam e conquistem participação de mercado antes que a Companhia tenha chance de responder.

O grau de endividamento da Companhia, bem como as disposições restritivas em seus contratos financeiros (covenants), poderão afetar negativamente a capacidade de operar o negócio da Companhia e de efetuar o pagamento de suas dívidas. Qualquer inadimplemento decorrente de descumprimento de obrigações contratuais da Companhia, pode afetar substancial e adversamente sua condição financeira, sua capacidade de conduzir seus negócios e seus negócios.

Atualmente, a Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas (covenants) existentes nos seus contratos financeiros, que impõem restrições

4.1 Descrição dos fatores de risco

operacionais e outras restrições ao seu negócio. Em especial, algumas dessas cláusulas exigem o cumprimento de obrigações específicas, dentre as quais destacam-se a manutenção de índices financeiros específicos, os quais, por sua vez, restringem sua capacidade de contratar novas dívidas, de manter linhas de crédito, de realizar investimentos ou distribuir dividendos. Esses índices e testes financeiros são testes de manutenção, o que significa que a Companhia deve cumpri-los continuamente todos os anos para não descumprir suas obrigações de dívida. Assim, a Companhia não pode garantir que conseguirá cumprir tais índices, incorrer em dívida adicional ou que conseguirá distribuir dividendos.

O nível de endividamento da Companhia e as cláusulas restritivas em seus instrumentos de dívida podem implicar riscos importantes, incluindo os seguintes:

- aumento de vulnerabilidade da Companhia às condições econômicas, financeiras e setoriais negativas em geral;
- necessidade de que a Companhia dedique uma parte substancial de seus fluxos de caixa das operações para o serviço de dívida, reduzindo, assim, a disponibilidade de seus fluxos de caixa para o financiamento de despesas de capital;
- limitação da flexibilidade da Companhia no planejamento ou reação a mudanças em suas atividades e no setor em que atua; e
- limitação de capacidade da Companhia de tomar emprestado recursos adicionais, conforme necessário.

A geração de caixa da Companhia decorrente de suas operações poderá não ser suficiente para pagar o valor de principal, juros e outros valores devidos relacionados a suas dívidas atuais e futuras e, nesse caso, a Companhia poderá não conseguir tomar empréstimos, vender ativos ou de outra forma levantar recursos em condições aceitáveis ou até mesmo de fazê-lo para refinaranciar sua dívida tão logo vencida ou se torne devida. Caso a Companhia incorra em dívidas adicionais, os riscos relacionados às suas dívidas, incluindo a sua inadimplência com relação aos prazos de suas dívidas, poderão aumentar.

Sujeita aos termos de seus instrumentos de dívida e aprovações regulatórias, a Companhia poderá incorrer em dívida adicional no futuro para amortizar parte de suas dívidas existentes conforme se tornem devidas, bem como poderá incorrer em dívida adicional periodicamente para financiar investimentos ou para outros fins, sujeito às restrições aplicáveis às suas dívidas atuais

Os negócios da Companhia exigem gastos substanciais de capital e a Companhia depende dos fluxos de caixa de suas operações e da disponibilidade contínua de financiamento externo para executar seu programa de investimentos.

A expansão da capacidade da Companhia e a manutenção de seus ativos, infraestrutura e equipamentos exigem gastos substanciais de capital. A Companhia

4.1 Descrição dos fatores de risco

não pode assegurar que gerará fluxos de caixa suficientes ou que terá acesso a financiamento externo suficiente para financiar suas despesas de capital orçadas.

Se a Companhia não conseguir cumprir seu programa de dispêndio de capital, a Companhia poderá não conseguir manter ou aumentar sua capacidade de geração de fluxo de caixa, o que poderá afetar sua operação e resultados financeiros.

Emissão de novos pronunciamentos e interpretações, assim como alteração e/ou atualização dos pronunciamentos já existentes pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (e pelo International Accounting Standard Board – IASB) podem produzir impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

A entrada em vigor de novos pronunciamentos contábeis e interpretações, assim como de alterações ou atualizações dos pronunciamentos já existentes, bem como posicionamentos específicos por parte da CVM sobre posicionamentos e interpretações existentes ou a serem emitidos no futuro, poderão produzir impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, com possível efeito significativo no resultado contábil, incluindo possíveis impactos nas bases de distribuição de dividendos, e poderão, ainda, afetar adversamente o cumprimento de índices financeiros relativos a contratos de financiamento mantidos pela Companhia.

Caso a Companhia não tenha êxito em proteger seus direitos de propriedade intelectual, o negócio, a condição financeira e seus resultados podem ser afetados negativamente.

Atualmente, as marcas utilizadas pela Companhia estão protegidas por registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial ("INPI"), sob os números 813477204, 813477212 e 813477239, as quais podem sofrer uma desvalorização caso surja qualquer problema que traga prejuízos à imagem da Companhia. Além disso, a Companhia também possui um pedido de patente depositado sob nº BR 10 2018 068911 8, aguardando análise por parte do INPI.

Não há como a Companhia garantir que os direitos associados à propriedade intelectual serão respeitados e não serão contestados por terceiros na esfera administrativa ou na esfera judicial. Cumpre ressaltar que, os custos necessários para proteger os direitos de propriedade intelectual, seja pela via extrajudicial ou por meio de processos legais ou administrativos, podem ser significativos.

Nesse sentido, a Companhia pode não obter êxito em proteger os seus direitos de propriedade intelectual, tanto administrativa, quanto judicialmente, especialmente patentes e marcas, o que acarretará o uso de seus direitos associados à propriedade intelectual por um terceiro, afetando de forma negativa a posição competitiva da Companhia no seu mercado de atuação.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Companhia pode ser afetada substancialmente por violações à Lei Anticorrupção e leis anticorrupção semelhantes.

A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção") introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. Semelhante à Foreign Corrupt Practice Act dos Estados Unidos da América, a Lei Anticorrupção considera sanções administrativas a serem aplicadas em consequência de um ato lesivo à administração pública. O não cumprimento de leis de combate à corrupção, a existência de investigações de má conduta ou a execução de ações contra a Companhia pode levar a multas, perda de alvarás de funcionamento e danos à reputação, bem como a outras penalidades, podendo afetar a Companhia de modo adverso relevante. A Companhia não pode garantir que conseguirá prevenir ou detectar todas as práticas inapropriadas, fraudes ou violações à Lei Anticorrupção e leis anticorrupção semelhantes por quaisquer administradores, funcionários, empregados ou representantes da Companhia.

Ineficiência dos sistemas de medição de gás natural podem causar diferença entre o volume de gás comprado e vendido, podendo afetar de maneira adversa os negócios da Companhia.

Da mesma forma que os medidores de gás e conversores de volume podem ser fraudados, tais equipamentos podem também apresentar erros de medição superiores aos definidos por regulação metrológica, em razão de ineficiência. As diferenças entre o volume de gás comprado e vendido, por erros nos sistemas de medição, podem também causar perdas em relação ao faturamento da Companhia sobre o gás fornecido a seus clientes.

Incapacidade de realização dos investimentos acordados durante o ciclo de revisão tarifária com consequente impacto negativo na base de ativos remunerados pela regulação.

Em decorrência de fatores operacionais, econômicos, bem como de viabilidade financeira a Gasmig não pode assegurar que, ao final do ciclo tarifário, os investimentos projetados no plano regulatório quinquenal tenham sido executados em tempo, quantidade e forma previstos, conforme determinado pelo Regulador.

No último ciclo de revisão tarifária foi alinhado com o órgão regulador cerca de R\$ 1 bilhão de investimentos em projetos previstos para serem executados até 2027.

b) Seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Companhia está sujeita aos objetivos econômicos, sociais e políticos do governo do Estado de Minas Gerais, na sua qualidade de acionista controlador indireto, para desenvolver e implementar suas atividades sociais e estratégias operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

"A Companhia está sujeita aos objetivos econômicos, sociais e políticos do governo do Estado de Minas Gerais, na sua qualidade de acionista controlador indireto, para desenvolver e implementar suas atividades sociais e estratégias operacionais. De modo que o acionista controlador indireto da Companhia, tem capacidade para direcionar as atividades sociais e estratégias operacionais desta, e para efetuar investimentos destinados à promoção de seus próprios interesses e objetivos econômicos, sociais e políticos, que por sua vez, podem deteriorar a condição comercial, financeira e operacional da Companhia. Ainda, os interesses do acionista controlador indireto podem não estar estritamente alinhados à estratégia da Companhia. Caso em que esta poderá sofrer um impacto negativo em seus negócios e seu desempenho financeiro.

Adicionalmente, a eventual imposição de políticas pelo governo do Estado de Minas Gerais pode ocasionar efeitos adversos sobre a Companhia, tais como dano à sua reputação, cancelamento de investimentos previstos que tenham gerado expectativas a terceiros interessados. No mesmo sentido, a eventual imposição de investimentos não previstos, decisões de distribuição de dividendos adicionais, ou outras decisões em desalinhamento de interesses frente à Companhia, poderão afetar negativamente o caixa e o endividamento da Companhia.

O Governo do Estado de Minas Gerais, na sua qualidade de acionista controlador, tem a competência para realizar a indicação de conselheiros da administração, que por sua vez elegem os membros da diretoria da Companhia. Considerando que o Governo de Minas Gerais logrou êxito em ação judicial contra posicionamento da CVM acerca das regras para indicações de conselheiros da administração e dos membros da diretoria realizadas por acionistas sujeitos à Lei das Estatais, as quais, segundo o entendimento da CVM, deveriam observar as restrições do artigo 17, parágrafo 2º, previstas na Lei das Estatais. Por essa razão, caso tal decisão judicial seja revertida, o Governo de Minas Gerais poderá precisar indicar novos membros do conselho da administração e novos membros da diretoria, de forma extraordinária, sendo que eventual atraso na referida indicação poderá ter impacto negativo nos negócios da Companhia."

O acionista controlador da Companhia poderá tomar determinadas decisões em relação aos negócios da Companhia que podem conflitar com os interesses do acionista minoritário.

A Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, acionista controlador da Companhia, detém seu controle efetivo, possuindo poderes para, entre outros, eleger a maioria dos membros do conselho de administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Não se pode assegurar que os interesses dos acionistas controladores da Companhia estarão alinhados com os interesses dos demais investidores nas deliberações submetidas à assembleia geral de acionistas da Companhia. Deste modo, a Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig poderá adotar medidas que venham a ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas, inclusive decisões estratégicas relativas ao planejamento do negócio, como reorganizações societárias, aquisições ou alienações de ativos, parcerias, contratações de financiamentos ou operações similares. A decisão quanto aos rumos dos negócios da Companhia poderá divergir da decisão esperada pelos acionistas minoritários.

A Cemig e/ou a Companhia podem vir a ser objeto de projeto de privatização, o que poderá afetar a governança da Companhia e os termos atuais de seus contratos, bem como gerar o desencadeamento do vencimento antecipado de determinadas obrigações da Companhia.

Considerando que o atual Governo do Estado de Minas Gerais estabeleceu uma agenda de desestatização, através de projetos de privatizações e liberalização econômica, existe a possibilidade de colocar em prática o projeto para privatização da Cemig e/ou Gasmig, levando tal projeto para apreciação do poder legislativo e, como estabelecido na Constituição do Estado de Minas Gerais, para referendo popular.

Neste sentido, não é possível prever quais seriam as consequências financeiras e operacionais no âmbito de um eventual projeto de privatização da Cemig e/ou da Gasmig, mas dentre os riscos interligados a esse tipo de operação, a Companhia inevitavelmente sofreria alterações em sua estrutura de governança, com impactos na eleição da maioria dos membros do conselho de administração e na determinação do resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Também não se pode garantir que os termos a serem apresentados para renovação de seus contratos sejam atrativos para a Companhia ou que seu Conselho de Administração aceite tais termos. Além disso, a privatização da Companhia pode distrair sua administração e resultar em menos apoio do governo. Certos grupos podem contestar a proposta, o que pode levar a questões políticas e legais demoradas para a Companhia. Também poderia aumentar os custos de dívida da Companhia (devido à possibilidade de o Estado de Minas Gerais deixar de controlar indiretamente a Companhia) e poderia constituir um evento de vencimento antecipado, que, se não renunciados, poderiam permitir a alguns dos credores a aceleração da cobrança de dívidas da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os detentores das ações de emissão da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual da Companhia, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo, constituir reservas, ou ser retido, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma sociedade não realize a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso a Administração informe aos acionistas que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. Nesses casos, os administradores da Companhia deverão encaminhar à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de 5 (cinco) dias da realização da assembleia, exposição justificada da não distribuição dos dividendos obrigatórios.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

c) Seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Não se aplica

d) Seus administradores

A Companhia é altamente dependente de seu acionista controlador direto e de outros membros da administração para desenvolver e implementar sua estratégia e conduzir suas operações.

A Companhia é dependente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, especialmente com relação ao planejamento de seus negócios, estratégias e operações. Caso qualquer das pessoas chave da administração se retire da Companhia, esta poderá sofrer um impacto negativo em seus negócios.

e) Seus fornecedores

A existência de poucos fornecedores de gás natural no Brasil afeta a competitividade no mercado em que a Companhia atua

O mercado de gás está em processo de abertura, contudo, ainda há alguns obstáculos a serem transpostos. No ano de 2021, a Gasmig realizou uma Chamada Pública para

4.1 Descrição dos fatores de risco

aquisição de gás. Diversos players do mercado enviaram propostas, contudo ao final de 2021, apenas a Petrobras teve condições de garantir o suprimento de gás para a distribuidora para o início de 2022. Contudo, em março de 2022, a companhia conseguiu o fornecimento de outro supridor, que é a GALP.

No ano de 2022, a Gasmig realizou outra Chamada Pública para aquisição de gás, firmando novos contratos e aditivo com Petrobras e Galp, respectivamente. Portanto, atualmente a Gasmig mantém os dois fornecedores, mas com perspectivas de novos contratos para os próximos anos.

A Gasmig e a Petrobras possuem quatro Contratos de Compra para o fornecimento de gás natural, na modalidade Firme Inflexível, especificando a quantidade contratada, o preço do gás e outros fatores. Em todos os contratos, o preço do gás adquirido da Petrobras tem uma variação definida por uma fórmula contratual e é reajustado de acordo com a variação do petróleo tipo Brent e o dólar. A precificação da parcela de molécula nos dois contratos só poderá ser alterada por acordo entre as partes.

O contrato com a GALP apresenta uma precificação para parcela de molécula atrelada à variação do petróleo tipo Brent e o dólar até o final de 2025. A partir de 2026 a variação da parcela de molécula passa a ser reajustada pelo Henry Hub e o dólar. O preço do transporte do gás natural é regulado e pode ser revisado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Caso a ANP altere a precificação, o valor será repassado às distribuidoras.

No ano de 2022, a Petrobras representou 92% do volume de gás natural adquirido pela Gasmig, enquanto a Galp representou 8%. A perspectiva é que a concentração de suprimento em torno da Petrobras se reduza com o passar dos anos e a abertura de mercado.

Os contratos de suprimento e transporte de gás estabelecem obrigações específicas que, uma vez não observadas pela Companhia, poderão afetá-la de maneira adversa e, novas condições contratuais de tais contratos, poderão também afetar seus resultados.

Os contratos de suprimento de gás atuais, firmados pela Companhia com a Petrobras, têm características específicas, tais como obrigações de retirada mínima de commodity ("Take or pay") e retirada mínima para transporte ("Ship or Pay"), por parte da Companhia. Caso a Companhia consuma abaixo das obrigações contratuais, deverá efetuar o pagamento da diferença entre o consumo do gás e os valores mínimos obrigatórios contratados. Tais pagamentos poderão causar redução de sua margem de lucro, bem como efeito adverso em sua situação financeira.

O compromisso de Take or Pay, por se tratar de uma pré-compra de gás natural, gera um crédito para a distribuidora e, por isso, não é repassado para a tarifa. Atualmente, a SEDE considera essa obrigação como sendo de responsabilidade única

4.1 Descrição dos fatores de risco

da distribuidora. Portanto, o erro de mensuração na contratação da molécula pode gerar problemas no fluxo de caixa da Companhia, gerando antecipação do pagamento dos valores inferiores aos valores previamente planejados.

Conforme determinação do órgão regulador, a obrigação de pagamento devido ao compromisso de Ship or Pay é repassada integralmente para as tarifas da Companhia. Tal prática se justifica por ser considerada uma reserva de capacidade do duto de transporte, não gerando nenhum crédito para a distribuidora. Contudo, a mensuração errada do volume devido implicará na competitividade do gás natural frente aos energéticos substitutos, podendo impactar diretamente na receita da Companhia.

No contrato com a Galp há um compromisso de retirada, não havendo a possibilidade de uma recuperação. Portanto, o erro de mensuração na contratação da molécula pode gerar problemas financeiros para companhia. Já o valor gasto com o transporte, no contrato com a Galp, tem o mesmo tratamento regulatório do Ship or Pay, com os mesmos impactos dos contratos com a Petrobras.

Independente do supridor, em caso de retidas acima dos volumes contratados, a Gasmig pagará mais caro pela molécula, sendo repassado para o custo e impactando a modicidade tarifária.

Mudanças nos preços e/ou políticas dos produtos concorrentes ao da Gasmig podem afetar o faturamento da Companhia

A Petrobras determina os preços dos principais energéticos substitutos. Como é amplamente divulgado, a Petrobras adotou uma política de paridade de preços internacional. Os preços desses energéticos também variam de acordo com o preço do petróleo e do dólar, o que pode resultar em uma manutenção da competitividade com relação ao gás.

A Petrobras pode revisar sua política de preços a qualquer momento. Quaisquer mudanças podem influenciar a demanda do mercado por gás natural e seus combustíveis substitutos, como GLP, gás de petróleo e/ou óleo combustível, impactando, portanto, positiva ou negativamente os resultados operacionais da Gasmig e a situação financeira.

Incertezas sobre a efetividade dos Sistemas de Transporte de Gás Natural instituído por meio do Decreto nº 10.712, de 2 de junho de 2021

O Decreto nº 10.712, de 2 de junho de 2021, estabeleceu que a malha de transporte dutoviário poderá ser organizada em sistemas de transporte de gás natural nos termos de regulamentação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP").

4.1 Descrição dos fatores de risco

Esse decreto possibilitou que os serviços de transporte de gás natural sejam contratados por meio de capacidade de entrada e saída de forma independente no sistema de transporte. Tal medida visou facilitar a forma de contratação de gás natural pelos integrantes desse mercado.

Conforme aprovado pela ANP, as tarifas de saída homologadas para a NTS (transportadora que atende a Gasmig) apresentam pouca variação entre os estados do sudeste impactando pouco a competitividade do gás natural. Contudo, caso esse cenário se altere, poderá impactar negativamente a competitividade do gás natural em Minas Gerais frente a outros estados.

Os valores das tarifas de entrada e saída aprovados da NTS aprovados pela ANP são inferiores aos valores cobrados pela Petrobras na modalidade postal. Contudo, as penalidades cobradas pela NTS são maiores e retiradas de gás muito oscilantes poderão impactar a modicidade tarifária.

A renovação e/ou prorrogação dos contratos de suprimento de gás não são garantidos e a estratégia de crescimento poderá ser adversamente afetada.

Os contratos de suprimento de gás possuem vigência específica. A Gasmig poderá ser afetada adversamente caso não ocorra a renovação, a prorrogação e/ou contratação de molécula de outro supridor em condições mais favoráveis. Nesse caso, a estratégia de crescimento da Companhia pode ser afetada.

A volatilidade e as incertezas nos preços internacionais do petróleo, bem como uma depreciação significativa do real em relação ao dólar americano, podem afetar de maneira adversa os resultados da Companhia. Os aumentos de tarifas em função do aumento do preço de venda do fornecedor da Companhia podem levar a perda de competitividade frente aos seus concorrentes.

Nos Contratos de Compra e Venda da Petrobras, a precificação do gás é composta por duas parcelas: parcela de molécula indexada ao preço internacional do petróleo tipo Brent e ao dólar e reajustada trimestralmente; parcela de transporte reajustada anualmente, pelo IGP-M. O custo do gás é praticado em R\$/m³.

No contrato com a GALP também há a separação entre as parcelas de molécula e transporte. Assim como nos contratos com a Petrobras, o contrato com a GALP apresenta a parcela de molécula indexada ao preço internacional do petróleo tipo Brent e ao dólar até o final de 2025. A partir de 2026, o reajuste passa a ser pelo Henry Hub e dólar. A parcela de transporte já foi contratada no âmbito do mercado livre, tendo o seu valor regulado pela ANP e reajustado anualmente pelo IGP-M.

As tarifas do gás natural praticadas pela Companhia para os diversos segmentos do mercado mineiro são reguladas pela SEDE. Essas tarifas são compostas pelo custo médio de aquisição do gás natural adicionado do custo de distribuição e impostos

4.1 Descrição dos fatores de risco

aplicáveis. O preço médio de custo é o componente mais representativo na formação das tarifas e suas alterações são repassadas trimestralmente ao mercado, conforme garantido pelo Contrato de Concessão.

Os preços internacionais do petróleo, derivados e gás natural são variáveis às quais os negócios da Companhia estão sujeitos e sobre a qual a Companhia não possui controle. Nesse sentido, as variações aumentos e/ou (ii) quedas substanciais nos preços internacionais do petróleo e derivados, poderão ter impacto aos negócios da Companhia sob o ponto de vista de competitividade com outras fontes energéticas. Os resultados operacionais e posição financeira, também poderão ser impactadas devido às variações nos preços do gás serem repassados com algum atraso para as tarifas cobradas dos clientes.

A abertura do mercado de gás e a adoção de medidas para incentivar a redução do preço do gás podem afetar a rentabilidade da Companhia

Em 2016, o governo federal brasileiro lançou o programa 'Gás para Crescer' com o objetivo de fomentar o mercado de gás natural no Brasil, por meio da implementação de mudanças no ambiente regulatório do setor de gás natural, preparando-o para uma redução da participação da Petrobras. Como consequência desse programa, a Agência Nacional do Petróleo e Gás Natural (ANP) lançou Editais de Contribuição Pública visando receber contribuições de agentes da cadeia do gás natural possibilitando a entrada de novos players no mercado.

O programa 'Gás para Crescer' foi sucedido pelo programa 'Novo Mercado de Gás'. As principais diretrizes do programa estão consolidadas na Resolução CNPE 16/2019 e complementadas pela Resolução CNPE 3/2022, que estabelece princípios e objetivos voltados à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural no país.

Dentre as diretrizes se estabelece que deve haver incentivo para os Estados e Distrito Federal adotarem boas práticas regulatórias que contribuam para a efetiva liberalização do mercado, o aumento da transparência e eficiência, desverticalização do setor e precificação adequada no fornecimento de gás natural por segmento de usuários. Também deverá haver incentivo para que os Estados e o Distrito Federal adotem reformas e medidas estruturantes, incluindo eventual aditivo aos contratos de concessão para refletir boas práticas regulatórias, que incluem os princípios regulatórios para os Consumidores Livres, produtores independentes e importadores independentes. Por fim, deverá haver incentivo para que os Estados promovam a privatização da concessionária estadual de serviço local de gás canalizado.

Em julho de 2019, a Petrobras e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) celebraram Termo de Compromisso de Cessação (TCC), por meio do qual a Petrobras deveria reduzir sua participação em toda a cadeia do gás, bem como, dar publicidade aos contratos de transporte e acesso a terceiros à capacidade dos ativos existentes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Estas medidas, que já estão sendo implementadas, poderão afetar a Gasmig, podendo haver variação no preço do custo do gás e na competitividade do gás natural frente a outros energéticos, gerando uma possível desvalorização do gás natural no mercado e alterando o fluxo de caixa operacional da Gasmig.

Os materiais e matérias-primas utilizados pela Companhia estão sujeitos a flutuações de preço.

Os materiais, assim como serviços e matérias-primas, utilizados pela Companhia para a construção e manutenção dos gasodutos estão sujeitos a flutuações de preço decorrentes da situação conjuntural do mercado, que poderão causar, eventualmente, situações adversas em suas atividades, com impacto em seus custos de aquisição de materiais e serviços. Os preços das matérias-primas e, conseqüentemente, dos materiais, são influenciados por uma série de fatores sobre os quais a Companhia tem pouco ou nenhum controle, incluindo, mas não limitado às condições econômicas internacionais e nacionais, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial.

Desta forma, se o preço dos materiais e matérias-primas aumentar abruptamente, a Companhia pode não ser capaz de repassar imediatamente os correspondentes aumentos de custos aos seus clientes, o que poderá vir a diminuir a sua margem de lucro e causar um efeito material adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Ineficiência de empresas terceirizadas trabalhando em nome da GASMIG, comprometendo os prazos para conclusão de obras e de outras atividades.

A Companhia possui diversos contratos com prestadores de serviços em diversas atividades, sendo que a falha em gestão ou de uma melhor contratação poderá incorrer em prestação ineficiente de serviços comprometendo os prazos e qualidades dos produtos entregues.

Ineficiência e morosidade nas aquisições e contratações realizadas pela Companhia, impactando o planejamento e a realização das atividades propostas, com seus consequentes efeitos sobre as metas traçadas

As principais compras são realizadas por meio de licitação, os quais obedecem ao regimento do regulamento de compras publicado em nosso site. A Companhia poderá incorrer em morosidade e ineficiência nas suas contratações, podendo ocorrer por diversas razões, como falha de processos, baixa capacidade para desenvolvimento de fornecedores, especificidades nas compras realizadas para o segmento, etc. A morosidade e ineficiência do processo de compras poderá incorrer custos maiores e demora na execução de projetos. A Companhia possui diversos projetos de expansão e, portanto, necessitará de uma quantidade maior de fornecedores que poderão não estar disponíveis (seja por falta de capacitação, por

4.1 Descrição dos fatores de risco

escassez no mercado ou por descontinuidade de fornecedores), podendo causar um efeito adverso nos projetos de expansão da Companhia.

f) Com relação aos clientes

Os volumes de gás natural fornecidos pela Companhia estão concentrados em poucos setores e em poucos clientes.

O mercado industrial de grande porte sustenta o volume de vendas e respondeu por 76% do volume de gás não vendido às usinas geradoras de energia térmica em 2022. Os maiores clientes da Gasmig concentram-se nas atividades de siderurgia, metalurgia, mineração e fabricação de celulose. Em caso de reversão das expectativas e/ou sob um cenário econômico adverso que impacte a atividade industrial, a estrutura de mercado atendida pela Gasmig pode potencializar os efeitos negativos em seus negócios, resultado operacional e/ou condições financeiras.

A capacidade da Companhia de receber pagamentos devidos por seus clientes poderá ser prejudicada, caso a capacidade de pagamento de tais clientes se deteriore, podendo causar prejuízos à situação financeira da Companhia.

O risco de crédito da Companhia decorre, principalmente, do seu faturamento, visto que a inadimplência da contraparte poderá gerar uma perda financeira para a Companhia em função das características individuais de cada cliente. Se a capacidade de pagamento de tais clientes diminuir, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante sobre seus negócios, sua situação financeira e resultados operacionais, pois não será possível levantar o capital necessário, que depende diretamente do pagamento de seus clientes, para conseguir realizar plenamente todas as suas atividades. Nesse caso, a Companhia terá perdas financeiras e, conseqüentemente, algumas atividades poderão ser interrompidas ou não terão o resultado esperado.

Possibilidade de perdas em seu faturamento em decorrência de manipulação (fraude) nos dados de medição de seus maiores clientes, podendo afetar de maneira adversa os negócios da Companhia.

O volume de gás a ser cobrado dos maiores clientes pelo consumo é auferido por um sistema de medição composto de um medidor de vazão e um conversor de volume. Os medidores de vazão são lacrados em todos os pontos passíveis de acesso ao seu interior, mas podem passar por violações, ou por qualquer outra forma de fraude, de modo a possibilitar a adulteração do volume de gás fornecido pela Companhia. Os conversores de volume são lacrados, mas podem ter seus sensores de pressão e temperatura fraudados, assim como seu software interno pode sofrer um hackeamento. Todavia, caso o sistema de medição da Companhia não se mostre efetivo na coleta de dados dos seus consumidores e não acione os alertas automáticos no sistema de monitoramento, a Companhia poderá sofrer efeito adverso relevante sobre seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Incapacidade de atrair novos clientes, manter nossos atuais clientes ou ainda expandir as vendas para os nossos clientes atuais.

Eventual falha no desenvolvimento das nossas estratégias comerciais, na expansão eficiente de nossos recursos de marketing e vendas ou na prestação de serviços, pode prejudicar nossa capacidade de: (i) aumentar nossa base de clientes; (ii) manter nossa base atual de clientes satisfeita; e/ou (iii) alcançar uma aceitação mais ampla do mercado visando expandir nossas vendas, situações estas que podem afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o descumprimento de obrigações contratuais da concessão.

Possibilidade de perdas em seu faturamento em decorrência de manipulação (fraude) nos dados de medição de seus maiores clientes, podendo afetar de maneira adversa os negócios da Companhia.

O volume de gás a ser cobrado dos maiores clientes pelo consumo é auferido por um sistema de medição composto de um medidor de vazão e um conversor de volume.

Os medidores de vazão são lacrados em todos os pontos passíveis de acesso ao seu interior, mas podem passar por violações, ou por qualquer outra forma de fraude, de modo a possibilitar a adulteração do volume de gás fornecido pela Companhia.

Os conversores de volume são lacrados, mas podem ter seus sensores de pressão e temperatura fraudados, assim como seu software interno pode sofrer um *hackeamento*.

Todavia, caso o sistema de medição da Companhia não se mostre efetivo na coleta de dados dos seus consumidores e não acione os alertas automáticos no sistema de monitoramento, a Companhia poderá sofrer efeito adverso relevante sobre seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

g) Setores da economia nos quais o emissor atue

Historicamente, o governo brasileiro exerceu e continua a exercer uma importante influência sobre a economia brasileira. Mudanças das condições políticas e econômicas do Brasil podem afetar as vendas da Companhia, principalmente no segmento industrial.

As condições políticas e econômicas brasileiras têm impacto direto nos negócios da Companhia e poderão causar um efeito adverso nos resultados de suas operações e na sua condição financeira. As políticas econômicas do governo brasileiro poderão causar impactos significativos nas empresas brasileiras, bem como nas condições de mercado e nos preços dos valores mobiliários no Brasil. A situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados de forma desfavorável pelos seguintes fatores e as respostas do governo brasileiro a esses fatores:

4.1 Descrição dos fatores de risco

- Instabilidade cambial;
- Inflação;
- Políticas de controle cambial;
- Instabilidade social;
- Taxas de juros;
- Liquidez do capital nacional e dos mercados de crédito;
- Política fiscal;
- Política de regulamentação para o setor de petróleo e gás, inclusive a política de preços; e
- Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetam o Brasil.

A incerteza a respeito se o governo brasileiro implantará mudanças na sua política ou nos regulamentos que possam afetar qualquer um dos fatores mencionados acima ou outros fatores no futuro poderá elevar a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. Mudanças nas políticas e regulamentos dessa natureza poderão causar um impacto negativo nos resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

O nível de atividade econômica brasileira poderá influenciar os volumes distribuídos pela Companhia. As variações no consumo do gás natural poderão ocorrer primordialmente, pela substituição de outros energéticos, notadamente o óleo combustível, a gasolina e os demais derivados de petróleo, sendo o preço o fator decisivo.

Alterações na legislação ou na regulamentação relativas ao setor de petróleo e gás podem afetar desfavoravelmente a estratégia de negócios e a condução das atividades da Companhia na medida em que a Companhia: (i) não seja capaz de antecipar-se às novas condições; (ii) não consiga absorver os novos custos e nem os repassar aos clientes; ou (iii) não seja capaz de dar continuidade aos seus negócios. Além disso, a Companhia não pode garantir que medidas tomadas futuramente pelo Governo Federal, em relação ao desenvolvimento do sistema de petróleo e gás, não irão afetar negativamente suas atividades. E ainda, a Companhia pode não ser capaz de prever a que extensão tais medidas podem afetar suas atividades. Se a Companhia for requerida a conduzir seus negócios e operações de uma forma, substancialmente, diferente da prevista em seu plano de negócios, seus negócios, resultados operacionais e condição financeira podem ser afetados negativamente.

Esforços do governo para controlar a inflação podem impedir o crescimento da economia brasileira e poderiam afetar negativamente os negócios da Companhia.

O Brasil conviveu no passado com taxas de inflação extremamente elevadas e, por este motivo, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas de juros reais do mundo. A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro

4.1 Descrição dos fatores de risco

para combatê-la, principalmente, por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e poderão ter efeitos significativos na economia brasileira e nos negócios da Companhia no futuro. Políticas de restrição monetária com altas taxas de juros poderão restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito.

Inversamente, políticas governamentais e do Banco Central do Brasil mais brandas, além da diminuição das taxas de juros, poderão desencadear o aumento da inflação, e conseqüentemente, a maior volatilidade do crescimento e necessidade de aumentos imprevistos e substanciais na taxa de juros, o que poderá afetar negativamente os negócios da Companhia.

Alterações em políticas fiscais nos âmbitos federal, estadual e municipal podem gerar efeitos adversos aos negócios da Companhia.

Os governos federal, estadual e municipal têm o poder de implementar mudanças em políticas fiscais que podem afetar a Companhia. Algumas dessas medidas governamentais podem aumentar a carga tributária da Companhia, o que pode afetar a sua lucratividade e, conseqüentemente, sua condição financeira. A Companhia não pode garantir que será capaz de manter seu fluxo de caixa e sua lucratividade após um aumento de impostos e taxas que incidam sobre a Companhia, o que pode resultar em efeitos adversos significativos para a Companhia.

h) Regulação dos setores em que o emissor atue

Mudanças na metodologia e nos parâmetros adotados pelas autoridades reguladoras no que se refere aos ciclos de revisão tarifária da Gasmig podem impactar negativamente nossas operações e nossa condição financeira

Os parâmetros gerais de regulação tarifária são especificados no Contrato de Concessão, que (i) determina as orientações gerais para ajustes das tarifas; (ii) garante o repasse do custo de aquisição de gás e da revisão tarifária; e (iii) determina a margem de distribuição, que permite a sustentabilidade econômica e financeira da Gasmig, de acordo com as melhores práticas utilizadas pelas agências reguladoras brasileiras e internacionais para o setor da distribuição de gás natural. O Contrato de Concessão também estipula que a tarifa será revista se ocorrerem eventos que coloquem em risco o equilíbrio econômico e financeiro do Contrato, sob a forma e durante os períodos necessários para evitar perdas devido à insuficiência tarifária. Alterações nos ciclos de revisão tarifária podem causar um efeito adverso importante nas atividades da Gasmig, afetando sua condição financeira e os resultados de suas operações. Poderiam também gerar impactos sobre as condições do mercado e os preços dos títulos no Brasil, afetando negativamente a Gasmig – podendo alterar o preço do gás, ou aumentar os custos da realização de suas atividades.

A agência reguladora responsável pela distribuição de gás canalizado é controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, cujos interesses podem ser conflitantes com os do equilíbrio econômico da concessão.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Constituição Federal do Brasil estabelece que é função dos estados explorar os serviços locais de gás canalizado, diretamente ou por meio de concessões. A Gasmig está sob o controle indireto do Estado de Minas Gerais, por meio da posição acionária majoritária mantida pela CEMIG na Gasmig. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE) é uma divisão do governo do estado, responsável pela função reguladora dos serviços de distribuição do gás canalizado. A SEDE é, além disso, responsável pela promoção de desenvolvimento sustentável no Estado de Minas Gerais.

O Governo do Estado de Minas Gerais, na condição de acionista controlador indireto da Gasmig e, ao mesmo tempo, regulador do serviço público, por meio da SEDE, tem a autoridade para direcionar esforços e investimentos da Gasmig em conformidade com seus próprios interesses políticos, econômicos ou sociais, os quais podem ter um impacto negativo sobre o equilíbrio econômico da concessão.

Alterações na legislação ou na regulamentação relativas ao setor energético brasileiro, ou no setor de Distribuição de gás canalizado em Minas Gerais podem afetar adversamente os negócios da Companhia

Conforme descrito anteriormente, a atividade de distribuição de gás natural é regulamentada pelo Estado de Minas Gerais por intermédio da SEDE. Por seu turno, o restante da cadeia do gás natural é regulamentada pelo Governo Federal, tendo muito impacto de regulamentações do MME e da ANP.

Alterações na legislação ou na regulamentação relativas ao setor energético brasileiro, ou no setor de Distribuição de gás canalizado em Minas Gerais podem afetar desfavoravelmente a estratégia de negócios e a condução das atividades da Companhia na medida em que a Companhia não seja capaz de antecipar suas novas condições ou não consiga absorver os novos custos ou repassá-los aos seus clientes. Além disso, a Companhia não pode garantir que medidas tomadas futuramente pelo Governo Federal, em relação ao desenvolvimento do sistema energético, ou pelo Governo Estadual, em relação à distribuição de Gás Natural, não irão afetar negativamente suas atividades. E ainda, a Companhia não é capaz de prever a que extensão tais medidas podem afetá-la. Se a Companhia for requerida a conduzir os seus negócios e operações de uma forma substancialmente diferente da prevista em seu plano de negócios, os seus negócios, seus resultados operacionais e sua condição financeira podem ser afetados negativamente.

O desenvolvimento das atividades da Companhia está sujeito à obtenção de licenças e autorizações, conforme exigido pelas autoridades municipais e por outros órgãos competentes, incluindo, mas não se limitando, às licenças e autorizações ambientais, exigidas pelos órgãos ambientais.

A Companhia executa obras de instalação, manutenção e ampliação em toda a sua área de concessão. Em alguns casos, essas obras interferem em vias públicas de

4.1 Descrição dos fatores de risco

diversos municípios do Estado de Minas Gerais, e, dessa forma, a Companhia deve obedecer, além da legislação ambiental estadual e federal, às normas municipais de cada um destes municípios, observando, quando existentes, seus códigos de posturas, obras, meio ambiente, dentre outros. Cumpre salientar que, no exercício de suas atividades, a Companhia possui todos os documentos autorizativos necessários para tanto, como licenças, alvarás e autorizações.

Os processos para obtenção, manutenção ou renovação dessas licenças, autorizações, alvarás e registros poderão se tornar mais dificultosos e poderão ser impostas novas licenças, autorizações, outorgas, regulamentações, alvarás e registros, ou mesmo restrições, pelas autoridades competentes, o que poderá afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

A não obtenção, manutenção ou renovação dessas licenças, alvarás ou autorizações ambientais, a operação em desacordo com os atos autorizativos concedidos, bem como o descumprimento de condicionantes presentes em tais documentos, poderão fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, destinando recursos para o cumprimento de eventuais encargos adicionais, como multas, ou mesmo comprometer o regular desenvolvimento de suas atividades, em razão de, embargos, interdições ou paralisação das suas atividades. Além disso, diversas penalidades podem vir a ser aplicadas de acordo com o rigor do não cumprimento com o licenciamento correspondente, tais como, entre outros, multas sucessivas, suspensão ou interrupção do desenvolvimento de suas atividades. Esses fatores poderão impactar adversamente as operações, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia, além de colocar em risco a sua concessão, por descumprimento de obrigações contratuais. Ademais, a operação de atividades sem as devidas licenças e autorizações ambientais, ou em desacordo com as concedidas, pode submeter o corpo diretivo da Companhia às sanções criminais, na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, conforme alterada ("Lei de Crimes Ambientais").

Pelo fato de as atividades da Companhia estarem sujeitas a concessão de licenças e permissões ambientais por diversos órgãos federais, estaduais e municipais, a morosidade e ineficiência, pelos órgãos competentes, para concessão das devidas permissões, licenças e/ou renovação pode dificultar, inviabilizar ou retardar a regularidade da Companhia na obtenção de tais licenças e permissões. Nesse sentido, a Companhia não pode garantir que os cronogramas e orçamentos planejados de seus projetos não sejam afetados pelos procedimentos internos dos órgãos reguladores e ambientais para fins de emitir as licenças e permissões pertinentes em tempo hábil, o que pode afetar os objetivos da Companhia, influenciando negativamente seu resultado operacional e sua condição financeira.

A Companhia poderá descumprir os termos previstos no Contrato de Concessão, o que poderá acarretar penalizações e impactos severos no negócio e nos resultados

4.1 Descrição dos fatores de risco

Com base nas disposições do Contrato de Concessão, seus respectivos aditivos, e na legislação aplicável, em caso de descumprimento de qualquer disposição do referido Contrato de Concessão, inclusive atrasos ou não cumprimento das metas previstas neste, o Estado de Minas Gerais poderá impor penalidades à Companhia.

Dependendo da gravidade do descumprimento, as penalidades aplicáveis incluem:

- Advertências; e
- Intervenção.

A Companhia não pode garantir que não será penalizada por descumprimentos de seu contrato de concessão ou que sua concessão não será revogada no futuro. A indenização a que a Companhia tem direito na ocorrência de eventual revogação de sua concessão poderá não ser suficiente para recuperação do valor integral de certos ativos. Por conseguinte, a imposição de sanções à Companhia ou a revogação da concessão poderá acarretar efeito adverso relevante sobre a situação financeira e resultados das operações da Companhia.

i) Questões sociais

Informamos os aspectos de riscos inerentes às questões sociais no risco: Eventos que interfiram nas operações da Companhia podem vir a afetar adversamente as atividades da Companhia.

j) Questões ambientais

A ocorrência de danos ambientais envolvendo as atividades da Companhia pode gerar substanciais custos de recuperação ambiental, inclusive indenizações e sanções, que podem afetar adversamente os negócios, sua reputação e o valor de mercado dos valores mobiliários da Companhia.

As atividades do setor de gás podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que, direta ou indiretamente, causar degradação ambiental e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente de dolo ou culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, atribuindo responsabilidade pessoal aos administradores e aos acionistas, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência a Companhia e seus respectivos administradores poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá impedir, ou levar a Companhia a retardar ou redirecionar planos de investimento em outras áreas, o que poderá afetar adversamente seus negócios, sua reputação, suas operações, e sua imagem.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia brasileira, e qualquer surto de tais doenças no Brasil pode afetar diretamente as operações da Companhia, seus negócios e o resultado de suas operações.

Surtos ou potenciais surtos de doenças, como o Coronavírus (COVID-19), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, pode ter um impacto adverso nas operações da Companhia. Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas pode ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia brasileira, na capacidade de pagamento de seus clientes e nos resultados da Companhia. Surtos de doenças também podem resultar em quarentena do pessoal da Companhia ou na incapacidade de acessar suas instalações, o que poderia ter um impacto na sua produtividade e nos seus resultados.

k) Questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Consideramos aspectos climáticos no risco: Eventos que interfiram nas operações da Companhia podem vir a afetar adversamente as atividades da Companhia.

l) Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Não aplicável

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Os principais fatores de riscos, os quais consideramos que possam impactar de forma severa os resultados da Companhia são:

O conflito militar em curso entre a Rússia e a Ucrânia pode ter um efeito adverso significativo na economia global, em determinados preços de materiais e de commodities e no nosso negócio.

-Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou procedimentos arbitrais podem afetar adversamente os negócios da Companhia, sua condição financeira e resultados operacionais.

-A Companhia está sujeita aos objetivos econômicos, sociais e políticos do governo do Estado de Minas Gerais, na sua qualidade de acionista controlador indireto, para desenvolver e implementar suas atividades sociais e estratégias operacionais.

-A existência de poucos fornecedores de gás natural no Brasil afeta a competitividade no mercado em que a Gasmig atua.

-Os contratos de suprimento e transporte de gás estabelecem obrigações específicas que, uma vez não observadas pela Companhia, poderão afetá-la de maneira adversa e, novas condições contratuais de tais contratos, poderão também afetar seus resultados.

-Os volumes de gás natural fornecidos pela Gasmig estão concentrados em poucos setores e em poucos clientes.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

O risco de mercado consiste no risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, exercem sobre os ganhos da Companhia ou sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das suas atividades envolvendo, principalmente, o risco quanto à flutuação da taxa de juros.

Risco relacionado à flutuação da taxa de juros

As medidas do governo brasileiro para controle da inflação têm incluído, frequentemente, a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, limitando assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como consequência, a meta da taxa de juros básica no Brasil (SELIC) ao final de 2020 foi de 2,0%, ao final de 2021 foi de 9,25%, e encerrou 2022 em 13,75%, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária (COPOM). Historicamente a taxa de juros básica da economia brasileira tem se mantido alta ao longo do tempo. Eventuais medidas do Governo Federal, incluindo a redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e medidas para ajustar ou fixar o valor do real, poderão desencadear aumentos de inflação. Se o Brasil experimentar inflação elevada no futuro, os resultados da Companhia serão impactados adversamente.

Além disso, na hipótese de aumento de inflação, o Governo Federal poderá optar por elevar significativamente as taxas de juros. A alta das taxas de juros poderá impactar no custo de captação de empréstimos pela Companhia como também no custo do endividamento, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras. Este aumento, por sua vez, poderá afetar adversamente a capacidade de pagamento de obrigações assumidas pela Companhia, na medida em que reduzirá sua disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa. Descasamentos entre índices contratados em ativos versus passivos e/ou altas volatilidades nas taxas de juros, podem ocasionar perdas financeiras para a Companhia.

A Companhia adota diretrizes internas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização de custos de capital. As aplicações financeiras da Companhia são mantidas em operações vinculadas ao CDI e ao IPCA.

As captações são provenientes de emissões de debêntures públicas. As taxas de juros do mercado são monitoradas com o objetivo de assegurar a melhor rentabilidade das aplicações financeiras e para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros, a exposição da Companhia está atrelada às emissões públicas de debêntures efetuadas, as quais são indexadas à variação do CDI e do IPCA. O CDI acompanha a taxa SELIC. Os valores da citada exposição, estimados pela Companhia e abaixo apresentados, consideram o resultado da alta dos indexadores em 25% e 50%, respectivamente, tendo como base projeções elaboradas por consultores financeiros para o próximo exercício.

	31/12/2022	31/12/2023 - Projeções		
	Valor contábil	SELIC 13,75%	Cenário 1 SELIC 10,31%	Cenário 2 SELIC 6,88%
Ativos				
Aplicações financeiras – circulante	512.086	582.498	564.895	574.292
Títulos e valores mobiliários - não circulante	127.051	144.521	140.153	135.786
	639.137	727.019	705.048	710.078
Ativo líquido exposto	639.137	727.019	705.048	710.078
Efeito líquido da variação das taxas de juros		87.882	65.911	43.941

	31/12/2022	31/12/2023 - Projeções		
	Valor contábil	CDI 13,65% IPCA 5,79%	Cenário 1 CDI 17,06% IPCA 7,24%	Cenário 2 CDI 20,48% IPCA 8,69%
Passivos				
Debêntures (CDI) – circulante	-20.023	-22.756	-23.439	-24.123
Debêntures (IPCA) – circulante	-20.225	-21.396	-21.689	-21.982
Debêntures (IPCA) - não circulante	-1.023.716	-1.082.989	-1.097.807	-1.112.626
	-1.063.964	-1.127.141	-1.142.935	-1.158.731
Passivo líquido exposto	-1.063.964	-1.127.141	-1.142.935	-1.158.731
Efeito líquido da variação das taxas de juros		-63.177	-78.972	-94.766

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia ressalta que possui diretrizes internas para nortear o processo de Captação de Recursos, que seguem os parâmetros da política de seu acionista controlador, que contempla os aspectos que devem ser considerados para a captação de recursos, bem como para a gestão e o monitoramento dos empréstimos e financiamentos vigentes. Nesse sentido, as principais diretrizes são: aproveitar as condições favoráveis de mercado, manter alongado o cronograma de amortização da dívida, reduzir o custo financeiro, otimizar a composição da dívida e manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito, das agências de rating e dos credores.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações e que envolvem questões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais.

Para os fins desse item 4.4, a Companhia considera como processos individualmente relevantes aqueles: (a) com valor, individual, igual ou superior a R\$500.000,00; ou (b) que individualmente possam vir a impactar de forma negativa a imagem, as estratégias ou de maneira relevante, as atividades da Companhia, independentemente do valor envolvido.

Neste sentido, a Companhia destaca que a maior parte dos processos em que há valores provisionados não é considerado relevante de forma individual, razão pela qual não foram incluídos nessa seção.

A Companhia reconhece provisões para riscos de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia constituiu provisão para cobrir as perdas estimadas com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, bem como das situações nas quais a Companhia pode vir a ser demandada judicialmente e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituindo provisões para processos com chance de perda provável e em montante, julgado pela Administração da Companhia, suficiente para cobrir eventuais perdas. Os valores das provisões para riscos contidas nesse item 4.4 deste formulário foram extraídos das informações contábeis intermediárias da Companhia relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia apresenta, a seguir, uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Processos de natureza trabalhista

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia figurava como parte em 31 processos judiciais de natureza trabalhista.

De acordo com a análise dos advogados internos e externos da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, o valor total envolvido nos processos judiciais de natureza trabalhista com chance de perda possível era de aproximadamente R\$22,3 milhões e o valor provisionado para a totalidade dos processos com chance de perda provável era de R\$3,3 milhões.

Dentre os processos de natureza trabalhista individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2022, destacam-se os seguintes:

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0010225-28.2018.5.03.0006	
Juízo	6ª Vara Trabalhista, TRT 03 - Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região, Belo Horizonte – MG
Instância	1ª instância
Data de instauração	27/03/2018
Partes no processo	J.R.S. – Autor P.C. Ltda. - Réu C.G.M.G. – Réu
Valores, bens ou direitos Envolvidos	Valor provisionado atualizado: R\$1.926.000,00 (data-base de 31/12/2022)
Principais fatos	Ação trabalhista ajuizada por funcionário de empreiteira. O reclamante pleiteia periculosidade, insalubridade, dano moral e material, em razão de acidente de trabalho, e indenização de alimentos que julga ter direito. 4/9/19 - Juntada do laudo pericial médico - Desfavorável 18/10/2019 Juntada a petição de Impugnação (Impugnação laudo pericial) 18/11/2019 e 17/12/2019 Audiência instrução realizada. 08/01/2020 – sentença reconhece responsabilidade subsidiária da GASMIG. Valor arbitrado na condenação de R\$800.000,00. 13/2/2020 – protocolizado Recurso Ordinário. Acórdão mantém sentença. Protocolizado Recurso de Revista. Iniciada execução provisória.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a perda venha a ocorrer, a Companhia usará o valor provisionado para pagamento e não há expectativa de nenhum efeito adverso relevante sobre seus negócios, sua situação financeira e resultados operacionais.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0010807-44.2017.5.03.0012	
Juízo	12ª Vara Trabalhista, TRT 03 - Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região, Belo Horizonte – MG
Instância	1ª instância
Data de instauração	27/03/2018
Partes no processo	A.J.S.N. – Autor C.G.M.G. – Réu
Valores, bens ou direitos Envolvidos	Valor Pedido Atualizado: R\$62.510,85 Valor provisionado atualizado: R\$106 mil (data-base de 31/12/2022)
Principais fatos	Ação trabalhista ajuizada por funcionário da Companhia com pedido de progressão na carreira. Fase de conhecimento não encerrada. Último recurso: - recurso de revista
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a perda venha a ocorrer, a Companhia usará o valor provisionado para pagamento e não há expectativa de nenhum efeito adverso relevante sobre seus negócios, sua situação financeira e resultados operacionais.

Processo nº 0010938-03.2017.5.03.0179	
Juízo	41ª Vara Trabalhista, TRT 03 - Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região, Belo Horizonte – MG
Instância	1ª instância
Data de instauração	03/07/2017
Partes no processo	L.M.B.A. – Autor C.G.M.G. – Réu
Valores, bens ou direitos Envolvidos	Valor Pedido Atualizado: R\$63.352,86 Valor provisionado atualizado: R\$186 mil (data-base de 31/12/2022)
Principais fatos	Ação trabalhista ajuizada por funcionário da Companhia com pedido de progressão na carreira. Fase de conhecimento não encerrada. Último recurso: - recurso de revista
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a perda venha a ocorrer, a Companhia usará o valor provisionado para pagamento e não há expectativa de nenhum efeito adverso relevante sobre seus negócios, sua situação financeira e resultados operacionais.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0010680-41.2019.5.03.0011	
Juízo	11ª Vara Trabalhista, TRT 03 - Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região, Belo Horizonte – MG
Instância	1ª instância
Data de instauração	19/08/2019
Partes no processo	T.R.S. – Autor C.G.M.G. – Réu
Valores, bens ou direitos Envolvidos	Valor Pedido Atualizado: R\$405.390,19 Valor provisionado atualizado: R\$87 mil (data-base de 31/12/2022)
Principais fatos	Ação trabalhista ajuizada por funcionário da Companhia com pedido de progressão na carreira. Fase de conhecimento encerrada. Iniciada liquidação de sentença.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a perda venha a ocorrer, a Companhia usará o valor provisionado para pagamento e não há expectativa de nenhum efeito adverso relevante sobre seus negócios, sua situação financeira e resultados operacionais.

Processo nº 0010352-44.2019.5.03.0001	
Juízo	1ª Vara Trabalhista, TRT 03 - Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região, Belo Horizonte – MG
Instância	1ª instância
Data de instauração	08/05/2019
Partes no processo	T.D.P.R. – Autor C.G.M.G. – Réu
Valores, bens ou direitos Envolvidos	Valor Pedido Atualizado: R\$647.529,00 Valor provisionado atualizado: R\$63 mil (data-base de 31/12/2022)
Principais fatos	Ação trabalhista ajuizada por funcionário da Companhia com pedido de progressão na carreira. Fase de conhecimento não encerrada. Último recurso: - recurso de revista
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a perda venha a ocorrer, a Companhia usará o valor provisionado para pagamento e não há expectativa de nenhum efeito adverso relevante sobre seus negócios, sua situação financeira e resultados operacionais.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos de natureza tributária

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figurava como parte em 4 processos judiciais e 4 procedimentos administrativos de natureza tributária.

De acordo com a análise dos advogados internos e externos da Companhia, o valor total envolvido, apenas nos processos judiciais de natureza tributária com chance de perda possível, era de, aproximadamente, R\$190,3 milhões, sendo que a Companhia constituiu provisão para riscos tributários referentes aos processos com chance de perda provável no valor de R\$3,9 milhões.

Dentre os processos de natureza tributária, individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2022, destacam-se os seguintes:

Processo nº 5093739-95.2021.8.13.0024	
Órgão	3ª Vara de Feitos Tributários do Estado da Comarca de Belo Horizonte
Instância	1ª instância
Data de instauração	08/07/2021
Partes	Companhia - Autora Estado de Minas Gerais - Ré
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor discutido atualizado: R\$300 milhões (data- base de 31/12/2022)
Principais fatos	AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL - ICMS - FÓRMULA DE CÁLCULO Principais fatos: Ago/21 - Tutela antecipatória deferida parcialmente para determinar a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários decaídos, bem como das multas que superam o valor do tributo devido, nos termos do art. 151, inciso V, do CTN.
Chance de perda	Remoto
Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a perda venha a ocorrer, a Companhia não poderá utilizar os créditos tributários discutidos. Não é esperado nenhum efeito adverso adicional sobre seus negócios, sua situação financeira e resultados operacionais.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1042891-02.2020.4.01.3800	
Órgão	Justiça Federal – TRF 1
Instância	2ª instância
Data de instauração	15/10/2020
Partes	Companhia – Autora União Federal – Fazenda Nacional - Ré
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor discutido atualizado: R\$1,3 milhões (data- base de 31/12/2022)
Principais fatos	<p>PLR 2019 - Inexistência de relação jurídico-tributária. Recolhimento de contribuições previdenciárias.</p> <p>26/07/2021 – sentença: julgado parcialmente procedente o pedido para afastar exigência relativa à inclusão, na base de cálculo da contribuição previdenciária patronal as verbas pagas a seus funcionários a guisa de participação nos lucros e resultados no exercício de 2019, e, por conseguinte, reconhecer o direito de a autora compensar-se ou restituir-se dos valores pagos a esse título.</p> <p>22/10/2021 – sentença em embargos de declaração para aclarar a não limitação da pretensão apenas e tão somente ao exercício de 2019.</p> <p>Jan/2022 – recurso de apelação pela Gasmig</p>
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	<p>Caso a perda venha a ocorrer, a Companhia não poderá utilizar os créditos tributários discutidos.</p> <p>Não é esperado nenhum efeito adverso adicional sobre seus negócios, sua situação financeira e resultados operacionais.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes**Procedimentos administrativo-tributário**

Procedimento administrativo nº 10680.721575/2012-53	
Órgão	Delegacia da Receita Federal, Belo Horizonte – MG
Instância	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS - CARF
Data de instauração	13/08/2012
Partes	Companhia – Recorrente Receita Federal do Brasil – Recorrida
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor discutido atualizado: R\$1,8 milhões (data- base de 31/12/2022)
Principais fatos	<p>O crédito de COFINS resultante de pagamentos indevidos ou a maior, reconhecidos no processo judicial n 2005.38.00.020744-4, consolidado em 24/06/2010, foi no montante de R\$1.620.688,53.</p> <p>O crédito foi habilitado perante a Receita Federal do Brasil ("RFB") e, posteriormente, utilizado em Declarações de Compensação.</p> <p>A RFB desconsiderou várias competências para a formação do crédito da Companhia.</p> <p>13/08/2012 - Decisório DRF/BHE 1.252 - Reconheceu apenas parcialmente o direito a crédito no montante de R\$676.977,63 para COFINS, implicando, portanto, em homologação parcial das compensações declaradas.</p> <p>Gerado novo processo pela RFB número 10680- 721.688/2012-59 (COFINS) para controle dos débitos informados na declaração de compensação.</p> <p>10/09/2012 – Intimação da GASMIG sobre o Despacho Decisório DRF/BHE 1.252 de 13/08/2012, que considerou procedente em parte o direito creditório declarado.</p> <p>10/10/2012 – Protocolo de Manifestação de Inconformidade pela GASMIG.</p> <p>16/5/2019 - Ciência da decisão pela GASMIG de manter decisão anterior desfavorável à compensação de todos os créditos apurados.</p> <p>17/6/2019 - Recurso voluntário protocolado pela GASMIG.</p>
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	<p>Caso a perda venha a ocorrer, a Companhia não poderá utilizar os créditos tributários discutidos.</p> <p>Não é esperado nenhum efeito adverso adicional sobre seus negócios, sua situação financeira e resultados operacionais.</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Procedimento administrativo nº 15504.724809/2019-45	
Órgão	Delegacia da Receita Federal, Belo Horizonte – MG
Instância	Minas Gerais
Data de instauração	02/12/2019
Partes	C.G.M.G. – Impugnante Receita Federal do Brasil – Impugnada
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor discutido atualizado: R\$4,7 milhões (data- base de 31/12/2022)
Principais fatos	<p>Auto de Infração lavrado no valor de R\$4.030.323,72 (quatro milhões, trinta mil trezentos e vinte e três reais e setenta e dois centavos), a título (i) de Contribuição Previdenciária da Empresa e do Empregador e (ii) de Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (GILRAT), supostamente devidos em relação aos anos-exercício de 2015 a 2017.</p> <p>Conforme Relatório de Ação Fiscal, a presente autuação foi motivada em decorrência dos pagamentos efetuados pela Impugnante aos seus empregados a título de programas de participação nos lucros e resultados, valores os quais, por expressa previsão legal, foram excluídos das bases de cálculos das contribuições sociais e previdenciárias.</p> <p>Após procedimento de fiscalização, o Agente Administrativo concluiu pela suposta ausência de prévio estabelecimento das metas e objetivos que orientavam a distribuição de lucros e resultados aos empregados. Alega, nos termos do Relatório Fiscal, que os programas de metas teriam sido, supostamente, estipulados “de forma unilateral e exclusiva pelos administradores da Impugnante, sem a obrigatória interveniência das entidades sindicais que representam os empregados da empresa.</p> <p>02/12/2019: Impugnação. Indeferida. 30/09/2020: Recurso voluntário</p>
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a perda venha a ocorrer, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante sobre seus negócios, sua situação financeira e resultados operacionais.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Procedimento administrativo nº 15504.724810/2019-70	
Órgão	Delegacia da Receita Federal, Belo Horizonte – MG
Instância	Minas Gerais
Data de instauração	2/12/2019
Partes	C.G.M.G. – Impugnante Receita Federal do Brasil - Impugnada
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor discutido atualizado: R\$1,3 milhões (data- base de 31/12/2022)
Principais fatos	<p>Auto de Infração lavrado contra a Impugnante, por meio do qual lhe é exigido o crédito tributário no montante de R\$1.113.136,46 (um milhão, cento e treze mil cento e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos), a título de Contribuições Sociais destinadas à Previdenciária Social e das destinadas a Outras Entidades ou Fundos, em especial ao SESI, Senai, Inbra, Salário Educação, Sebrae/APEX/ABDI2, supostamente devidos em relação aos anos- exercício de 2015 a 2017.</p> <p>Conforme Relatório de Ação Fiscal, a presente autuação foi motivada em decorrência dos pagamentos efetuados pela Impugnante aos seus empregados a título de programas de participação nos lucros e resultados, valores os quais, por expressa previsão legal, foram excluídos das bases de cálculos das contribuições sociais e previdenciárias.</p> <p>Após procedimento de fiscalização, o Agente Administrativo concluiu pela suposta ausência de prévio estabelecimento das metas e objetivos que orientavam a distribuição de lucros e resultados aos empregados. Alega, nos termos do Relatório Fiscal, que os programas de metas teriam sido, supostamente, estipulados “de forma unilateral e exclusiva pelos administradores da Impugnante, sem a obrigatória interveniência das entidades sindicais que representam os empregados da empresa.</p> <p>02/12/2019: Impugnação. Indeferida. 30/09/2020: Recurso voluntário.</p>
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a perda venha a ocorrer, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante sobre seus negócios, sua situação financeira e resultados operacionais.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Procedimento administrativo: 13136-720.770/2021-11	
Órgão	Delegacia da Receita Federal, Belo Horizonte – MG
Instância	Minas Gerais
Datas de autuações	2021
Partes	C.G.M.G. – Autuada RFB – Autuante
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor discutido R\$345 mil
Principais fatos	Autuação fiscal pelo não recolhimento de férias em dobro de diretores e outros. Impugnação em setembro/2021.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	A Companhia impugnou auto de infração junto à RFB. Ao final, caso seja sucumbente, irá analisar a possibilidade de ajuizamento judicial da questão.

Processos de natureza cível

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figurava como parte em mais de 100 processos judiciais de natureza cível.

O valor total envolvido nos processos com chance de perda possível, era de aproximadamente R\$3,7 milhões, e os processos com chance de perda provável totalizavam R\$3,0 milhões.

Dentre os processos de natureza cível, individualmente relevantes para Companhia, em 31 de dezembro de 2021, destacam-se:

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1661399-98.2013.8.13.0024	
Juízo	5ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Belo Horizonte – MG
Instância	1ª instância
Data de instauração	17/12/2013
Partes no processo	G.E. S/A – Autora Companhia. – Réu
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$1.000.000,00. Valor envolvido na sentença anulada – R\$100.000.000,00. Valor pedido atualizado: R\$1.908.515,00 (data-base 31/12/2022)
Principais fatos	<p>A Autora alega que foi vencedora dos Lotes 2 e 3 de licitação promovida pela Ré, cujo objeto era a contratação de serviços de construção da Rede de Distribuição de Gás Natural do Empreendimento Linha Tronco Polo Vale do Aço. Em razão disso, teria firmado contrato com prazo de duração de 360 dias e valor inicial de R\$379.629.238,48. As obras teriam sido iniciadas em 23.3.2009 e 31.3.2009, momento em que a Ré teria descumprido alguns termos do contrato. Alega que a Ré teria descumprido o contrato em diversas oportunidades. Em razão disso, pede seja a Ré condenada ao pagamento de valores necessários para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. A sentença julgou parcialmente procedente o pedido da Galvão Engenharia, condenando a GASMIG a pagar (i) R\$ 28.447.978,07, referente à compensação pela diminuição do faturamento médio do contrato em razão dos descumprimentos contratuais da própria Ré; (ii) R\$ 12.186.992,02, referente à compensação pelo deslocamento de parte dos serviços contratados pela Ré para o período chuvoso, em relação ao lote 2; (iii) R\$ 34.317.947,70, referente aos prejuízos com mão de obra extra que a Autora teve em razão da necessidade de obras especiais e serviços decorrentes no Projeto Básico; (iv) R\$19.574.649,18, referente à compensação pela diminuição do faturamento médio do contrato após o término do contrato em razão dos descumprimentos contratuais da Ré. A decisão foi embargada pela parte contrária e os embargos foram julgados improcedentes. Diante disso, a Galvão Engenharia e a GASMIG interpuseram Recursos de Apelação. A Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais deu parcial provimento para o recurso da GASMIG, de modo a declarar a nulidade da sentença por violação ao devido processo legal e cerceamento da defesa, determinando o retorno dos autos à primeira instância. Restou prejudicada a apelação da Galvão Engenharia. A GASMIG opôs Embargos de Declaração suscitando erro material e omissão no acórdão, que foram rejeitados. Aduzindo vício de fundamentação, opôs novos Embargos de Declaração, também rejeitados. Na sequência, as partes interpuseram Recursos Especiais, que não foram admitidos. Diante disso, ambas as partes interpuseram Agravos. Em de 2018, o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”)</p>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	<p>converteu os Agravos em Recursos Especiais. Em setembro de 2018, ambos os recursos foram conhecidos e não-providos. Em sequência, a GASMIG interpôs Agravo Interno o qual foi conhecido e não-provido. A GASMIG opôs Embargos de Declaração suscitando omissão no acórdão do Agravo Interno. Em maio de 2019 os Embargos foram rejeitados. Em agosto de 2019 os autos retornaram à primeira instância. Em 06/12/2019 a GASMIG apresentou manifestação reiterando as provas que pretende produzir, bem como requerendo a intimação dos profissionais técnicos nomeados para que iniciem seus trabalhos.</p> <p>2021 – autos virtualizados.</p>
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia poderá sofrer efeito adverso relevante sobre seus negócios, sua situação financeira e resultados operacionais.

Processo nº 0001710-48.2013.8.13.0459	
Juízo	1ª Vara Cível do Fórum Central de Ouro Branco – M G
Instância	1ª instância
Data de instauração	07/10/2013
Partes no processo	E.P.M. – Autor C .G.M.G. – Réu
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$750.000,00 Valor Pedido Atualizado: R\$1.447.895,16 Valor provisionado: R\$1,7 milhões (data-base 31/12/2022)
Principais fatos	<p>A Autora ajuizou ação indenizatória requerendo a condenação da Ré ao pagamento de perdas e danos causados em razão de assoreamento (depósito de sedimentos) em represa por conta das obras de construção de gasoduto.</p> <p>25/10/2013 – Audiência de conciliação.</p> <p>15/01/2014 – Interposição de contestação da G ASMIG.</p> <p>Setembro de 2016 – Perícia realizada e descartada.</p> <p>Outubro de 2018 – Segunda perícia realizada.</p> <p>Aguarda-se AIJ.</p>
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Não é esperado nenhum efeito adverso adicional sobre seus negócios ou sua situação financeira, que poderá implicar em prejuízos em seus resultados operacionais, além de eventual desembolso financeiro já mencionado. Não haverá influência no fornecimento de Gás Natural.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0046787-35.2017.8.13.0461	
Juízo	1ª Vara Cível de Ouro Preto – MG
Instância	1ª instância
Data de instauração	18/08/2017
Partes no processo	Ministério Público do Estado de Minas Gerais – Autor Francisco Sgarbi – Réu Município de Ouro Preto –Réu Egesa Construtora - Réu Companhia de Gás de Minas Gerais GASMIG - Réu
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa – R\$500.000,00 Valor Pedido Atualizado: R\$665 mil (data-base de 31/12/2022)
Principais fatos	Ação Civil Pública originada de inquérito civil instaurado pelo Ministério Público em razão de intensa exploração mineral de manganês e cascalho na Fazenda Trovão, localizada no distrito de Lavras Novas, em Ouro Preto nas décadas de 80 e 90. Atualmente, a área/local é de propriedade de Francisco Sgarbi, o qual, para se isentar de responsabilidade em recuperar a área por ele comprada já com devastação, denunciou à lide, ainda na fase de inquérito, a GASMIG e a empreiteira Egesa. O Município de Ouro Preto teria explorado a área por conta de cascalho. Para conseguir autorização para as obras da GASMIG, realizadas na área, a Egesa (empreiteira da GASMIG) teria assinado documento no qual comprometeu-se a recuperar as áreas degradadas, o que teria sido cumprido. Ademais, GASMIG e Egesa não seriam responsáveis pelo dano ambiental que originou a ACP, eis que o gasoduto por elas construído não passa na área com dano ambiental, nem provocou novas destruições no imóvel. Audiência de conciliação realizada. Defesas apresentadas. 2021 – autos virtualizados
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante sobre seus negócios e sua situação financeira, o que poderá implicar em prejuízos em seus resultados operacionais. No entanto, não haverá impacto operacional no fornecimento de Gás Natural.

Ação Civil Pública nº 2204569-29.2014.8.13.0024	
Juízo	4ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Belo Horizonte – MG
Instância	2ª instância
Data de instauração	29/8/2014

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Partes no processo	Ministério Público do Estado de Minas Gerais - Autor Companhia - Réu
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa - R\$1.000,00 para efeitos legais.
Principais fatos	Pedido do MPMG de que seja declarada a nulidade e a anulação de todos os concursos públicos realizados pela GASMIG, bem como de todas as contratações de empregados em razão de inexistência de previsão legal. 29/09/2014 - citação da GASMIG; 03/03/2015 - contestação apresentada; 07/02/2017 - sentença de improcedência; Agosto/2017 - recurso de apelação MPMG; 21/7/2017 - apresentação de contrarrazões pela G ASMIG; 03/10/2017 - despacho sobrestamento do feito até o julgamento da ADI 4844/MG. 2022 - retorno dos autos para julgamento do recurso de apelação
Chance de perda	Remota.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Companhia terá todo o seu quadro de funcionários comprometido, com reflexo no seu resultado operacional e financeiro.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos administrativos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não figurava como parte em procedimento administrativo de natureza cível.

Processos de natureza ambiental

De acordo com a análise dos advogados internos da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha um único processo judicial de natureza ambiental com chance de perda possível.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia provisionou o valor de R\$24,3 mil para 3 processos com chance de perda provável.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Os processos descritos no item 4.4 acima têm como valor total de provisão o montante de R\$10,2 milhões, em 31 de dezembro de 2022.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não figurava como parte em processos sigilosos relevantes.

4.7 Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes a serem abrangidas nesse item 4.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

5.2 Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo acompanhamento

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Alguns aspectos relacionados a controles internos foram entendidos pelos auditores independentes como Deficiência de Controle ou Deficiência Significativa. Essas deficiências estão limitadas aos itens identificados e descritos no respectivo relatório de auditoria emitido em 25 de maio de 2023.

Uma deficiência de controle existe quando o desenho ou operação do controle não permite que a Administração ou seus funcionários, no curso normal do desempenho de suas funções, sejam capazes de prevenir ou detectar erros tempestivamente. Uma deficiência significativa de controle interno é uma deficiência ou a combinação de deficiências de controle interno que é julgada de importância suficiente para merecer a atenção dos responsáveis pela governança, conforme definido pela ISA 265 e NBC TA 265, respectivamente. A seguir, informamos a deficiência significativa reportada:

"Ausência de controle para garantir a tempestividade na comunicação de questões relacionadas à não conformidade com leis e regulamentos na Companhia."

Cabe mencionar que a avaliação dos controles internos da Companhia por parte do auditor independente visa a determinação da natureza, período e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

5.2 Descrição dos controles internos

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Companhia ressalta que, após a realização de análises mitigatórias da deficiência significativa apontada, não se constatou impacto nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. As demais deficiências reportadas pelos auditores independentes foram avaliadas pela Administração da Companhia e as providências adotadas ou a serem adotadas pela Companhia para a sua remediação são:

- Pesquisa com os responsáveis pelos controles, para entender as percepções e dificuldades que eles têm na execução e gerenciamento dos controles e obtenção de informações para ações de treinamento e identificação de oportunidades de melhoria no ambiente de controles internos da Companhia;
- Acompanhamento da execução dos controles por consultoria especializada, com realização de testes de efetividade ao longo do ano; e
- Revisão da matriz de riscos e controles da Companhia.

As seguintes medidas são executadas continuamente:

- Desenvolvimento e treinamento adicional à administração, aos responsáveis pelos controles, ao pessoal envolvido na contabilidade de transações incomuns e complexas e a outras pessoas importantes envolvidas nos controles internos sobre relatórios financeiros;
- Identificação e desenvolvimento de controles automatizados;
- Expansão do envolvimento da Auditoria Interna e da Gerência de Gestão de Compliance, Riscos, Ouvidoria e Relações Institucionais em assuntos relacionados aos controles internos sobre relatórios financeiros;
- Realização de reuniões periódicas com os diretores responsáveis pelas áreas executoras dos controles internos, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal para discutir assuntos relacionados ao ambiente de controles internos, concentrando-se em tópicos relacionados ao progresso dos planos de remediação e ao status dos testes de controles.

5.3 Programa de integridade

a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia, como empresa do grupo CEMIG, orienta seus negócios por diversas práticas e políticas que alinham todas as suas atividades e relacionamentos aos conceitos de ética e moral. Para a Companhia, é fundamental lidar de forma transparente com os diversos públicos com que se relaciona, com o intuito de gerir os negócios, de acordo com os conceitos de sustentabilidade e transparência. Nesse sentido, a Administração da Companhia ressalta que está ativamente envolvida em implementar um programa de integridade estruturado. Para tanto, atualmente, as atividades da Companhia fundamentam-se nas orientações previstas ao longo do Código de "Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração Estadual", disciplinado pelo Decreto nº 46.644, de 06 de novembro de 2014, e na Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da Gasmig ("Código"), que se caracteriza como um dos principais mecanismos de integridade a ser adotado pelos nossos funcionários. O referido Código tem como objetivo orientar e disciplinar a conduta das pessoas que agem em nome da Companhia ou com ela interação, buscando a ética, a conformidade com a lei e a regulamentação, sendo destinado aos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, empregados, contratados, subcontratados e estagiários.

Em novembro de 2021, o Conselho de Administração da Gasmig aprovou a Política de Compliance da Companhia. O normativo define as diretrizes para a plena aplicação da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da Gasmig, no que diz respeito a todo e qualquer ato que possa representar desvios em relação à conduta ética requerida ou às instruções internas e externas estabelecidas, bem como à prevenção e ao combate à fraude, à corrupção e aos atos ilícitos, reforçando o compromisso da Gasmig de agir em conformidade com a Lei nº 12.846/13, conhecida como "Lei Anticorrupção", e demais normas aplicáveis.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Dentre os mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia, destaca-se o seu Canal de Denúncias, aberto para receber denúncias e reclamações, anônimas ou identificadas, que envolvam o Código acima mencionado e o Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração Estadual do Estado de Minas Gerais. As denúncias recebidas por meio deste canal são encaminhadas ao Comitê de Ética da Companhia, que assegura a apuração de todas as denúncias recebidas e verifica a necessidade de encaminhamento para instauração de processos disciplinares, punitivos ou de responsabilização para apuração e, se necessário, punição dos responsáveis.

5.3 Programa de integridade

A Companhia também detém a área de Compliance, Integridade e Gestão de Riscos, lideradas por Diretor Estatutário e que se reportam ao Diretor Presidente da Companhia na maioria dos casos, exceto em situações em que se suspeite do envolvimento do referido Diretor em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada, hipóteses nas quais referidas áreas poderão se reportar ao Conselho de Administração da Companhia.

Não obstante, a Companhia possui um Comitê de Auditoria, ao qual compete, dentre outras funções, supervisionar e monitorar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, bem como avaliar e monitorar exposições de risco da Companhia. Destaca-se que o Comitê de Auditoria possui meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades, a partir do Canal de Denúncias da Companhia.

Por fim, a Companhia ressalta que o processo de gestão de riscos é objeto de revisão periódica, conforme o nível de risco, adaptando as suas políticas sempre que são apresentadas demandas das estruturas organizacionais envolvidas ou em virtude de mudanças relevantes na condução da Companhia.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Entre as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade destacam-se:

- a. Comitê de Auditoria: Dentre outras funções lhe compete a supervisão e monitoramento das atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, bem como a avaliação e monitoramento das exposições de risco da Companhia. Reporta-se diretamente ao Conselho de Administração;
- b. Áreas de Compliance, Integridade e Gestão de Riscos: São responsáveis por: (i) gerir o programa de *compliance* da Companhia, mediante prevenção, detecção e resposta a falhas no cumprimento de normas internas e externas e desvios de conduta; (ii) coordenar e definir a metodologia a ser utilizada na gestão de controles internos; (iii) orientar e promover a aplicação das normas, diretrizes e procedimentos de integridade, risco e conformidade para a Companhia; (iv) coordenar a gestão da conformidade e dos controles internos necessários, incluindo os aspectos de fraude e corrupção; (v) orientar e promover a aplicação das políticas de gestão de riscos de acordo com a legislação vigente; e (vi) exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

5.3 Programa de integridade

- c. Comitê de Ética: Responsável, dentre outras atribuições, por assegurar a apuração de todas as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias ou por outros meios previstos no Código de Conduta, garantindo o sigilo em relação a todas as denúncias que chegarem ao seu conhecimento e que forem objeto de seu processamento. O Comitê de Ética tem caráter permanente e é composto por empregados nomeados nos termos de normativo interno específico.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

Em 17 de julho de 2020, foi aprovada, pelo Conselho de Administração, a “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, destinado a todos os membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Companhia, bem como aos seus empregados, estagiários, contratados e subcontratados, devendo ser aplicado em todas as relações estabelecidas em razão das atividades da Companhia com os membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, empregados, acionistas, sociedade, clientes, contratados, subcontratados, estagiários e todos que estejam relacionados com a Companhia.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

O Código prevê que o recebimento de denúncias sobre atos em desconformidade com Código será encaminhado ao Comitê de Ética, que poderá encaminhá-las para instauração dos processos abaixo elencados visando sua apuração e, se necessário, punição dos responsáveis:

- Processos disciplinares: instaurados contra os membros da Diretoria e Conselho de Administração, empregados, conselheiros, acionistas e estagiários;
- Processos punitivos: instaurados contra contratados e subcontratados, por infrações ao Código e que não se relacionem com atos de corrupção; ou
- Processos de responsabilização: instaurados contra contratados e subcontratados, por atos previstos como de corrupção e nos termos da legislação aplicável.

As penalidades disciplinares aplicáveis às violações no Código ou à normatização interna da Companhia estão contidas na norma interna Instrução de Recursos Humanos nº IPRH-08 – PENALIDADES DISCIPLINARES, sem prejuízo de eventuais outros dispositivos de legislação estadual ou federal também aplicáveis.

5.3 Programa de integridade

Os referidos processos garantirão os direitos ao contraditório e à ampla defesa, com todos os meios de prova admitidos em Direito e pertinentes ao caso.

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

O Código da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 17 de julho de 2020. O referido documento pode ser consultado no site da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da Companhia (www.gasmig.com.br).

b) se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui um Canal de Denúncias, aberto para receber denúncias, anônimas ou identificadas, que envolvam o Código acima mencionado e o Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração Estadual do Estado de Minas Gerais, visando assegurar que os denunciantes façam seus relatos de forma sigilosa e tenham o seu anonimato assegurado, quando aplicável.

As denúncias recebidas por meio deste canal são encaminhadas ao Comitê de Ética da Companhia, que analisará a denúncia recebida e verificará a necessidade de encaminhamento para instauração de processos disciplinares, punitivos ou de responsabilização visando sua apuração e, se necessário, punição dos responsáveis.

(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

Atualmente, a operação do canal de denúncias está a cargo da empresa "Contato Seguro Prevenção de Riscos Empresariais Ltda.", que é reconhecida no mercado por atuar de forma independente e imparcial. As informações captadas por esta prestadora de serviços são direcionadas para o Comitê de Ética da Gasmig.

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Denúncias da Companhia está apto a receber denúncias ou consultas, anônimas ou identificadas, originárias da força de trabalho ou de terceiros. O Canal se encontra permanentemente disponível no site da empresa na internet, podendo ser acessado diretamente por meio do link: <https://contatoseguro.com.br/pt/gasmig/>.

Alternativamente, as denúncias poderão ser direcionadas para o e-mail do Comitê de Ética: comissaodeetica@gasmig.com.br, também informado no site da empresa na internet.

5.3 Programa de integridade

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

A Companhia assegura que os sistemas e meios de informática utilizados pelo Canal de Denúncias garantem a confidencialidade de todas as informações e o anonimato dos denunciante que desejam não se identificar.

Conforme disposto ao longo do Código da Companhia, todos aqueles que realizarem denúncias quanto ao descumprimento do referido documento possuem o direito ao sigilo absoluto durante e após a realização das investigações, bem como de não serem retaliados pela faculdade de realizar a referida denúncia. Cumpre salientar, ainda, que o dever de não retaliação se estende a todos que tenham acesso à denúncia, sem se limitar aos membros dos órgãos colegiados, responsáveis pela realização dos protocolos, atendimentos telefônicos, testemunhas, depoentes e defensores porventura nomeados.

(iv) órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias

O Comitê de Ética da Companhia, órgão de caráter permanente, é formado por três empregados membros titulares e dois suplentes, nomeados nos termos de normativo interno específico. O Comitê é responsável por assegurar a apuração das denúncias ou consultas.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos e (três) exercícios não foram constatados atos comprovados de desvios, fraudes e irregularidades contra a administração pública.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

5.5 Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig						
17.155.730/0001-64	Brasil	Não	Sim	07/03/2022		
Não						
152.150.840	99,140	153.470.799	100,000	305.621.639	99,570	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Município de Belo Horizonte						
18.715.383/0001-40	Brasil	Não	Não	07/03/2022		
Não						
1.319.959	0,860	0	0,000	1.319.959	0,430	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
153.470.799	100,000	153.470.799	100,000	306.941.598	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig				17.155.730/0001-64	
BNDES Participações S.A.					
00.383.281/0001-09	Brasil	Não	Não	29/04/2022	
Não					
82.007.784	11,145	0	0,000	82.007.784	3,725
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
33.868.597/0001-40	Estados Unidos	Não	Não	12/04/2023	
Sim					
	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		Juridica	33.868.597/0001-40	
0	0,000	220.465.452	15,043	220.465.452	10,015
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Estado de Minas Gerais (Casa Civil)					
18.715.615/0001-60	Brasil	Não	Sim	29/04/2022	
Não					
375.031.302	50,966	17.085	0,001	375.048.387	17,037
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig				17.155.730/0001-64	
FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES DINAMICA ENERGIA					
08.196.003/0001-54	Brasil	Não	Não	12/04/2023	
Não					
235.488.192	32,002	116.951.354	7,980	352.439.546	16,010
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
102	0,000	846.062	0,058	846.164	0,038
OUTROS					
43.320.244	5,887	1.127.243.111	76,917	1.170.563.355	53,174
TOTAL					
735.847.624	100,000	1.465.523.064	100,000	2.201.370.688	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Estado de Minas Gerais (Casa Civil)				18.715.615/0001-60		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

6.3 Distribuição de capital

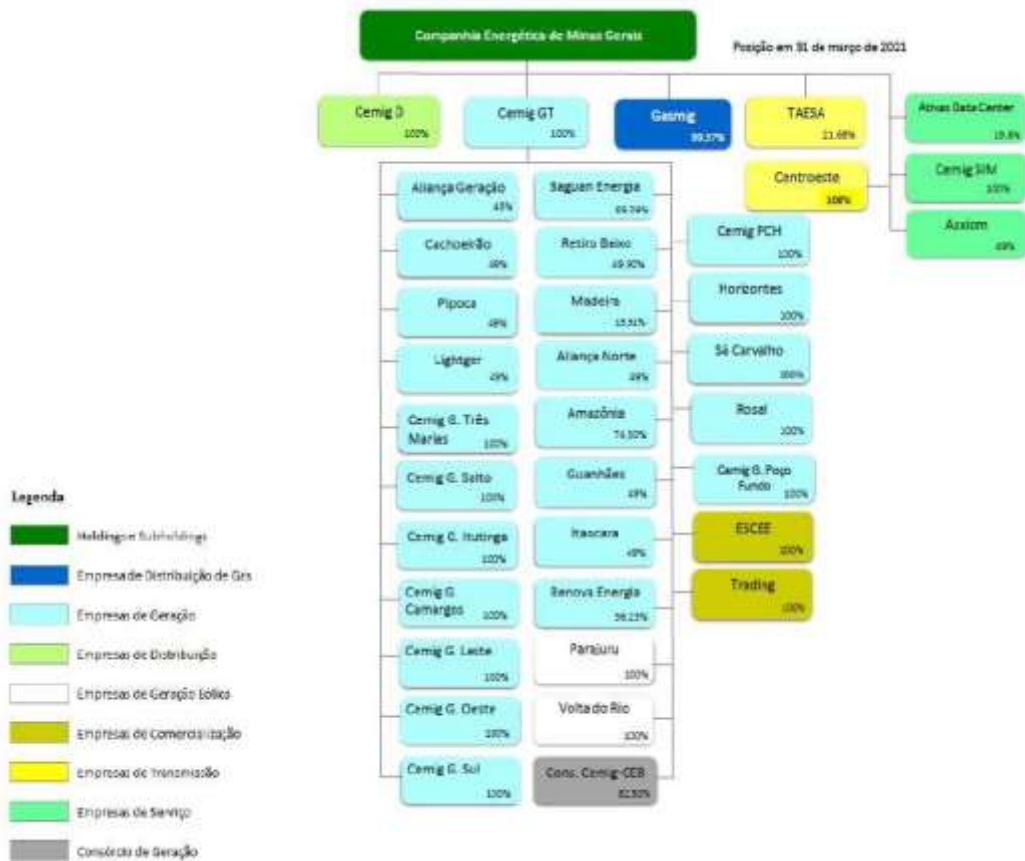
Data da última assembleia / Data da última alteração	24/05/2023
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	2
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	1.319.959	0,860%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	1.319.959	0,430%

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a) Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

b) Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

- (i) a periodicidade das avaliações e sua abrangência
- (ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações
- (iii) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

d) Por órgão:

(i) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Órgão da administração	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0	0	0
Conselho de Administração – Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho Fiscal – Efetivos	0	2	0	0	0
Conselho Fiscal – Suplentes	0	2	0	0	0
Total de Membros	1	12	0	0	0

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(ii) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

Órgão da administração	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0	1	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	2	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	2	0	0	0	0	0
Total de Membros	0	12	0	1	0	0	0

(iii) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não há.

e) Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal:

Não há.

f) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima:

A Administração da Companhia criou um Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar e propor o Plano Estratégico de ESG (Environment, Social and Governance), elegendo as principais estratégias, posicionamentos e ações a serem implementadas pela Companhia em curto, médio e longo prazos, dentre elas a melhoria de processos adotados pela Companhia de modo a reduzir as emissões de GEE e o posicionamento institucional frente às mudanças climáticas. Como medida de curto prazo, a Diretoria Executiva da Companhia aprovou um indicador anual que mensura o esforço na implementação da estratégia de ESG a partir do acompanhamento 8 ações estratégicas de ESG previstas para o ano de 2023, com reportes periódicos para o Conselho de Administração.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A Companhia está engajada com a redução da emissão de GEE ao promover a substituição do consumo de combustíveis mais poluentes pelo gás natural, assim como aumentando a utilização do gás natural na matriz de transportes do Estado de Minas Gerais. A Companhia está avançando, ainda, em estudos destinados a subsidiar a incorporação de gás de origem renovável em seu portfólio de suprimentos, tais como o biogás e o biometano.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	2	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	2	0	0	0
TOTAL = 13	1	12	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0	1	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	2	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	2	0	0	0	0	0
TOTAL = 13	0	12	0	1	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome: Carlos Eduardo de Moraes Barros Junior **CPF:** 147.912.608-05 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 12/09/1970

Experiência Profissional: Graduado em Ciências Econômicas pela Mackenzie University (1996), MBA Executivo pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC (2003), CPA-20 (2004), Outros Cursos: Programa de Treinamento Executivo – Universidade Baldwin-Wallace – Cleveland (2000); Business English – Universidade da Califórnia, San Diego (1997); Curso de Inglês – Pittman School, Londres (1993); Future Market – São Paulo Stock Exchange (1993); Financial Mathematics – São Paulo Stock Exchange (1993). Ocupou o cargo de Banker amp; Head de Celulose amp; Papel, Agronegócio e Indústrias Diversificadas na Sociéte Générale Corporate amp; Investment Bank (2005/2007); atuou como Diretor estatutário, Membro do Comitê Executivo, Chefe do Banco Corporativo amp; de Investimento e Representante do Departamento da América Latina da Sumitomo Mitsui Banking Corporation (2007/2018); foi Sócio e Membro das Práticas Globais de Serviços Financeiros amp; Seguros da Heidrick amp; Struggles (2018/2021); atuou como Diretor Adjunto da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (2021/2022).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	24/08/2022	1ª RCA após a AGO de 2024	Diretor de Relações com Investidores	Além da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, o Sr. Carlos Eduardo acumula a Diretoria Administrativa e de Governança Corporativa.	01/09/2022	Sim	24/08/2022

Nome: CARLOS IVAN CAMARGO DE COLÓN **CPF:** 103.425.718-85 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 19/02/1968

Experiência Profissional: Carlos Camargo de Colón é um administrador com mais de 25 anos de experiência no setor público e privado, com foco nas áreas de energia e agronegócio. Antes de ingressar no Conselho de Administração da GASMIG, foi Diretor Presidente e Conselheiro na Sulgás, empresa de distribuição de gás canalizado do Rio Grande do Sul, aonde liderou o processo de privatização e também a transição pós-privatização. Foi membro do Conselho de Administração da Bioceres Crop Solutions, multinacional líder em microbiologia agrícola, listada na NASDAQ (EUA). Carlos tem vasta experiência internacional, tendo exercido funções na Argentina, Brasil, Estados Unidos, Grã-Bretanha e os Emirados Arabes. Iniciou sua carreira no banco de investimento Morgan Stanley e depois passou quatorze anos no UBS onde trabalhou com fusões e aquisições e mercado de capitais. Carlos é formado em história (Bachelor of Arts) pela Columbia University na cidade de Nova York. Carlos também é membro do Conselho Consultivo Internacional da Fundação Dom Cabral e do Conselho de Administração da Fundação Cruz de Malta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/05/2023	AGO de 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	O Sr. Carlos não exerce outros cargos e funções na Companhia.	26/05/2023	Sim	26/05/2023

Nome: Cláudia Silvia Zanchi Piunti **CPF:** 151.524.768-60 **Profissão:** Engenheira **Data de Nascimento:** 23/07/1973

Experiência Profissional: Graduada em Engenharia Elétrica (Mackenzie), pós-MBA Programa Avançado para Mulheres no Conselho (Saint Paul Business School) MBAs em Administração Geral (Fundação Dom Cabral e INSPER) e extensão em Estratégia e Organização em Stanford. Atuou na Gerdau como Global Energy Director (2004- 2014), Global Chief Procurement Officer - CPO (2014/2017), Global Chief Information Officer - CIO e Chief Digital Officer - CDO (2016/2019). Atualmente ocupa o cargo de Diretora Administrativa da Aegea Saneamento e Participações S.A. A Sra. Cláudia declara que é membro independente do Conselho de Administração por cumprir com os critérios de independência estabelecidos pelo artigo 22 da Lei das Estatais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2022	AGO de 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	A Sra. Cláudia não exerce outros cargos ou funções na Companhia.	04/05/2022	Sim	27/05/2021

Nome: Fábio Baccheretti Vitor **CPF:** 055.733.306-75 **Profissão:** Médico **Data de Nascimento:** 16/02/1984

Experiência Profissional: Graduado em Medicina pela Universidade Vale do Rio Verde (2010); pós-graduação, Gestão em Saúde pelo Hospital Israelita Albert Einstein (2018/2019). Foi Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG (209/2021). Atualmente é Secretário de Estado de Saúde no Governo do Estado de Minas Gerais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2022	AGO de 2024	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		02/05/2022	Sim	27/05/2021

Nome: Gilberto Moura Valle Filho **CPF:** 975.999.058-04 **Profissão:** Engenheiro civil **Data de Nascimento:** 29/05/1959

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP); obteve o título de Master of Science em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade de Iowa, nos Estados Unidos; diversos cursos nas áreas de Gestão, Finanças e Estratégia. Atuou como Diretor Técnico da Fundação Rural Mineira e, em seguida, a Presidência da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG; foi Diretor de Planejamento e Gestão do, então, Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais - INDI, hoje INVESTMINAS; atuou como Superintendente de Controle e Gestão de Desenvolvimento de Negócios na Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG; foi Diretor Administrativo e de Governança Corporativa (2019/2022) e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores interino na Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/06/2022	1ª RCA após a AGO de 2024	Diretor Presidente / Superintendente	O Sr. Gilberto não exerce outros cargos ou funções na Companhia.	10/06/2022	Sim	10/06/2022

Nome: Hélio Cesar Brasileiro **CPF:** 146.421.401-82 **Profissão:** Economista e contador **Data de Nascimento:** 02/03/1951

Experiência Profissional: Graduado em Ciências Econômicas (1987) e em Ciências Contábeis (1996) pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal - UDF, especialista em Orçamento Público pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA (1984). Atuou como Diretor Adjunto de Gestão e Diretor de Operações da Brasilprev (2001/2003); foi Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (2003/2004); atuou como Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (2004/2006); foi Diretor-Presidente da Fundação Banco Central de Previdência Privada - CENTRUS (2006/2016); atuou como membro do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP e da Teleceará S.A; foi membro do Conselho Fiscal do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG. O Sr. Hélio declara que é membro independente do Conselho de Administração por cumprir com os critérios de independência estabelecidos pelo artigo 22 da Lei das Estatais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	31/08/2022	AGO de 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	O Sr. Hélio não exerce outros cargos ou funções na Companhia.	01/09/2022	Não	31/08/2022

Nome: Henrique de Castilho Marques de Sousa **CPF:** 385.312.166-72 **Profissão:** Engenheiro civil **Data de Nascimento:** 23/06/1959

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Civil pela Fundação Mineira de Educação e Cultura - FUMEC. Foi Diretor de iluminação Pública de BH e Diretor de Operações da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI da Prefeitura de Belo Horizonte (2017/2018). Atualmente é o titular da Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	31/08/2022	AGO de 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	O Sr. Henrique não exerce outros cargos e funções na Companhia.	01/09/2022	Não	31/08/2022

Nome: Jorge Luiz Schmitt-Prym **CPF:** 312.916.190-20 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 10/10/1958

Experiência Profissional: Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Cruz Alta do Rio Grande do Sul (1988); Especialização em Direito Político pela UNISINOS (1989); MBA Curso de Formação Geral Básica para Altos Executivos da USP/FEA (1995); MBA Executivo Internacional pela AMANA-KEY (1998); MBA Direito Econômico e das Empresas pela FGV/EPGE (1998); Pós-graduação em Governança Corporativa pela USP/FEA (2001). Participou dos Conselhos Fiscais da Brasilcap Capitalização S.A (1999/2000) e da Trem Metropolitano de BH S/A - METROMINAS (2012/2013); atuou nos Conselhos de Administração da CIA. de Seguros Aliança do Brasil (1999/2001) e na Minas Gerais Participações S/A - MGI (2005/2011); foi Diretor Financeiro e de Investimentos da Brasilprev Seguros e Previdência S.A (2000/2005); atuou como Diretora Executiva do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG (2007/2011). Atualmente é Consultor Técnico Especializado da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	31/08/2022	AGO de 2024	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	O Sr. Jorge não exerce outros cargos e funções na Companhia.	01/09/2022	Não	31/08/2022

Nome: José Reinaldo Magalhães **CPF:** 227.177.906-59 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 06/01/1956

Experiência Profissional: Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Master in Business Administration em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - IBMEC, Master in Business Administration em Finanças Corporativa e Direito Societário pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) como Conselheiro de Administração e Conselheiro Fiscal. Entre os anos de 2009 e 2015 atuou como membro da equipe responsável pelas decisões de investimentos e desinvestimentos dos Fundos da BR-Investimentos e Bozano Investimentos Gestoras de Recursos - Rio de Janeiro (RJ) - Gestoras de FIPs no segmento de Private Equity entre os anos de 2009 e 2015; participou do Conselho de Administração da Jereissati Participações S.A. (2021). Atualmente ocupa os cargos de Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2022	AGO de 2024	Vice Presidente Cons. de Administração	O Sr. José Reinaldo não exerce outros cargos e funções na Companhia.	02/05/2022	Sim	27/05/2021

Nome: Luiz Fernando de Medeiros Moreira **CPF:** 216.681.166-34 **Profissão:** Administrador e Contador **Data de Nascimento:** 24/03/1955

Experiência Profissional: Graduado em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas Newton de Paiva/MG (1993); graduado em Administração de Empresa pela Fundação Mineira de Educação e Cultura – FACE-FUMEC (1979); Programa de Desenvolvimento de Executivo – PDE – Promovido por Fundação Dom Cabral (2005); STC Executivo – Promovido por Fundação Dom Cabral MG/Brasil e Kellogg School of Management Chicago/USA (2008); foi Diretor Adjunto de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos da Cemig (2019/2023); Diretor Geral (CEO) (2018/2019) e Diretor Administrativo Financeiro (2016/2018) da Stola do Brasil Ltda; CFO Projeto Pernambuco FCA Group (FIAT/JEEP) (2014/2016) e Diretoria Controladoria (2008) do Grupo Fiat; CFO – Chief Financial Officer da Fiat Group Automobiles South Africa (PTY) Ltda – Johannesburg (2007/2008); CAO – Chief Accounting Officer da Fiat Automóveis S/A (2005/2007); Atuou como Diretor de Controladoria da CNH Latin America Ltda – Contagem – MG (1985/2005); Foi Gerente Administrativo Financeiro da Dova S/A Contagem – MG (1984/1985); Atuou como Supervisor Administrativo e Financeiro na Macife S/A – Materiais de Construção – BH/MG (1982/1984); Foi Assessor da Diretoria de Materiais da Prefeitura de Belo Horizonte – BH/MG (1980/1982); Foi Estagiário – Administração no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais-BDMG – BH/MG (1979); e, atuou como Analista Financeiro na Economisa S/A – Economia Crédito Imobiliário – BH/MG (1973/1978).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	02/06/2023	AGO de 2024	Pres. C.F.Eleito p/Controlador		02/06/2023	Sim	02/06/2023

Nome: MARIA SALETE GARCIA PINHEIRO **CPF:** 299.484.367-68 **Profissão:** Contadora **Data de Nascimento:** 23/03/1955

Experiência Profissional: Graduada em Ciências Contábeis com MBA em Finanças pelo IBMEC, programa de formação em negócios pela Universidade de Ontário, Canadá; Cursos de educação continuada efetuados ao longo do ano; certificada pelo CFC para atuação em Auditoria de Instituições Financeiras; Certificada pelo IBGC para atuar em Conselhos de Administração e Conselho Fiscal. Atuou como Membro do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Auditoria da HPX Corp, empresa registrada na SEC de (2020/2023); Integrou o Conselho Fiscal da BR Distribuidora atual Vibra de (2019/2021) e da Jereissati Participações S.A. de (2020/2022). Auditora Independente de Big4 de(1979/2018), sendo 23 anos como sócia de auditoria. Atua como Conselheira Fiscal da Equatorial Energia S.A. e Equatorial Pará Distrib. Energia S.A.; Coordenadora do Comitê de Auditoria do Banco Modal S.A., da HDI Seguros S.A. e da Icatu Seguros S.A; É membro do comitê de Auditoria e do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração do BNDES.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	02/06/2023	AGO de 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	O Sra. Maria Salete não exerce outros cargos e funções na Companhia.	02/06/2023	Sim	02/06/2023

Nome: PAULO CÉSAR TEODORO BECHTLUFFT **CPF:** 098.795.106-82 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 15/03/1947

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (1971); Pós-Graduado Eficiência Operativa de Empresas de Energia Elétrica pela COPPE/UFRJ (1972), FEA/USP (1973) e Escola Politécnica/USP (1974); Especialização em Tecnologia e Economia de Energia - COPPE/UFRJ (1984). Participou dos Conselhos Fiscais Axiom Soluções Tecnológicas S.A. e da Cemig Telecomunicações S.A.- CEMIG TELECOM. Atualmente é membro do Conselho Fiscal de empresas controladas pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2022	AGO de 2024	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	O Sr. Paulo não exerce outro cargo ou função na Companhia.	02/05/2022	Sim	30/04/2019

Nome: Reynaldo Passanezi Filho **CPF:** 056.264.178-50 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 28/12/1965

Experiência Profissional: Graduado e Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo - USP, Mestre em Economia pela Universidade de Campinas - UNICAMP, graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, além de especialização em Gestão, Liderança e Inovação pela Universidade de Stanford (EUA). Possui carreira sólida em posições executivas no setor elétrico (Diretor Presidente da ISA CTEEP), no setor financeiro (Country Manager e Managing Director de Camp;IB do BBVA Brasil), com passagens pelo setor público, notadamente em programas de privatização (Assessor do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização do Governo do Estado de São Paulo). Possui, ainda, ampla experiência em reestruturações empresariais, fusões e aquisições, com conhecimento profundo de América Latina e de infraestrutura. Atualmente é Diretor-Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, Presidente do Conselho de Administração da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA e membro do Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMGE.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2022	AGO de 2024	Presidente do Conselho de Administração	O Sr. Reynaldo não exerce outros cargos e funções na Companhia.	29/04/2022	Sim	30/04/2020

Nome: Rodrigo Solha Pazzini de Freitas **CPF:** 637.139.346-49 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 18/04/1968

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Mecânica com ênfase em Máquinas Térmicas pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/MG. Possui MBA de Gestão Executiva pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - IBMEC e pós-graduação em Gestão Financeira pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Com mais de 30 anos de experiência no setor de oil & gas, exerceu o cargo de Diretor Estatutário Comercial GLP Granel na Liquigas Distribuidora S.A. - PETROBRAS (2017/2020) e Diretor Executivo Comercial na Copa Energia (2021/2022), além de diversas funções gerenciais com atribuições técnicas e comerciais na Agip do Brasil - ENI GROUP (1999/2004) e Sistema PETROBRAS (2004/2016).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/06/2022	1ª RCA após a AGO de 2024	Outros Diretores	Além da Diretoria Técnica, o Sr. Rodrigo acumula interinamente a Diretoria Comercial.	10/06/2022	Sim	10/06/2022

Nome: Welerson Cavaliere **CPF:** 198.942.956-49 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 25/01/1953

Experiência Profissional: Graduado em Administração pela Universidade FUMEC. Especialização em Gestão pela Qualidade Total na JUSE (Japão), Governança Corporativa pelo IBGC e Conselheiro Trendsinnovation pela Innova. Atuou como Consultor Sênior, Sócio-Diretor, Diretor Executivo e Sócio Sênior na Falconi Consultores, (até 2020); foi membro do Conselho de Administração na Arezzo amp; Co (2014/2017); foi conselheiro e membro do Comitê de Gente na Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU (2020/2022). Atualmente ocupa o cargo de Conselheiro na Amazônia Azul de Tecnologias de Defesa - AMAZUL onde acumula Presidência do Comitê de Auditoria; membro do Comitê de Auditoria da SMARTFIT; membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Pessoas e Elegibilidade do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2022	AGO de 2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	O Sr. Welerson não exerce outros cargos e funções na Companhia.	29/04/2022	Sim	29/04/2022

7.4 Composição dos comitês

Nome: Heloisa Belotti Bedicks **CPF:** 048.601.198-43 **Profissão:** Economista e Contadora **Data de Nascimento:** 25/08/1960

Experiência Profissional:

É Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Vale (desde abril de 2022). Suas principais experiências profissionais nos últimos 5 anos incluem: (i) Membro do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ±BNDES (desde março de 2020); (ii) Membro do Conselho de Administração do Grupo MAPFRE, especialista do setor de seguros, financeiro, de saúde e assistência (desde junho de 2019); (iii) Membro do Conselho Fiscal da Braskem (de maio de 2020 a abril de 2022), companhia aberta do setor químico e petroquímico; (iv) Membro do Conselho Fiscal da Fundação Boticário (desde abril de 2020), organização sem fins lucrativos mantida pelo Grupo Boticário; (v) Membro do Comitê de Auditoria da Brasilseg (desde setembro de 2020) empresa da BB Seguros, holding que concentra os negócios de seguros do Banco do Brasil; (vi) Membro voluntário dos conselhos do Pacto Global da ONU, do GRI e da Missão Portas Abertas (desde 2020); (vii) Diretora Geral do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ±IBGC (entre abril de 2001 e janeiro de 2020); (viii) Membro do Conselho da Associação dos Apoiadores do Comitê de Aquisições e Fusões ±ACAF (B3, Anbima e IBGC) (entre 2015 e 2019); (ix) Conselheira do ICGN ±International Corporate Governance Network (entre 2012 e 2014), instituição que reúne os maiores fundos de pensão e investimentos mundiais sediada em Londres; (x) Presidente da ICGLA ±Rede de Institutos de Governança Corporativa da América Latina (entre 2012 e 2014); (xi) Membro do Conselho da MAPFRE Seguradora de Garantias e Créditos S.A. (entre 2000 e 2012); (xii) Membro do Conselho Consultivo do Fundo Ethical do ABN AMRO Asset Management (entre 2002 e 2010); (xiii) Membro do Conselho Consultivo do Centro de Estudos de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (entre 2002 e 2006); e (xiv) membro do Conselho Consultivo do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BMF&Bovespa (entre 2005 e 2010). Graduiu-se em Economia pela Universidade Estadual de Campinas ± Unicamp em 1983, e em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em 1985; possui especialização em Governança Corporativa, pela Yale University concluída em 2003, e em Conselho de Administração pela Chicago University, concluída em 2007; bem como mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, concluído em 2008. Possui certificação do IBGC para Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	04/05/2023	Até a 1ª RCA da GASMIG após a AGO de 2026			03/05/2023	Sim	03/05/2023

Nome: JAIR REZINI **CPF:** 456.666.529-15 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 26/01/1963

Experiência Profissional:

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná - UFPR(1994), Pós-Graduado em Controladoria e Finanças – UFPR(2000), Especialização em Compliance e Anticorrupção – IBS/FGV(2019); Cursos complementares em Técnicas de Investigações Corporativas Internas – LEC (2022), Inteligência Emocional – Conquer (2021), Liderança Descomplicada – Isvor (2016), Gestão do Tempo – Isvor (2015), Comitê de Auditoria – FDC (2019); foi Gerente Corporativo de Controles Internos e Compliance do Instituto Hermes Pardini S.A. (2017/2023), Gerente de Relacionamento da FCA Services - Grupo Stellantis (1992/2016), Sub-Contador da Battistella Industria e Comercio Ltda. (1989/1992); Possui vivência internacional em Negociação para alinhamento do Contas a Pagar Internacional, envolvendo a Matriz, Reunião de abertura (kick-off) do projeto SAP global (Estados Unidos), Encontro global dos CAO – Chief Accounting Officer. Visita às Plantas, Alinhamento junto ao headquarters, das estratégias para a Região Latam (Itália). Voluntário: Apoio e Mentoria no Programa de Integridade da AMR - Associação Mineira de Reabilitação.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	01/02/2024	Até a 1ª RCA da GASMIG após a AGO de 2025			31/01/2024	Sim	01/02/2024

Nome: Márcio de Lima Leite **CPF:** 639.263.936-53 **Profissão:** Advogado e Contador **Data de Nascimento:** 27/04/1971

Experiência Profissional:

Diretor Jurídico incluindo Governança, para a FCA (Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda). Membro do Comitê de Risco e Controle Interno para a região Latam, responsável por treinamentos de compliance, antitruste, lei anticorrupção e código de conduta para empregados, fornecedores e concessionários. Atuação em projetos de Mamp;A. Professor convidado para o curso de LLM em Direito Tributário, Contabilidade e Governança da PUC Minas. Conselho fiscal IMPP (Instituto Minas Pela Paz), Diretor Jurídico da Fundação Torino, vice-presidente da Anfavea, diretor da ACMinas, Membro da Câmara Automotiva (Fiemg). Membro do Comitê de Auditoria da Cemig.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Presidente do Comitê	04/05/2023	Até a 1ª RCA da GASMIG após a AGO de 2026			03/05/2023	Sim	03/05/2023

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

7.7 Acordos/seguros de administradores

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

7.8 Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos 3 exercícios sociais, (i) a data de sua realização; (ii) necessidade de instalação em segunda convocação; e (iii) o quórum de instalação:

Evento	Data	Instalação em segunda convocação	Quórum
Assembleia Geral Extraordinária	31/08/2022	Não	100%
Assembleia Geral Ordinária	28/04/2022	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	07/03/2022	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	20/12/2021	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	28/05/2021	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	17/05/2021	Não	100%
Assembleia Geral Ordinária	27/04/2021	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	13/01/2021	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	20/08/2020	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	07/08/2020	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	02/07/2020	Não	100%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2020	Não	100%
Assembleia Geral Extraordinária	03/03/2020	Não	100%

7.8 Outras informações relevantes

Lei das Estatais

Em 30 de junho de 2016, entrou em vigor a Lei Federal nº 13.303/16, a "Lei das Estatais".

De acordo com esta lei, todas as empresas estatais, sociedade de economia mista, bem como suas controladas, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ("Empresas Controladas pelo Governo"), estabeleceram normas de governança corporativa e regras específicas sobre licitação e contratação com terceiros e entes públicos, incluindo a obrigatoriedade de procedimentos públicos e a inserção de cláusulas necessárias nessas contratações, que se submeterão às regras de direito privado.

A Lei das Estatais estabelece regras específicas para o procedimento de contratação de terceiros por parte das Empresas Controladas pelo Governo, incluindo a obrigatoriedade de procedimentos públicos e a inserção de cláusulas obrigatórias em tais contratações. Esta regulamentação visa facilitar a contratação de entidades privadas, mediante a consolidação das regras que regem os procedimentos de licitação aplicáveis às Empresas Controladas pelo Governo. As licitações realizadas e os contratos celebrados pelas Empresas Controladas pelo Governo destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, e a evitar operações em que se caracterize sobre preço ou superfaturamento, devendo ser observados os princípios da administração pública.

A Lei das Estatais fez modificações relativas à governança corporativa enrijecendo o controle, não somente dos acionistas, mas de qualquer parte interessada, das finanças e da administração das Empresas Controladas pelo Governo. Referida lei estabelece a obrigação para todas as Empresas Controladas pelo Governo de divulgar, periodicamente, certos documentos e relatórios que tornem públicos, entre outros, os compromissos dessas empresas com seus objetivos; os impactos financeiros de tais compromissos; e suas políticas e práticas de governança corporativa e de sustentabilidade, incluindo documentos explicativos, em linguagem clara, destinados a serem entendidos pelo público em geral, em atendimento ao interesse coletivo.

Ademais, foi necessária a criação de um Comitê de Auditoria interno, como órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente. O Comitê de Auditoria deverá possuir autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas e investigações dentro do escopo de suas atividades, podendo opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente. Também compete ao Comitê de Auditoria a supervisão das atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da empresa pública ou da sociedade de economia mista, conforme o caso.

7.8 Outras informações relevantes

A adaptação da estrutura de gestão também foi uma exigência decorrente da Lei das Estatais, a fim de assegurar, entre outras questões, que o Conselho de Administração fosse composto por 7 a 11 membros, incluindo 25% de membros independentes (conforme definido pela lei) ou por pelo menos um (no caso de exercício do voto múltiplo pelos acionistas minoritários); e que os membros do Conselho de Administração e os administradores tenham um prazo de mandato unificado, que não deve ser superior a 2 anos, com permissão para até 3 reeleições consecutivas. Ainda, os diretores, os membros do Conselho de Administração e dos comitês internos devem ser avaliados anualmente no que se refere a: (a) licitude e eficácia de sua gestão; (b) sua contribuição para o resultado do exercício; e (c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e cumprimento da estratégia de longo prazo da companhia. Pela Lei das Estatais, a eleição de diretores e dos membros do Conselho de Administração deveria ser alterada, de forma que as Empresas Controladas pelo Governo tenham administradores mais técnicos e objetivos.

Para que uma pessoa seja nomeada membro da Diretoria ou do Conselho de Administração de uma empresa sujeita à Lei das Estatais, esta deverá possuir não apenas uma boa reputação e experiência, mas ter: (i) alternativamente (a) um mínimo de 10 anos de experiência, seja no setor público ou privado, gerindo negócios similares ao objetivo corporativo da empresa ou em uma área relacionada à qual foi nomeado; (b) exercido, por pelo menos 4 anos, (x) uma posição de alta gestão em uma empresa que tenha objeto social similar ou tamanho compatível, (y) um cargo de alta confiança no setor público, ou (z) um cargo de docência ou pesquisa nas áreas de atuação da empresa; ou (c) atuado por pelo menos 4 anos como profissional liberal em áreas direta ou indiretamente relacionadas às áreas de atuação da respectiva empresa estatal; (ii) uma formação acadêmica adequada ao cargo para o qual a pessoa foi nomeada; e (iii) não ter sido considerada inelegível, em conformidade com a legislação aplicável.

Já adotamos as estruturas e práticas de governança exigidas pela Lei das Estatais, tais como auditoria interna, compliance, integridade e gestão de riscos, adoção de práticas de controle interno, Código de Conduta, canal de denúncias com mecanismos de proteção contrarretaliação, sanções, políticas e treinamentos para os funcionários e membros da administração da Companhia.

Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração, dos Comitês, da Diretoria serão submetidos à um processo de avaliação, em periodicidade anual correspondente ao respectivo exercício social em curso. Para os procedimentos serão adotados critérios objetivos, de modo que os referidos procedimentos de avaliação podem refletir na indicação ou na remuneração dos membros de cada um dos referidos órgãos. Nesse sentido e em complemento aos processos de avaliação, a Companhia conta com programas de treinamento destinados aos membros do Conselho de Administração, de seus Comitês, da Diretoria e do Conselho Fiscal, referentes à Governança Corporativa e Compliance, Legislação e Relacionamento com Órgãos de Controle e Gestão de Risco. Os cursos serão ministrados anualmente conforme o exercício social em curso.

7.8 Outras informações relevantes

No que tange a governança da Companhia com relação aos fatos que tem impactos contra terceiros, é enviada a convocação da reunião do Conselho de Administração para análise do conselheiro com a antecedência de 10 dias, de forma que eles possam analisar as matérias antes de sua votação, bem como qual será a mecânica que será implementada entre o Conselho de Administração e a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores da Companhia, para aferição de informações de mercado que possam se mostrar úteis para a melhoria no planejamento estratégico e no controle de riscos pela Companhia.

Regimento Interno do Conselho de Administração

O Regimento Interno do Conselho de Administração tem por objeto disciplinar o funcionamento do Conselho de Administração, bem como o relacionamento entre o Conselho de Administração e os demais órgãos sociais, observadas as disposições do estatuto social da Companhia, a legislação aplicável em vigor, bem como as boas práticas de governança corporativa.

A íntegra do Regimento Interno do Conselho de Administração pode ser encontrada em <https://ri.gasmig.com.br/estatuto-politicas-e-regimentos/>.

Regimento Interno do Conselho Fiscal

O Regimento Interno do Conselho Fiscal tem por finalidade estabelecer normas para o funcionamento do Conselho Fiscal, definindo suas responsabilidades e atribuições, observados o estatuto social da Companhia, a legislação aplicável em vigor, bem como as boas práticas de governança corporativa.

A íntegra do Regimento Interno do Conselho Fiscal pode ser encontrada em <https://ri.gasmig.com.br/estatuto-politicas-e-regimentos/>.

8.1 Política ou prática de remuneração

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	6,00	18,00
Nº de membros remunerados	7,00	5,00	6,00	18,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	900.728,86	3.780.882,68	418.300,60	5.099.912,14
Benefícios direto e indireto	0,00	1.005.174,55	0,00	1.005.174,55
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	164.878,64	744.968,10	83.660,12	993.506,86
Descrição de outras remunerações fixas	Provisionamento para pagamento INSS.	Provisionamento para pagamento INSS.	Provisionamento para pagamento INSS.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.784.213,87	0,00	1.784.213,87
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP.	
Total da remuneração	1.065.607,50	7.315.239,20	501.960,72	8.882.807,42

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	6,00	18,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	6,00	16,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	394.226,72	2.591.212,71	345.461,30	3.330.900,73
Benefícios direto e indireto	0,00	1.110.531,91	0,00	1.110.531,91
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	78.845,32	849.222,44	69.092,25	997.160,01
Descrição de outras remunerações fixas	O valor incluído na linha "outros" refere-se ao pagamento de INSS sobre as remunerações pago pela Companhia.	O valor incluído na linha "outros" refere-se ao pagamento de INSS sobre as remunerações pago pela Companhia.	O valor incluído na linha "outros" refere-se ao pagamento de INSS sobre as remunerações pago pela Companhia.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.357.807,32	0,00	1.357.807,32
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SP.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SP.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SP.	
Total da remuneração	473.072,04	5.908.774,38	414.553,55	6.796.399,97

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	6,00	18,00
Nº de membros remunerados	4,00	5,00	6,00	15,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	251.048,35	2.837.331,75	364.910,04	3.453.290,14
Benefícios direto e indireto	0,00	1.180.378,96	0,00	1.180.378,96
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	50.209,60	812.742,73	72.982,08	935.934,41
Descrição de outras remunerações fixas	O valor incluído na linha "outros" refere-se ao pagamento de INSS sobre as remunerações pago pela Companhia.	O valor incluído na linha "outros" refere-se ao pagamento de INSS sobre as remunerações pago pela Companhia;	O valor incluído na linha "outros" refere-se ao pagamento de INSS sobre as remunerações pago pela Companhia.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.148.008,28	0,00	1.148.008,28
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SP.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SP.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SP.	
Total da remuneração	301.257,95	5.978.461,72	437.892,12	6.717.611,79

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	6,00	16,00
Nº de membros remunerados	2,00	5,00	6,00	13,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	193.060,87	2.736.208,90	331.582,81	3.260.852,58
Benefícios direto e indireto	0,00	685.853,45	0,00	685.853,45
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	38.612,19	563.085,77	66.316,63	668.014,59
Descrição de outras remunerações fixas	O valor incluído na linha "outros" refere-se ao pagamento de INSS sobre as remunerações pago pela Companhia.	O valor incluído na linha "outros" refere-se ao pagamento de INSS sobre as remunerações pago pela Companhia.	O valor incluído na linha "outros" refere-se ao pagamento de INSS sobre as remunerações pago pela Companhia.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.256.569,26	0,00	1.256.569,26
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SP.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SP.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SP.	
Total da remuneração	231.673,06	5.241.717,38	397.899,44	5.871.289,88

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

8.7 Opções em aberto

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

8.10 Outorga de ações

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

8.12 Precificação das ações/opções

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

8.13 Participações detidas por órgão

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

8.14 Planos de previdência

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	R\$ 1.065.607,50	R\$ 7.315.239,20	R\$ 501.960,72
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	R\$ 116.751,51	R\$ 0,00	R\$ 73.328,60
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	10,96%	0,00%	14,61%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	R\$ 473.072,04	R\$ 5.908.774,38	R\$ 414.553,55
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	R\$ 110.215,72	R\$ 0,00	R\$ 69.223,64
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	23,30%	0,00%	16,70%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	R\$ 301.257,95	R\$ 5.978.461,72	R\$ 437.892,12
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	R\$ 17.214,74	R\$ 0,00	R\$ 64.872,84
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	5,71%	0,00%	14,81%

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	R\$ 231.673,06	R\$ 5.241.717,38	R\$ 397.899,44
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	R\$ 60.251,59	R\$ 0,00	R\$ 58.894,61
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	26,01%	0,00%	14,80%

8.18 Remuneração - Outras funções

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Demais remunerações recebidas por administradores e membros do Conselho Fiscal do emissor, que foram reconhecidas no resultado do controlador direto do emissor ou de sociedades sob controle comum, não relacionadas ao exercício de cargo no emissor:

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023				
Demais remunerações recebidas a título de:	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos ou indiretos	R\$288.060,00	R\$2.403.500,00	-	R\$2.691.560,00
Sociedade sob controle comum	R\$248.512,00	-	R\$13.200,00	R\$261.712,00
Controladas do emissor	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022				
Demais remunerações recebidas a título de:	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos ou indiretos	R\$263.651,60	R\$2.044.467,26	-	R\$2.308.118,86
Sociedade sob controle comum	R\$231.948,00	-	R\$13.200,00	R\$245.148,00
Controladas do emissor	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021				
Demais remunerações recebidas a título de:	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos ou indiretos	R\$247.090,80	R\$2.046.513,61	-	R\$2.293.604,41
Sociedade sob controle comum	R\$139.054,30	-	R\$13.200,00	R\$152.254,30
Controladas do emissor	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
Demais remunerações recebidas a título de:	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos ou indiretos	R\$247.090,80	R\$1.071.000,00	-	R\$1.318.090,80
Sociedade sob controle comum	-	-	R\$41.045,93	R\$41.045,93
Controladas do emissor	-	-	-	-

8.20 Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda	Juridica	61.366.936/0001-25	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
27/09/2017	27/09/2017		
Descrição dos serviços prestados			
(i) Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a serem preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade – International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board “IASB”); e (ii) Serviço de auditoria para a emissão de carta conforto em caso de Oferta Pública Inicial de ações da Companhia.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os auditores independentes receberam honorários que totalizaram o valor de R\$ 461.260,58			
Justificativa da substituição			
Em razão da rotatividade dos auditores independentes exigida nos termos do artigo 31, da Resolução da CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, conforme em vigor.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável.			

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
13/07/2022	13/07/2022		
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria da demonstração financeira referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, preparada de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo IASB.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os auditores independentes receberam honorários que totalizaram o valor de R\$ 176.239,38.			
Justificativa da substituição			
Não aplicável.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável.			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

A Companhia, em conformidade ao disposto na Resolução da CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, conforme em vigor, e a fim de dirimir a possibilidade de conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes na prestação de serviços, adota como suas principais diretrizes políticas os seguintes princípios: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses em seus clientes. Ainda, visando evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (a) os serviços previamente autorizados; (b) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal e/ou Comitê de Auditoria; e (c) os serviços proibidos.

Adicionalmente, a Companhia informa que inexistem transferências relevantes de serviços ou recursos entre os auditores independentes e partes relacionadas com a Companhia, conforme definidas na Deliberação da CVM nº 642/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 05(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

9.4 Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	6	35	0	0	0
Não-liderança	32	83	0	0	0
TOTAL = 156	38	118	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	0	27	4	10	0	0	0
Não-liderança	1	69	8	36	0	0	1
TOTAL = 156	1	96	12	46	0	0	1

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	1	35	5
Não-liderança	3	89	23
TOTAL = 156	4	124	28

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	41	0	0
Não-liderança	0	0	0	115	0	0
TOTAL = 156	0	0	0	156	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	38	118	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 156	38	118	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	1	96	12	46	0	0	1
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 156	1	96	12	46	0	0	1

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	4	124	28
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 156	4	124	28

10.1 Descrição dos recursos humanos

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

10.2 Alterações relevantes

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

10.5 Outras informações relevantes

Tendo em vista a não obrigatoriedade de preenchimento dos itens anteriores, não há informações relevantes a serem destacadas neste item.

11.1 Regras, políticas e práticas

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Axxiom Soluções Tecnológicas S A	31/01/2019	3.476.642,08	243.943,00	3.476.642,08	24 meses.	0
Relação com o emissor	Controlador em Comum					
Objeto contrato	Prestação de serviços em ambiente de Geoprocessamento					
Garantia e seguros	Depósito em garantia.					
Rescisão ou extinção	As condições de rescisão ou extinção do contrato ocorrerá devido a penalidades decorrentes de inadimplemento das obrigações previstas no contrato, sendo que além da rescisão, mediante notificação escrita, poderá aplicar, dentre outras, as seguintes penalidades: (a) aplicação de penalidade de advertência escrita; (b) aplicação de multa moratória, conforme definida no contrato, em razão de atraso injustificado na execução dos serviços; e (c) aplicação de multa compensatória, nos termos do contrato, pela inexecução total ou parcial dos serviços, ou pela inexecução de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato.					
Natureza e razão para a operação	Através de processo licitatório para serviços especializados em geoprocessamento, a Gasmig assinou contrato com a Axxiom, responsável, nos termos do contrato, pela análise e desenvolvimento do sistema de clientes e faturamento da Companhia.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Cemig Saúde	19/03/2010	0,00	267.004,43	3.291.662,35	Indeterminada.	0,000000
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas - Gestor dos Planos de Saúde e Odontológico					
Objeto contrato	O Plano de Saúde disponibilizado aos colaboradores da GASMIG, denominado Plano Prosaúde Integrado – PSI é um Plano Privado de Assistência à Saúde registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº. 443.959/03-7.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	A saída de Patrocinadora e a perda da condição de Beneficiário dar-se-á na forma da legislação competente e do estabelecido nos Regulamentos dos Planos.					
Natureza e razão para a operação	Trata-se de Convênio de Adesão celebrado entre a Companhia e a Cemig Saúde, cujo objetivo é a assistência suplementar à saúde, especialmente através da operação de planos privados de assistência à saúde, bem como as ações necessárias à prevenção de doenças e à recuperação, manutenção e reabilitação da saúde. Para consecução dos seus objetivos sociais, a Cemig Saúde deverá proporcionar aos seus beneficiários inscritos, assistência à saúde, por meio de seus Planos Privados de Assistência à Saúde, nas formas disciplinadas nos Regulamentos específicos de cada plano e nos convênios pactuados.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz	01/01/2005	0,00	3.248.543,84	0	Indeterminada.	1,0% a.m. pro-rata
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas - Gestor dos Planos de Previdência Privada					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Regulamentar os termos e condições do Plano Misto de Previdência Privada (Plano B), no qual a Companhia atua como uma das patrocinadoras. A Companhia realiza contribuições mensais referentes aos seus empregados participantes do Plano B, nos termos do seu regulamento.					
Garantia e seguros	Parte dos ativos do Plano B da Forluminas de Seguridade Social _ FORLUZ na proporção de suas contribuições conforme cálculo atuarial anual.					
Rescisão ou extinção	As Patrocinadoras poderão retirar o seu patrocínio com relação ao Plano B, observado o respectivo Regulamento, bem como a legislação aplicável, ficando claro que só poderão fazê-lo desde que cumpram integralmente todos os compromissos já pactuados, inclusive com antecipação daqueles com prazos vencidos.					
Natureza e razão para a operação	Benefícios pós emprego dos funcionários da GASMIG. A Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz é pessoa jurídica sem fins lucrativos, criada com o objetivo de propiciar aos seus participantes e respectivos dependentes uma renda de suplementação de aposentadoria e pensão.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz	01/06/2021	1.568.236,67	87.411,17	0	60 meses.	-
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas - Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Contrato de aluguel do imóvel da Avenida Barbacena, 1.200, 7º andar, pertencente à FORLUZ.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	Aluguel da sede administrativa da Companhia, com vigência até 2025, reajustado anualmente pelo IPCA.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Sonda Procwork Informática Ltda.	07/05/2019	746.266,74	303.508,91	746.266,74	-	
Relação com o emissor	Outras Partes Relacionadas					
Objeto contrato	Serviço de manutenção na plataforma SAP.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	-					
Natureza e razão para a operação	-					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2. Transações com Partes Relacionadas

(n) Medidas tomadas para tratar conflitos de interesses

A Companhia prevê no Regimento Interno do Conselho de Administração e na Política de Transações com Partes Relacionadas os procedimentos a serem adotados em situações em que os membros da administração e dos demais órgãos de assessoramento devem seguir para evitar conflitos de interesses. Em relação ao conjunto de transações com partes relacionadas mencionadas no item 11.2 deste formulário, a Companhia destaca que adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

A diretoria e todos os colaboradores da Companhia estão comprometidos com o Código de Conduta da Companhia, que previne a Companhia de tomar qualquer decisão que possa ocasionar conflito de interesses.

Ademais, em conformidade com a Lei de Sociedade por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia deve agir de modo a prevenir e remediar situações que possam causar ou sugerir conflito de interesse ao votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

Para maiores informações acessar Estatuto Social, Política de Transações com Partes Relacionadas, Política de Compliance e demais políticas da Companhia no link: <https://ri.gasmig.com.br/estatuto-politicas-e-regimentos/>

(o) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações observam condições praticadas pelo mercado, tendo sido aprovada de acordo com as Políticas vigentes. As transações foram firmadas por escrito, em instrumentos jurídicos específicos, com especificação de suas principais características e condições, tais como preço, prazo, eventual garantia, responsabilidade pelo recolhimento de impostos, pagamentos de taxas, entre outras, sendo o pagamento compensatório avaliado de acordo com o caráter da obrigação e mediante sua comparação, quando aplicável, com outras operações semelhantes praticadas pelo mercado em geral.

11.3 Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
18/06/2019	-	665.429.263,87	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
153.470.799	153.470.799	306.941.598	

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
07/03/2022	-	665.429.263,87	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
153.470.799	153.470.799	306.941.598	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
07/03/2022		665.429.263,87	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
153.470.799	153.470.799	306.941.598	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	8ª Emissão
Data de emissão	15/08/2020
Data de vencimento	15/08/2031
Quantidade Unidade	850.000
Valor nominal global R\$	850.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.043.941.789,79
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) e depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, observado, ainda, o disposto no inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Nos termos da Resolução CMN 4.751 ou de outra forma, desde que já tenha transcorrido o prazo indicado no inciso I, do artigo 1º, da Resolução CMN 4.751 ou outro que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado”), sem que seja necessária qualquer Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre tal prerrogativa.
Características dos valores mobiliários de dívida	(i) Hipóteses de Vencimento Antecipado - vide quadro “Outras Características Relevantes”; (ii) Juros - Sobre o Valor Nominal Atualizado ou saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 5,27% (cinco inteiros e vinte e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de fevereiro de 2021, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, até a Data de Vencimento. iii) Garantia, e se real, descrição do bem objeto – As Debêntures não contarão com garantias; (iv) Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado – As Debêntures serão da espécie quirografária; (v) Eventuais restrições impostas à Companhia - Na ocorrência de, a qualquer momento e independentemente do motivo, Privatização (conforme definido abaixo) da Emissora, de qualquer de suas controladas e/ou a Privatização da CEMIG, conforme aplicável, e/ou mudança, transferência, cessão, direta ou indireta, do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora e/ou do controle acionário, direto ou indireto, de qualquer de suas controladas, conforme aplicável (em conjunto, “Eventos Específicos”), a Emissora se obriga a realizar uma Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) ou uma Oferta de Aquisição (conforme definido abaixo), endereçada para a totalidade dos Debenturistas; (vi) Agente Fiduciário - Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, a qual fará jus a remuneração anual de R \$12.000,00 até a liquidação integral das debêntures.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	O saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado em 8 (oito) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 4º (quarto) ano contado da Data de Emissão, sempre no dia 15 de agosto de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 15 de agosto de 2024 e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures. Hipóteses de vencimento antecipado: (i) decretação de falência, ou dissolução e/ou liquidação da Emissora, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Emissora, ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, nos termos da legislação aplicável; (ii) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures; (iii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$30.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas; (iv) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, de quaisquer de suas obrigações assumidas nos termos desta Escritura, sem prévia anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; (v) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade das Debêntures ou desta Escritura.
<hr/>	
Identificação do valor mobiliário	7ª Emissão
Data de emissão	28/08/2018
Data de vencimento	28/08/2023
Quantidade Unidade	10.000
Valor nominal global R\$	100.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	20.022.686,22
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada e do artigo 4º da Instrução CVM n.º 476/09, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Profissional, conforme disposto nos artigos 13 e 14 da Instrução CVM n.º 476/09 e do cumprimento, pela Companhia, do artigo 17 da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures resgatadas, conforme o que for definido pela Companhia, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

(i) Hipóteses de Vencimento Antecipado - vide quadro "Outras Características Relevantes"; (ii) Juros - As Debêntures não terão seu valor nominal unitário atualizado e renderão juros remuneratórios de 100% da Taxa DI acrescida exponencialmente de um spread de 1,50% ao ano (base 252 dias úteis). Os juros remuneratórios serão pagos mensalmente, sendo o primeiro pagamento em 28 de setembro de 2018 e os demais pagamentos devidos sempre no dia 28 dos meses subsequentes. (iii) Garantia, e se real, descrição do bem objeto – As Debêntures não contarão com garantias; (iv) Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado – As Debêntures serão da espécie quirografária; (v) Eventuais restrições impostas à Companhia - Com relação às restrições impostas, não poderá ocorrer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, sem prévia anuência dos debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, salvo se por determinação legal ou regulatória. Não há restrições quanto à: distribuição de dividendos; alienação de determinados ativos; contratação de novas dívidas; emissão de novos valores mobiliários; (vi) Agente Fiduciário - Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91, a qual fará jus a remuneração anual de R\$7.500,00 até a liquidação integral das debêntures.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

Outras características relevantes

O valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais consecutivas, sendo a primeira parcela devida no 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão, inclusive, e as demais amortizações devidas sempre na mesma data dos anos subsequentes. Hipóteses de vencimento antecipado: (i) decretação de falência, ou dissolução e/ou liquidação da Emissora, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Emissora, ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, nos termos da legislação aplicável; (ii) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures; (iii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$20.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual ou não; (iv) mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora, sem prévia anuência de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, salvo se por determinação legal ou regulatória; (v) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Emissora seja parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da Emissora constante de sua última demonstração financeira consolidada à época. Para mais informações sobre este quadro, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	3478	11	64

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As debêntures da 7ª (sétima) e 8ª (oitava) emissões acima descritas são admitidas à negociação no Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Item facultativo para emissor registrado na Categoria B.

12.9 Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Gilberto Moura Valle Filho

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Carlos Eduardo de Moraes Barros Junior

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS – GASMIG

CNPJ/ME nº 22.261.473/0001-85

NIRE 3130000581-0

Declaração do Diretor-Presidente

Eu, **Gilberto Moura Valle Filho**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 6.958.938-7, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrito no CPF/MF sob o nº 975.999.058-04 residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com endereço comercial na Avenida Barbacena, nº 1.200, 7º andar, Santo Agostinho, CEP 30.190-924, na qualidade de Diretor Presidente da COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS –GASMIG, sociedade anônima, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com sede na Avenida Barbacena, nº 1.200, 7º andar, Santo Agostinho, CEP 30.190-924, inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.261.473/0001-85 (“**Companhia**”) declaro que: **(i)** revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; **(ii)** todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme em vigor, em especial aos artigos 15 a 20; e **(iii)** o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

/s/Gilberto Moura Valle Filho

Gilberto Moura Valle Filho

Diretor-Presidente

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS – GASMIG

CNPJ/ME nº 22.261.473/0001-85

NIRE 3130000581-0

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Eu, **Carlos Eduardo de Moraes Barros Junior**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 19.427.394, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrito no CPF/MF sob o nº 147.912.608-05 residente e domiciliado em São Paulo, São Paulo, com endereço comercial na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 1.200, 7º andar, Santo Agostinho, CEP 30.190-924, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS – GASMIG**, sociedade anônima, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com sede na Avenida Barbacena, nº 1.200, 7º andar, Santo Agostinho, CEP 30.190-924, inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.261.473/0001-85 (“Companhia”) declaro que: **(i)** revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; **(ii)** todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, em especial aos artigos 15 a 20; e **(iii)** o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

/s/ Carlos Eduardo de Moraes Barros Junior

Carlos Eduardo de Moraes Barros Junior

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

Não aplicável. Declarações do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores já se encontram descritas nos itens 13.1 e 13.2 deste formulário.